

Trabalho de Graduação

Curso de Graduação em Geografia

**A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO DE IPEÚNA-SP: TRABALHO  
FEMININO, MULTIFUNCIONALIDADE E DESENVOLVIMENTO RURAL  
SUSTENTÁVEL**

**Isadora Martins dos Santos**

**Prof(a).Dr(a). Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira**

**Rio Claro (SP)**

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Instituto de Geociências e Ciências Exatas

Câmpus de Rio Claro

ISADORA MARTINS DOS SANTOS

A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO DE IPEÚNA-SP:  
TRABALHO FEMININO, MULTIFUNCIONALIDADE E  
DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

Trabalho de Graduação apresentado ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas - Câmpus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, para obtenção do grau de Licenciatura e Bacharel em Geografia.

Rio Claro - SP

2021

S237o Santos, Isadora Martins dos  
A organização do espaço agrário de Ipeúna-SP : trabalho feminino, multifuncionalidade e desenvolvimento rural sustentável / Isadora Martins dos Santos. -- Rio Claro, 2021  
117 p.

Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado e licenciatura - Geografia) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro  
Orientadora: Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira

1. Mulher Rural. 2. Trabalho Feminino. 3. Multifuncionalidade da Agricultura. 4. Gênero. 5. Organização do Espaço. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca do Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

ISADORA MARTINS DOS SANTOS

A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO DE IPEÚNA-SP:  
TRABALHO FEMININO, MULTIFUNCIONALIDADE E  
DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

Trabalho de Graduação apresentado ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas - Câmpus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, para obtenção do grau de Licenciatura e Bacharel em Geografia.

Comissão Examinadora

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira (Orientador)

Ms<sup>a</sup> Giovanna Queiroz Moscatiello

Ms<sup>a</sup> Mara Ligia Scotton de Carvalho

Rio Claro, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Assinatura do(a) aluno(a)

assinatura do(a) orientador(a)

## AGRADECIMENTOS

Tendo em vista os desafios de produzir um trabalho de conclusão de curso diante da pandemia da Covid-19, finalizar este trabalho tão importante para minha formação como geógrafa me enche de alegria e gratidão. Gratidão pela vida e por todas as pessoas queridas que fizeram parte desta minha trajetória - não só nesses cinco anos de graduação, mas por toda a vida - contribuindo para minha formação profissional e como ser humana. A todas elas gostaria de manifestar meu agradecimento.

Primeiramente, quero agradecer a Professora Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira, minha orientadora, a quem agradeço enormemente pela confiança e paciência, e por possibilitar meu ingresso à pesquisa dentro do Núcleo de estudos Agrários – NEA. Tenho muito respeito e admiração por sua trajetória.

Mãe, agradeço por todo incentivo, apoio, carinho, amor e orações que me acompanham desde sempre. Mesmo com todas as dificuldades preocupou-se em me proporcionar o melhor, por todo apoio te dedico essa pequena conquista. Ao meu irmão, João Lucas, estendo o meu muito obrigado por me fazer feliz desde o seu nascimento, você tão pequeno me ensina a ser forte. Peço desculpas por tantos dias distantes e por perder brincadeiras e momentos incríveis do seu crescimento. À memória da minha Karina, irmã de quatro patas. A vocês, toda gratidão e amor.

Agradecimento especial ao Pedro, meu companheiro de anos. Você talvez não saiba, mas foi fundamental para tudo isso acontecer. Obrigada pelo carinho e apoio incondicional durante esse processo e pelas palavras de conforto e acalento, ainda que no seu jeito de ser. Obrigada por todo compartilhamento e experiência de vida.

Aos colegas do Núcleo de Estudos Agrário (NEA), Murilo, Matheus Sanaiotti e Mara Lígia, obrigada pelas discussões, risadas e pelos momentos de nervosismo compartilhado aguardando as correções da Professora Darlene. Aqueles que já passaram pelo NEA, em especial a Sibeli Fernandes, Bianca Bortolin, obrigada a todos pela amizade, pelos ensinamentos e por toda troca de experiências - tanto em grupo de estudo, tanto pelo tempo em que passamos em trabalho de campo.

Ao Paulo, por ter possibilitado que o trabalho de campo acontecesse e que este trabalho criasse forma. Obrigada por toda experiência vivida no espaço rural de Ipeúna.

Ainda, a turma 59 do curso de Geografia que me acolheram tão bem, vocês elevam as discussões neste curso: sucesso a todos. Destes, reservo em especial menção e agradecimento a Amanda Veronez - companheira de sala e de casa, amiga de todas as

horas e que me ajudou em todos os momentos, foi muito bom e divertido dividir esse momento da minha vida com você. Ao Murilo Henrique, por todo conhecimento compartilhado, pela ajuda em trabalhos, por todo apoio e orientação, sem você definitivamente não teria sido possível finalizar este trabalho. Eu desejo que você tenha uma carreira brilhante.

Giovanna Genari, Ebrain Augusto, Matheus Henrique, Luísa Lui, André Carvalho, Rodrigo Jesus, grandes amizades conquistadas em Rio Claro, pessoas que fizeram total diferença tornando essa caminhada mais divertida e cheia de histórias boas para contar.

Meu agradecimento a Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, Campus Rio Claro e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Por fim, a construção desse trabalho, tem um pedacinho de cada um de vocês. Finalizo reafirmando a minha gratidão por todos vocês. Muito obrigada!

## RESUMO

As mulheres exercem um papel fundamental como agentes nas estratégias de manutenção e reprodução socioeconômica da agricultura familiar, apesar de sua situação de invisibilidade/inferioridade/subordinação frente aos homens. É nessa perspectiva que pretende-se, com o presente estudo, evidenciar o trabalho feminino na organização do espaço rural do município de Ipeúna-SP. Historicamente a condição social da mulher está ligada aos afazeres domésticos e ao espaço privado (o lar), enquanto ao homem, o de provedor e chefe de família, os espaços públicos. No meio rural esta realidade não é diferente, pois na atividade agrícola a mulher é tida como ajudante do marido e seu labor visto como uma extensão do trabalho doméstico, responsável pela reprodução familiar. Trata-se de uma lógica permeada por uma invisibilidade naturalizada na sociedade que anula a percepção da mulher como parte integrante do trabalho produtivo que gera renda além da subsistência familiar. Dessa forma, nos valem da categoria de gênero, para a compreensão das diversas formas de opressão e desigualdade na qual se alicerça a divisão sexual do trabalho, realizou-se, por meio da perspectiva analítica da multifuncionalidade da agricultura, a análise das dinâmicas das propriedades rurais e, conseqüentemente, o trabalho da mulher no campo para além das atividades agrícolas de cunho não produtivo no espaço rural ipeunense. Ademais, apesar da conferência titular institucionalizada pelo município (Capital Nacional da Agricultura Natural), o espaço rural abriga atividades não condizentes com muitas de suas características e pretensões. Este cenário, contrasta com as potencialidades de geração de trabalho e renda que consideramos perpassar pela promoção do trabalho agrícola feminino. Por conseguinte, em um momento no qual o município se propõe a desenvolver atividades demandantes de força de trabalho como o exercício da agricultura natural, a crescente produção de cana-de-açúcar, a desagregação do tecido social no meio rural, a diminuição do percentual da população rural ativa, o envelhecimento, bem como, a diminuta participação das mulheres neste contexto, que poderiam vislumbrar possibilidades de trabalho distintas das convencionais, são hoje problemas a serem enfrentados. Observa-se, deste modo, que essas questões podem ser comprometedoras a médio e longo prazo para a promoção do desenvolvimento rural pretendido pelo município e, portanto, devem ser discutidas.

**Palavras chaves:** Mulher rural. Trabalho Feminino. Multifuncionalidade da Agricultura. Gênero. Organização do Espaço. Ipeúna-SP.

## ABSTRACT

Women play a fundamental role as agents in the strategies of maintenance and socioeconomic reproduction of family farming, in spite of their situation of invisibility, inferiority and subordination to men. Through this perspective we intend, with the present study, to highlight the female work in the organization of the rural space of the municipality of Ipeúna-SP. Historically, the social condition of women is linked to household chores and the private space (the home), while the public spaces are typically seen as male environments. In rural areas, this reality is not different, since agricultural female labor is seen simply as a help, i.e, a simple extension of domestic work which is responsible for family reproduction. It is a logic permeated through a naturalized invisibility in society that annihilates the perception of women as an integral part of the productive work that generates income beyond family subsistence. Thus, using the concept of gender category to understand the different forms of oppression and inequality on which the sexual division of labor is founded, we conduct, through the analytical perspective of multifunctionality of agriculture, the analysis of the dynamics of rural properties and, consequently, the work of women in the field beyond agricultural activities of a non-productive nature in Ipeúna's rural space. In addition, despite the regular conference institutionalized by the municipality (National Capital of Natural Agriculture), the rural area hosts activities that are inconsistent with many of its characteristics and pretensions. This scenario contrasts with the potential for job and income generation that we consider to be directly involved with the promotion of female agricultural work. Consequently, in a moment that the municipality proposes to develop activities demanding labor force like the exercise of natural agriculture, the increasing production of sugar cane, the decrease in the percentage of the active rural population, aging, as well as the small participation of women in this context - who could seek work possibilities different from conventional ones - are current problems that must be faced. Certainly, in the medium and long-term, these issues can be compromising for rural development intended by the municipality of Ipeúna and should, therefore, be discussed

**Keywords:** Rural Woman. Female Labor. Multifunctionality of Agriculture. Gender. Space Organization. Ipeúna-SP.

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1:Localização do município de Ipeúna-SP .....	41
Mapa 2: Mancha urbana do município de Ipeúna-SP .....	42
Mapa 3: Uso da terra no município de Ipeúna-SP .....	44
Mapa 4: Espacialidades do espaço rural de Ipeúna-SP. ....	81

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Belezas naturais e paisagísticas – Ipeúna-SP .....	45
Figura 2: Planta do Sítio Invernada, 1896. ....	48
Figura 3: Antiga Capela de Santa Cruz da Invernada. ....	48
Figura 4: Caixa das lavadeiras - Córrego das Lavadeiras, 1960. ....	54
Figura 5: Tipificação do espaço rural em Ipeúna-SP .....	82

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Distribuição por sexo segundo grupos de idade (1991-2000-2010).....	58
Gráfico 2: Quem reside na propriedade .....	65
Gráfico 3:Pirâmide etária da população rural de Ipeúna-SP. ....	69
Gráfico 4: Tipo de atividade desenvolvida nas propriedades rurais. ....	71
Gráfico 5: Caráter da mão de obra. ....	72
Gráfico 6: Tempo, em anos, que se dedica a agricultura e pecuária. ....	77

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: População residente, por sexo e situação domicílio – Ipeúna-SP.....	56
Tabela 2: População total, por gênero, rural/urbana de Ipeúna-SP.....	57
Tabela 3: Situação do entrevistado em relação com à propriedade. ....	64
Tabela 4: Principal atividade do proprietário. ....	64
Tabela 5: Tamanho das Propriedades rurais em hectares.....	66
Tabela 6: Administração e quem explora a propriedade. ....	68
Tabela 7: Tempo em anos que a propriedade pertence à família. ....	68
Tabela 8: Número de pessoas por núcleo familiar.....	69
Tabela 9: Recursos de comunicação na propriedade. ....	72
Tabela 10: Número de pessoas por sexo, atividade e faixa etária.....	74
Tabela 11: Das atividades desenvolvidas na propriedade o que é tarefa do Homem/Mulher?....	76

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Perfil demográfico das mulheres entrevistadas. ....	86
Quadro 2: Fontes de renda das famílias das entrevistadas. ....	89
Quadro 3: Quem é o responsável pelas decisões da atividade produtiva. ....	90
Quadro 4: Tem alguma contribuição na renda familiar?.....	92
Quadro 5: Atividades desenvolvidas na propriedade por homens e mulheres. ....	94

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	12
CAPÍTULO 1 .....	16
2. NOVAS SIGNIFICAÇÕES DO RURAL, EMERGÊNCIA PARA NOVAS RURALIDADES ATRAVÉS DA MULTIFUNCIONALIDADE DA AGRICULTURA .....	16
2.1 As transformações do mundo rural, emergência para novas ruralidades .....	16
2.2 A noção de multifuncionalidade e de pluriatividade da agricultura familiar .....	20
CAPÍTULO 2 .....	27
3. AS RELAÇÕES DE GÊNERO, AGRICULTURA FAMILIAR E A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NO MEIO RURAL .....	27
3.1 A questão do gênero .....	27
3.2 Agricultura familiar, discussão acerca do trabalho feminino na divisão sexual do trabalho.....	28
CAPÍTULO 3 .....	39
4. O ESPAÇO RURAL DE IPEÚNA: UMA ANÁLISE À LUZ DAS MÚLTIPLAS FUNÇÕES DA AGRICULTURA .....	39
4.1 Ipeúna: apresentando o local de estudo.....	41
4.2 Contexto histórico-espacial de Ipeúna: patriarcado rural, êxodo rural e o processo de masculinização do campo.....	46
4.3 Estrutura e Lógica das Propriedades Rurais Familiares e a Reprodução Socioeconômica.....	61
4.3.1 Principais características: delimitando subsistemas internos e externos das propriedades rurais .....	64
4.3.2 Divisão sexual do trabalho nas propriedades rurais de Ipeúna-SP .....	73
4.3.3 Desenvolvimento rural sustentável, relações de gênero e ecofeminismo .....	81
CAPÍTULO 4 .....	85
5. AS MULHERES RURAIS DE IPEÚNA E AS MÚLTIPLAS FUNÇÕES DA AGRICULTURA.....	85
5.1 Principais características das mulheres entrevistadas.....	86
5.1.1 Fontes geradoras de renda .....	89
5.1.2 Trabalho doméstico .....	95
5.1.3 Sociabilidade .....	99
5.1.4 Condição de permanência no campo .....	101
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	106
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	110

## 1. INTRODUÇÃO

As mulheres exercem um papel fundamental como agentes nas estratégias de manutenção e reprodução da agricultura familiar, apesar de sua situação de invisibilidade, inferioridade e subordinação frente aos homens. É nessa perspectiva que pretende-se, com o presente trabalho, evidenciar o trabalho feminino na organização do espaço rural do município de Ipeúna-SP. Dessa forma, buscamos, através da perspectiva analítica da multifuncionalidade da agricultura analisar as dinâmicas das propriedades e, conseqüentemente, o trabalho da mulher no campo para além das atividades agrícolas. Por conseguinte, nos valem da categoria de gênero para a compreensão das diversas formas de opressão e desigualdade que se organizam e ganham coerência nas práticas sociais dos sujeitos em determinada localidade.

A região de Ipeúna coloca-se no chamado quadrilátero açucareiro de São Paulo-SP, área onde a densidade e intensidade da cultura canavieira é, sem dúvida, a de maior importância no país. Ademais, o município recebe a nomeação de “Capital Nacional da Agricultura Natural”, o que, em partes, destaca a importância do espaço rural e de suas dinâmicas produtivas agrícolas para Ipeúna. Ainda, sua paisagem rural e o número significativo de pequenas propriedades, trabalhadas pelo proprietário e família, caracterizam a estrutura fundiária.

A expansão da cultura canavieira tem sido marcante ao longo das últimas duas décadas, substituindo cultivos alimentícios, pastagens e cultivos permanentes. O predomínio da monocultura canavieira é acompanhado da pecuária e são praticadas em moldes convencionais trazendo como consequência uma paisagem agrícola não diversa (“mar de cana” e pastagem) dominando completamente a paisagem rural.

Ipeúna ainda tem em seu território atividades como mineração de calcário e argila não condizentes com suas características ambientais de grande apelo paisagístico (Cuesta de São Pedro) e definido como Área de Proteção Ambiental (APA Corumbataí-Perímetro Corumbataí e APA Piracicaba/Juqueri Mirim – Área I) que possibilitaram inclusive o desenvolvimento do turismo rural.

Em termos empresariais e técnicos o município conta com a Korin Agricultura e Meio Ambiente cujo objetivo encontra-se as atividades de pesquisa, assessoria e desenvolvimento de projetos com base nos princípios, conceitos e práticas da Agricultura Natural, modelo agrícola sustentável, de base orgânica (KORIN, 2020).

Este cenário, contrasta com as potencialidades de geração de trabalho e renda que consideramos perpassar pela promoção do trabalho agrícola feminino. Por conseguinte, em um momento no qual o município se propõe a desenvolver atividade demandantes de força de trabalho - como o exercício da agricultura natural - a crescente produção de cana-de-açúcar, a desagregação do tecido social no meio rural, a participação das mulheres neste contexto, que poderiam vislumbrar possibilidades de trabalho distintas das convencionais, são hoje problemas a serem enfrentados.

Afora os caracteres que apresentam as particularidades do município de Ipeúna-SP, é fulcral a este trabalho a discussão e compreensão do trabalho feminino. Assim, é fato reconhecido e valorizado na agricultura mundial o empoderamento da mulher como trabalhadora rural. Nesta senda, segundo a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, 2011), as mulheres apresentam quase metade da força de trabalho rural em países em desenvolvimento.

Na literatura que trata do papel da mulher como trabalhadora, o conceito de gênero passou a ser discutido a partir da década de 1970, tornando-se indispensável numa abordagem teórica que se propõe crítica ao pensar as relações sociais. Gênero como uma categoria de análise, portanto, nos auxilia a perceber e descrever as diversas formas de opressão e desigualdade que se organizam e ganham coerência nas práticas cotidianas e, sob essa lente podemos questionar as relações sociais e como estas se configuram em relações de poder (SCOTT, 1995).

No que diz respeito às relações de gênero no campo, a situação de opressão e subordinação passa pela naturalização do papel do homem e da mulher, ligada à relação hierárquica dentro das famílias rurais – cuja base material se ancora na divisão sexual do trabalho e se reproduz através de vivências, símbolos e representações (PAULILO, 1987; BRUMER; DOS ANJOS, 2004). Ainda hoje a divisão sexual do trabalho parte do princípio de que os homens são responsáveis pelo trabalho produtivo (a agricultura, a pecuária, tudo o que se associa ao mercado) e as mulheres, pelo trabalho reprodutivo (o trabalho doméstico, o cuidado da horta e dos pequenos animais, tudo o que é feito para o uso e consumo próprio – sem contar a reprodução da própria família), que é acompanhado pela invisibilidade e, portanto, sem reconhecimento.

Em razão disto, o objetivo geral que se apresenta para este trabalho é de identificar os diferentes papéis da mulher na agricultura familiar nas unidades de produção no espaço rural de Ipeúna-SP, problematizando a situação de invisibilidade e a falta de reconhecimento da mulher no espaço rural, propondo evidenciar o papel da

mulher rural na manutenção e reprodução socioeconômica da agricultura, partindo da análise de suas atividades cotidianas. Assim, nos questionamos: por que, em um espaço onde se valoriza práticas agrícolas não convencionais como a agricultura natural, as mulheres são tão ausentes? Estima-se que costumes e práticas culturais patriarcais que diminuem a importância social da mulher são os principais motivos para o esvaziamento feminino no campo, seria este o problema no espaço rural de Ipeúna?

Ao exposto, é válido ressaltar que este trabalho é fruto de uma pesquisa de maior amplitude intitulada “A Organização do Espaço Agrário do Município de Ipeúna-SP: informação como base do conhecimento para políticas de desenvolvimento rural”, desenvolvida em Ipeúna-SP a partir de um convênio entre a prefeitura do município e o Centro de Análise e Planejamento Ambiental (CEAPLA/IGCE/UNESP Rio Claro) e o Núcleo de Estudos Agrários (NEA/DEGEO/IGCE/UNESP-Rio Claro), coordenada pela Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Darlene A. de Oliveira Ferreira, entre os anos de 2017 e 2019. A pesquisa perpassou pela organização e aplicação de um formulário semiestruturado composto por 98 questões, em 230 propriedades rurais, entre 2017 e 2018. A composição do questionário compreendeu cinco grandes blocos preocupados em: identificar os proprietários e caracterizar de forma geral as propriedades; a produção agropecuária, área ocupada e rentabilidade; aspectos demográficos e sociais; aspectos políticos e culturais; e o potencial e caráter das atividades não agrícolas.

Em virtude do objetivo geral deste estudo, com a finalidade de entender as relações de gênero no espaço rural de Ipeúna-SP, realizou-se a elaboração de um roteiro de questões objetivando coletar informações e dados sobre o trabalho realizado pelas mulheres no campo ipeunense. O roteiro, em sua totalidade, contou com 16 questões semiestruturadas, entre as quais buscou-se compreender a relação do trabalho feminino em sua respectiva unidade família, e como se dá o seu reconhecimento ao/no trabalho rural, em uma perspectiva integradora que combina não só o ponto de vista produtivo, como também, as dimensões social, ambiental e cultural que o trabalho da mulher representa no meio rural.

Assim, este trabalho se estrutura em 4 capítulos, sendo que o primeiro versa sobre as novas significações do rural através da concepção da emergência de uma nova ruralidade a partir do enfoque das relações de gênero, compreende-se que nesta nova ruralidade, as funções “para além da produção” desempenhadas pela agricultura adquirem relevo que, lidas na perspectiva da multifuncionalidade, pressupõem conhecer o rural em suas múltiplas funções.

No segundo capítulo são discutidas as relações de gênero na agricultura familiar, utilizando-se a categoria de gênero como análise de discussão para designar as relações sociais entre os sexos e introduzir a ideia de que a desigualdade entre homens e mulher é “socialmente construída” através da atribuição, a ambos, de papéis diferenciados e hierarquizados; através dessa compreensão discute-se o trabalho feminino na divisão sexual do trabalho.

No terceiro capítulo, também articulando as relações de gênero, é analisado sobre à luz das múltiplas funções da agricultura, o espaço rural de Ipeúna. É abordado o contexto histórico-espacial (o patriarcado rural, êxodo rural e o processo de masculinização do campo) e a estrutura lógica das propriedades rurais e familiares e a reprodução socioeconômica de atualmente – evidenciando as principais características internas e externas das propriedades rurais.

No quarto e último capítulo, analisamos os dados e informações coletadas em campo e, com isto, buscamos corresponder aos objetivos deste trabalho, quais sejam: identificar as diversas e diferentes atividades que compõem os trabalhos produtivos e doméstico das mulheres no campo; analisar a contribuição dessas atividades para a manutenção e reprodução social da agricultura familiar através da lente analítica da multifuncionalidade da agricultura. Para isto, constitui-se, inicialmente, um quadro síntese contendo as principais características das 13 entrevistadas e, posteriormente, discorre-se sobre as atividades e práticas realizadas por elas em relação às funções de reprodução socioeconômica.

## **CAPÍTULO 1.**

### **2. NOVAS SIGNIFICAÇÕES DO RURAL, EMERGÊNCIA PARA NOVAS RURALIDADES ATRAVÉS DA MULTIFUNCIONALIDADE DA AGRICULTURA**

#### **2.1 As transformações do mundo rural, emergência para novas ruralidades**

A configuração dos modelos de agricultura que se observam na sociedade brasileira contemporânea é resultado do processo da modernização agrícola que se intensificou no Brasil após a década de 1970 (KAGEYAMA; GRAZIANO, 1983). Este processo, que também ficou conhecido como “revolução verde”, significou uma expansão da produção agrícola, isto é, uma ampliação do mercado interno para o capital, tendo como base o incentivo à mecanização da agricultura e a utilização de insumos químicos.

Segundo Kageyama; Graziano (1983, p. 551) nos anos 70 o comportamento estrutural da agricultura brasileira “exibiu simultaneamente características de grande dinamismo e modernização, deixando transparecer, no entanto seus elementos “perversos” como a concentração-exclusão, o crescimento da ociosidade das terras e a retratação da produção de alimentos básicos”.

Desta maneira, “a modernização da agricultura brasileira resultou num aumento dos índices de desemprego e, principalmente, do subemprego estacional, bem como numa intensificação do trabalho daqueles que permaneceram ocupados” (KAGEYAMA; GRAZIANO, 1983, p. 556). Compreende-se que o processo de modernização da agricultura nos anos 70 consistiu na reafirmação das características capitalistas, resultando em um processo de concentração da renda nas grandes propriedades rurais.

A agricultura e o meio rural brasileiro sofreram mudanças significativas com a redução dos recursos públicos destinados ao setor, em especial para o crédito agrícola. Neste período, como resultado do novo modelo de modernização agrícola, “a tensão social no campo confirmou a suposição de crise da agricultura familiar, refletida tanto no contexto desfavorável como na dificuldade – acentuada pelo próprio contexto desfavorável – do setor para acompanhar as transformações ocorridas no País e no agronegócio brasileiro” (BUAINAIN, 2006, p.22). A agricultura brasileira ficou mais especializada, mais técnica e mais intensa.

A falta de crédito, a mecanização e o avanço de monoculturas constituíram, inegavelmente, a redução da necessidade de força de trabalho nas atividades agrícolas, afetando principalmente a pequena agricultura familiar. Como resultado houve o

esvaziamento do campo com as migrações para as cidades, as distorções ambientais por conta do uso intensivo de insumos químicos e o esgotamento de áreas produtivas.

Neste mesmo período, emerge a necessidade do debate sobre a agricultura familiar. Embora tardiamente, este debate ganhou-se legitimidade social, política e acadêmica no Brasil. Observa-se que a partir dos anos 1990 no âmbito dos estudos rurais, o significado do que é rural e da própria agricultura passou a ser discutido, contrariando a noção do rural meramente agrícola. Nesta perspectiva, a discussão, não se limita apenas aos aspectos produtivos e econômicos, mas reconhece e valoriza a agricultura e o mundo rural enquanto ponto de contato, por excelência, entre sociedade e natureza. Deste modo, reconhece as funções desempenhadas pelas famílias rurais e pelas agriculturas praticadas para além das práticas produtivas (FERREIRA, 2002; CARNEIRO; MALUF, 2003).

O debate com relação à importância da agricultura familiar adquire novo enfoque, dado a capacidade de gerar ocupações e trabalho. Verifica-se entre a agricultura familiar o crescimento das atividades não agrícolas relacionadas às agroindústrias, serviços, comércio, turismo e preservação do meio ambiente. Silva (1997); Kageyama (2004) percebe nessas novas configurações como estratégias de desenvolvimento do meio rural no Brasil.

Para Veiga (1998 apud SHNEIDER, 2004) o desenvolvimento rural é entendido como sendo um processo sistêmico, a partir do qual a economia apresenta a possibilidade de, ao mesmo tempo, crescer, reduzir desigualdades e ainda preservar o meio ambiente. Segundo o autor um dos elementos fundamentais do processo de desenvolvimento rural é a valorização e fortalecimento da agricultura familiar, a diversificação das economias dos territórios, o estímulo ao empreendedorismo local e o apoio estatal.

Para Silva (1997) esse fenômeno é identificado como o “Novo Rural” referindo-se às atividades que ganham importância econômica pela capacidade de gerar emprego e renda ao valorizar a natureza e o espaço rural enquanto objetos de consumo.

No denominado novo rural, o agricultor e sua família assumem papéis diferenciados, modificando a estrutura produtiva que antes estava pautada apenas em atividades agropastoris no que diz respeito à produção (SILVA, 1997; CARNEIRO; MALUF, 2003). Acredita-se que essa reestruturação do campo se deva à essas novas atividades não agrícolas, capazes de aumentar a renda familiar e de oferecer melhor qualidade de vida. Segundo Silva (1997) o agricultor passa a combinar atividades agropecuárias com outras atividades não agrícolas, que se desenvolvem não somente na propriedade, mas também fora dela.

A sua característica fundamental é que ele não é mais somente um agricultor ou um pecuarista: ele combina atividades agropecuárias com outras atividades não agrícolas, dentro ou fora de seu estabelecimento, tanto nos ramos tradicionais urbano-industriais, como as novas atividades que vem se desenvolvendo no meio rural, como lazer, turismo, conservação da natureza, moradia e prestação de serviços pessoais [...] Essa é a sua característica nova: uma pluriatividade que combina atividade agrícolas e não-agrícolas. (SILVA, 1997, p. 47)

Nessa mesma perspectiva, Silva; Del Grossi (1999, p. 165) afirmam que duas consideráveis transformações ocorreram no espaço rural, sendo elas:

a) nova divisão do trabalho no interior das unidades familiares, liberando alguns membros das famílias para se ocuparem em outras atividades alheias a sua unidade produtiva; b) os membros da família que já conduziam individualmente a atividade agrícola têm o seu tempo de trabalho reduzido, de tal sorte a possibilitar a combinação da produção agrícola na sua unidade com outra atividade externa, agrícola ou não. (SILVA; DEL GROSSI, 1999, p. 165)

Aliado a ideia do novo rural, a noção de ruralidade tem sido frequentemente utilizada nos debates sobre as transformações recentes no espaço rural. Entende-se que as ruralidades são compostas por objetos, ações e representações peculiares do rural, com destaque para as representações e identidades rurais dos indivíduos e grupos sociais.

A ruralidade se expressa de diferentes maneiras como representação social – conjunto de categorias referidas a um universo simbólico ou visão de mundo – que orienta práticas sociais distintas em universos culturais heterogêneos, num processo de integração plural com a economia e a sociedade urbano-industrial. (CARNEIRO, 1998, p.73)

Tendo em vista que a ruralidade é um conceito sociológico, na geografia o conceito se estende sobre as práticas socioespaciais. Neste sentido, os estudos das ruralidades por meio da geografia surgem como forma de compreender e explicar as novas atribuições presentes no espaço rural, principalmente da agricultura familiar (WANDERLEY, 2000).

Assim, refletir a ruralidade, pressupõe analisar o modo de ser e de viver de grupos societários inseridos no espaço rural,

Supõe, portanto, a compreensão dos contornos, das especificidades e das representações deste espaço rural, entendido, ao mesmo tempo, como espaço físico (referência à ocupação do território e aos seus símbolos), lugar onde se vive (particularidades do modo de vida e referência identitária) e lugar de onde se vê e se vive o mundo (a cidadania do homem rural e sua inserção nas esferas mais amplas da sociedade). (WANDERLEY, 2000, p. 88)

Partindo-se da definição de Karam (2004, p.306) “a ruralidade é entendida como um modo de vida, como uma sociabilidade que é pertinente ao mundo rural, com relações internas específicas e diversas do modo de viver urbano”. Nesta ruralidade está expressa

a capacidade dos agentes de se adaptarem às novas condições resultantes das ações externas. As transformações não apontam para o fim do mundo rural, mas para a emergência de uma nova ruralidade (WANDERLEY, 2000).

Dessa forma, observa-se a necessidade de (re) pensar o meio rural como uma categoria social. Neste sentido, volta-se “a falar não apenas da agricultura e da produção agrícola, mas também do rural *lato sensu* (SCHNEIDER, 2003, p. 100). Por isto, torna-se necessário analisar a família como unidade social e não apenas sobre uma perspectiva que evidencia a visão produtivista da agricultura familiar e, que conseqüentemente, mascara os atores sociais nas suas reais funções.

Por conseguinte, é neste contexto de valorização das múltiplas funções desempenhadas pela agricultura familiar que proponhamos analisar essa emergência da ruralidade representada com novas dimensões (diversificação social, novos usos do rural) como espaço vivo de criação, comportamento, contestação e negociação dos “papéis de gênero”.

Nos capítulos que se seguem, prosseguimos com o empenho teórico conceitual de demonstrarmos parte da concepção da emergência de uma nova ruralidade a partir do enfoque das relações de gênero. Busca-se abordar as relações de gênero enquanto categorias históricas centrais na construção do espaço, principalmente, no espaço agrícola e, assim, por meio deste, reconhecer a participação das mulheres na dinâmica da propriedade rural. É importante apontar as espacialidades das desigualdades de gênero, evidenciando que a disposições dos objetos e sujeitos não é fruto de uma simples coincidência.

Nesta nova ruralidade, as funções “para além da produção” desempenhadas pela agricultura adquirem relevo que, lidas na perspectiva da multifuncionalidade, pressupõem conhecer o rural em suas múltiplas funções. Dessa forma, a noção de multifuncionalidade da agricultura nos permite compreender e analisar, tanto as relações internas e específicas da agricultura e, portanto, da propriedade rural, como as suas relações externas evidenciando seus contornos, suas especificidades e suas representações. Nesta perspectiva, a multifuncionalidade nos serve como instrumento de análise que possibilita visibilizar o papel da mulher no campo, principalmente porque contribui para evidenciar as atividades agrícolas de cunho não produtivo na escala da propriedade rural.

## 2.2 A noção de multifuncionalidade e de pluriatividade da agricultura familiar

Segundo Brandenburg (2010, p.168) “são vários os sentidos de rural, quando a literatura analisa o rural brasileiro e o projeta em termos de sua perspectiva, de sua permanência ou não na sociedade”. Dentro das correntes de interpretação, há a que busca evidenciar suas particularidades, através de uma perspectiva que não reduz à superação do rural, mas que reitera as qualidades e potencialidades decorrente das particularidades históricas, sociais, culturais e ecológicas do campo (WANDERLEY, 2000). Assim, esta nova leitura sobre o rural, busca desvincular a visão homogeneizadora imposta pela abordagem dominante de modernização agrícola. Trata-se de reconhecer o rural como uma dimensão inerente ao processo geral do desenvolvimento da sociedade.

Segundo Kageyama (2004) há, no entanto, uma nova realidade a que essa visão tradicional não adere mais:

hoje, no meio rural de praticamente todos os países, há uma grande diversidade de ocupações, serviços e atividades produtivas, novas funções não exclusivamente produtivas (residência, paisagem, esportes e lazer), maior interação com o entorno urbano e uma revalorização do rural (pelo turismo, artesanato, etc) que pode inverter o movimento de uma fração da população em direção às áreas rurais. (Ibidem, 2004, p. 20)

Para Gómez (2001 apud KAGEYAMA, 2004, p. 20) essas mudanças configuram uma “nova ruralidade”, que para o autor apresenta três dimensões cumulativas, sendo elas:

a) quanto ao tipo de espaço e atividade que aí se realizam, são espaços de baixa densidade onde realizam atividades agrícolas, pecuárias, florestais, artesanatos, pequenas indústrias, pesca, extração de recursos naturais, turismo, além de serviços como educação, saúde, governo local, comércio e transporte, entre outras; b) quanto à especificidade que distingue o rural de outras situações, que constitui a parte fundamental do argumento, está o predomínio de relações pessoais em territórios de baixa densidade populacional, gerando relações de vizinhança e parentesco que, por sua vez, geram um forte controle social da comunidade sobre as relações entre as pessoas; c) quanto ao alcance do rural, a proposição sobre a nova ruralidade faz com que sejam incluídos no rural certos espaços normalmente considerados urbanos, ou melhor, coloca no centro da questão a articulação entre rural e urbano.

Para Wanderley (2009 apud BRANDENBURG, 2010, p.168), “o rural é revitalizado mediante atores diversos, mas principalmente com a ação dos agricultores familiares, imprimindo diversos formatos sociais e produtivos”. A autora destaca um conjunto de elementos que configuram essa nova ruralidade, demonstrada por uma integração intersetorial entre o meio rural e o meio urbano: diversificação social, relações de complementaridade com o urbano, valorização dos patrimônios natural e cultural e o

surgimento de novos papéis atribuídos aos agricultores, abrangendo aspectos que envolvem desde a preservação da paisagem, proteção ambiental e a reprodução das tradições culturais rurais (WANDERLEY, 2000).

É, portanto, nessa perspectiva que compreendemos que o mundo rural não pode mais ser definido somente por suas bases agrícolas, pois as heterogeneidades, a pluriatividade e a multifuncionalidade são aspectos marcantes das transformações da agricultura e das áreas rurais a partir da segunda metade do século XX, passando a fazer parte do cenário rural da atualidade.

O debate acerca do conceito de multifuncionalidade ganhou notoriedade durante a Conferência das Nações Unidas (ECO-92) sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável<sup>1</sup>, realizada no Rio de Janeiro em 1992. Segundo Sabourin (2008) foi a partir deste evento que “a multifuncionalidade foi caracterizada como o reconhecimento pela sociedade do interesse público ou geral de funções sociais, ambientais, econômicas ou culturais, não diretamente produtivas ou não mercantis e associadas à atividade agropecuária” (p. 58). Esse reconhecimento teve o mérito de permitir a agregação de um caráter operacional, além de diversos instrumentos, às noções bastante abstratas de desenvolvimento sustentável e de agricultura sustentável (Ibidem, 2008).

A noção de multifuncionalidade da agricultura tem suas origens na Europa, especificamente na França com adoção na construção dos chamados Contratos Territoriais de Estabelecimentos (CTEs)<sup>2</sup>. Esses contratos representam um instrumento político que permite integrar o enfoque territorial na agricultura, recuperando uma dimensão agrária, renovada e multifuncional, às estratégias de desenvolvimento rural (MACHADO, et al. 2008).

[...] esses contratos entre agricultores e Estado acabaram por representar um mecanismo de desenvolvimento voltado à manutenção das populações ainda no meio rural, não precisando, necessariamente, se ocuparem com atividades estritamente agrícolas. (MACHADO, et al. 2008, p. 27)

No Brasil a noção de multifuncionalidade é útil à realidade brasileira como instrumento de política pública para o apoio e promoção da agricultura familiar. Segundo Cazella et al. (2009) a produção agrícola familiar é dita como “as que melhor expressam, efetiva ou potencialmente, o que a noção pretende como um objetivo de políticas públicas

---

<sup>1</sup> Ver mais em: CANDIOTTO, L. Z. P. Aspectos históricos e conceituais da multifuncionalidade da agricultura. *Anais...* In: XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária. São Paulo, 2009. p. 1-16

<sup>2</sup> Ver mais em: REMY, J. Prefácio. In. Agricultura Familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil. Orgs. CAZELLA, A. A. BONNAL, P. MALUF, R. S. MAUAD X, Rio de Janeiro, 2009.

voltadas à promoção de modelos de produção socialmente equitativos, ambientalmente sustentáveis e que valorizem a diversidade cultural e dos biomas” (p. 49).

Nota-se na noção de multifuncionalidade a perspectiva de um novo paradigma de desenvolvimento rural, sustentado na relação entre sustentabilidade e multifuncionalidade. A discussão acerca destes dois conceitos consolida-se no mesmo período quando se alarga o debate sobre o lugar e o papel da agricultura no desenvolvimento de um rural considerado como um espaço que abrange atividades econômicas, relações e manifestações socioculturais e é o *locus* de uma natureza que precisa ser conservada. Desde então, o conceito de multifuncionalidade e sustentabilidade caminham juntas nos programas de desenvolvimento rural, voltado para a agricultura familiar. Pois como citado anteriormente, a crescente modernização da agricultura pautada pelas exigências dos setores dominantes da indústria e do capital resultaram em efeitos negativos, provocando graves impactos ambientais e sociais que mais tarde foram percebidos pelas instituições de governo. Dessa forma, os dois conceitos englobam a questão ambiental, a qualidade dos alimentos, as técnicas agrícolas tradicionais, bem como, o modo de vida das famílias e a reprodução socioeconômica.

Portanto, em linhas gerais trabalhar a multifuncionalidade supõe recuperar a percepção do caráter múltiplo da família rural ultrapassando da sua condição de produtora de bens agrícolas. No contexto brasileiro, a multifuncionalidade é tomada como um “novo olhar” sobre a agricultura familiar, permitindo analisar a interação de famílias rurais e territórios na dinâmica de reprodução social, considerando os modos de vida das famílias na sua integridade e não apenas seus componentes econômicos (MALUF, 2002 apud BONNAL; CAZELLA; MALUF, 2009).

A noção de multifuncionalidade rompe com o enfoque setorial e amplia o campo das funções sociais atribuídas à agricultura que deixa de ser entendida apenas como produtoras de bens agrícolas. Ela se torna responsável pela conservação dos recursos naturais (água, solo, biodiversidade e outros), do patrimônio natural (paisagens) e pela qualidade dos alimentos. (CARNEIRO; MALUF, 2003, p. 19)

Segundo Cazella et al. (2009) o uso da noção de multifuncionalidade adquire sentido apenas quando se analisa o sistema de atividades<sup>3</sup> das famílias rurais, vistos como o conjunto articulado de atividades agrícolas e não agrícolas, remuneradas ou não, de índole social, ambiental e simbólica, realizadas pelos membros da família, com o intuito

---

<sup>3</sup> “O conceito de sistema de atividade é tributário da concepção de Chayanov sobre as atividades da família rural, tendo sido introduzido pela primeira vez por Paul et al. (1994) para analisar o funcionamento de estabelecimentos familiares em ilhas caribenhas”. (Cazella et al. 2009, p. 58)

de assegurar à reprodução econômica e social de um território específico. Deste modo, família rural, sistemas de atividades e território se relacionam entre si, influenciando um ao outro, dado que o sistema de atividades e a agricultura inserida neste sistema, geralmente como atividade central e de múltiplas funções, molda e antecede o território.

Assim sendo, propõe-se adotar a terminologia multifuncionalidade “da agricultura” pois compreende-se que a agricultura se constitui na ação responsável por estimular muitas regiões rurais e permitir diferenciadas atividades para além de suas funções primárias (CARNEIRO; MALUF, 2003; CAZELLA et al. 2009).

Ao tratar das possibilidades e da operacionalização do enfoque da noção de multifuncionalidade agrícola no contexto brasileiro, como um referencial analítico para compreensão das peculiaridades da realidade rural nacional os autores Carneiro; Maluf (2003) por meio de uma pesquisa<sup>4</sup>, atribuem que a noção de MFA está associada a quatro funções do exercício da atividade agrícola, cujo grau de manifestação não é homogêneo, variando de acordo com os distintos contextos territoriais analisados. As funções são as seguintes:

1) Reprodução socioeconômica das famílias rurais: diz respeito à geração de trabalho e renda que permite às famílias rurais se manterem no meio rural em condições dignas;

2) A promoção da segurança alimentar das próprias famílias rurais e da sociedade: abrange a produção para autoconsumo das famílias e a produção mercantil dos alimentos. A agricultura familiar promove a segurança alimentar, nos sentidos da disponibilidade e acesso aos alimentos e o da qualidade destes;

3) Manutenção do tecido social e cultural: essa contribuição da agricultura decorre das anteriores e também de fatores referentes à identidade social e às formas de sociabilidade das famílias e comunidades rurais;

4) Preservação dos recursos naturais e da paisagem rural: diz respeito ao uso de recursos e a sua preservação por parte da agricultura familiar, as relações entre atividades econômicas e a paisagem, bem como a preservação da biodiversidade.

Pode-se afirmar que a multifuncionalidade procura retornar a importância das contribuições da agricultura familiar nas dinâmicas econômicas, sociais e culturais. Para além, a noção de multifuncionalidade pode ser usada como uma nova ferramenta teórico-

---

<sup>4</sup> Pesquisa organizada por Carneiro; Maluf (2003), fruto de cooperação entre pesquisadores brasileiros e franceses. Ver mais em: CARNEIRO, M.J. e MALUF, R.S. (Orgs.) Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro : MAUAD, 2003. 230p

metodológica sobre a agricultura familiar, o que nos permite analisar a interação entre famílias e territórios na dinâmica de reprodução social (Carneiro; Maluf, 2003). Essa compreensão remete a importância da agricultura - e da identidade de “ser agricultor” – como elemento de configuração dos territórios rurais.

Dentro deste contexto de reprodução social da agricultura familiar podemos trabalhar o conceito inseparável à noção de multifuncionalidade: o de pluriatividade.

A partir do início da década de 1990, cresce o fenômeno da *pluriatividade* no espaço rural brasileiro, pois, além da maior diversidade de atividades agropecuárias, são adicionadas novas atividades não agrícolas (indústrias, condomínios residenciais, áreas de lazer e turismo), e intensificadas diversas atividades para-agrícolas que agregam valor aos produtos *in natura* e processados. (CANDIOTTO, 2009, p. 3)

Para a pluriatividade é reservada a noção da combinação das múltiplas inserções ocupacionais das pessoas que pertencem a uma mesma família, “tende a se desenvolver como uma característica ou uma estratégia de reprodução das famílias de agricultores que residem em áreas rurais situadas em contextos onde sua articulação com o mercado se dá através de atividades não-agrícolas ou para-agrícolas” (SCHNEIDER, 2005 p.27).

Portanto, a pluriatividade é entendida como um fenômeno em que os membros das famílias e agricultores que vivem no meio rural:

[...] optam pelo exercício de diferentes atividades, ou mais rigorosamente, optam pelo exercício de diferentes atividades não-agrícolas, mantendo a moradia e uma ligação, inclusive produtiva, com a agricultura e a vida no espaço rural. (SCHNEIDER, 2003, p. 91)

Este conceito vem sendo utilizado para “descrever o processo de diversificação que ocorre dentro e fora da propriedade, bem como para apontar a emergência de um conjunto de novas atividades que tomam lugar no meio rural” (SCHNEIDER, 2003, p. 79).

Para Fuller (1990, p. 367 apud SCHNEIDER, 2003, p. 79) a pluriatividade:

[...] permite reconceituar a propriedade como uma unidade de produção e reprodução, não exclusivamente baseada em atividades agrícolas. As propriedades pluriativas são unidades que alocam trabalho em diferentes atividades, além da agricultura familiar (*home-based farming*). [...] A pluriatividade permite separar a alocação do trabalho dos membros da família de suas atividades principais, assim como permite separar o trabalho efetivo das rendas. Muitas propriedades possuem mais fontes de renda do que locais de trabalho, obtendo diferentes tipos de remuneração. A pluriatividade, portanto, refere-se a uma unidade produtiva multidimensional, onde se pratica a agricultura e outras atividades, tanto dentro como fora da propriedade, pelas quais são recebidos diferentes tipos de remuneração e receitas (rendimentos, rendas em espécie e transferências).

A pluriatividade surge como um fenômeno em meio ao “novo” rural (SILVA, 1997) ou das novas ruralidades (WANDERLEY, 2000), “como uma forma de acomodar a mudança, de se adaptar à realidade da agricultura, minimizando riscos, maximizando oportunidades, construindo uma família e permanecendo na terra” (SCHNEIDER, 2003, p. 97). Segundo Candiotto (2009, p. 3) “esse contexto do rural contemporâneo vem diversificando as ocupações e a renda da população rural, e levando a implicações socioeconômicas e a mudanças no uso e na ocupação do espaço rural”.

Assim sendo, compreendemos que neste contexto de transformações no meio rural, novas atividades vão surgindo (turismo rural, produção agroecológica, formação de agroindústrias, entre outros), reafirmando o crescimento da pluriatividade. A maior parte dessas atividades compõe, no entanto, o caráter “multifuncional” da agricultura e, conseqüentemente, possibilita que haja o reconhecimento da agricultura familiar, da conservação ambiental e da valorização sociocultural.

Vale destacar, portanto, que o conceito de pluriatividade é muitas vezes confundido com a noção de multifuncionalidade dada a proximidade dos termos, “ao ser construída a partir da relação entre sistema de atividades e território a noção de multifuncionalidade engloba a temática da pluriatividade, mas não se limita a ela” (GAVIOLI; COSTA, 2011, p. 454). A multifuncionalidade almeja promover as demais funções da agricultura para além da produção agrícola, funções estas que podem se traduzir em atividades não-agrícolas, mas não somente vinculadas a estas. Por outro lado, o conceito de pluriatividade pretende analisar as novas configurações de trabalho no meio rural, com o propósito de compreender o fenômeno de integração das atividades agrícolas com as não-agrícolas no contexto de um estabelecimento agrícola (CANDIOTTO, 2007; 2009).

Estes são conceitos que servem de referência para o fortalecimento da agricultura, como fomento para a valorização do espaço rural, pontuando as dimensões socioeconômica, cultural e ambiental da agricultura familiar. É, portanto, a partir de uma perspectiva multidimensional, para além do aspecto produtivista da agricultura que procuramos compreender os atores sociais, sobretudo, as agricultoras rurais dentro desta dimensão responsáveis pela manutenção e reprodução desta modalidade de agricultura.

É através da noção da multifuncionalidade que o papel da mulher rural na manutenção e reprodução social da agricultura familiar, partindo da análise de suas atividades cotidianas podem ser evidenciados. Quando observamos a organização nos espaços rurais nos dias atuais, mais precisamente na agricultura familiar, notamos que os

mesmos veem se modificando para se adaptar e manter-se nesse meio agrícola. Neste processo de adaptação são as mulheres que exercem um papel central, uma vez que são elas as principais responsáveis pela manutenção e reprodução social da agricultura familiar.

Compreendemos que se torna necessário indagar as relações sociais entre gêneros no enfoque teórico da multifuncionalidade da agricultura pois as mulheres exercem um papel fundamental como agentes nas estratégias de manutenção e reprodução da agricultura familiar, apesar da situação de desigualdade frente aos homens. A luz das dimensões da multifuncionalidade agrícola, podemos perceber que as atividades realizadas pelas mulheres rurais em seus cotidianos são essenciais para subsistência biológica e socioeconômica das famílias. As mulheres do campo realizam funções em todos os âmbitos de trabalho, agrícolas e não-agrícolas. Estas garantem, por sua vez, a sobrevivência da unidade familiar no campo, através da contribuição e fomento da renda familiar sendo de fundamental importância para esse movimento emergente que constitui o campo das novas ruralidades.

Seguimos nossa discussão em torno das denominações atribuídas às mulheres no contexto rural, apreendendo que as classificações gerais são resultantes de um contexto histórico e cultural. Analisa-se que a identidade feminina é marcada por um conjunto de ideias construídas socialmente pela lógica patriarcal, como consequência, são subjugadas e subordinadas a relações assimétricas, desiguais em relação aos homens.

## **CAPÍTULO 2**

### **3. AS RELAÇÕES DE GÊNERO, AGRICULTURA FAMILIAR E A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NO MEIO RURAL**

#### **3.1 A questão do gênero**

A discussão a respeito do conceito de “Gênero” vem sendo debatido e incorporado nos vários espaços acadêmicos, políticos, movimentos sociais, entre outros. No entanto, nem sempre foi assim, e as questões que se referiam a gênero, patriarcado, machismo entre outras formas de desigualdade e submissão eram tidos como tabus. Ocultadas pelos dogmas instalados na sociedade que naturalizaram as desigualdades de gênero e, conseqüentemente as relações de poder, colocando a mulher em posição de exploração, pelo simples fato de ser mulher.

Sabe-se que muitos avanços já foram conquistados, especialmente no âmbito de algumas políticas de reconhecimento aos direitos da mulher, entretanto, as desigualdades de gênero ainda estão imbricadas na realidade do campo, apesar do trabalho exercido pela mulher rural contribuir para renda familiar, este remete para muitos como atividade complementar da atividade exercida pelo trabalho masculino.

Segundo Tedeschi (2009, p.142) “as contribuições que os estudos de gênero nos últimos tempos têm dado a historiografia contemporânea são inquestionáveis, pois além de tirarem as mulheres da invisibilidade no passado, colocam um conjunto de questões e reflexões metodológicas importantes”.

Os estudos já realizados sobre mulheres rurais, sempre tenderam a considerá-las a partir de seu lugar dentro da unidade de produção, evidenciando sua condição de trabalhadoras não remuneradas e com baixa valorização. São esses estudos que nos tem revelado aspectos relevantes relacionados à situação de desigualdade das mulheres, como a sua importância nas atividades agrícolas e também o seu importante papel na reprodução social das famílias rurais.

Na literatura feminista, o termo “gênero” como categoria de análise na historiografia é recente e tenta estabelecer compreensões teóricas, capazes de enfatizar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo dos indivíduos. Este conceito rejeita o determinismo biológico implícito no uso de termos tais como “sexo” ou “diferença sexual” e evidencia a construção social que é implícito na distinção entre homens e mulheres.

Como define Scott (1995), gênero é empregado para designar as relações sociais entre os sexos e introduz a ideia de que a desigualdade entre homens e mulheres é “socialmente construída” através da atribuição, a ambos, de papéis diferenciados e hierarquizados.

Uma maneira de indicar “construções sociais” – a criação inteiramente social de ideias sobre papéis adequados aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre o corpo sexuado. (SCOTT, 1995, p. 75)

A compreensão de gênero como uma construção se dá pelos aspectos sociais, culturais, econômicos, políticos e, psicológicos que, segundo Tedeschi (2009, p. 143), “amplia as possibilidades das abordagens históricas, permitindo trazer para a discussão dois aspectos importantes sendo um deles: a vinculação da definição de gênero com as relações de poder, e o outro, enquanto representação”. Estes estão inter-relacionados, ainda que sejam constitutivos de realidade e eventos historicamente situados.

### **3.2 Agricultura familiar, discussão acerca do trabalho feminino na divisão sexual do trabalho**

É consenso que a agricultura familiar tem como uma das principais características o controle da família sobre os meios de produção, sendo que está é a principal responsável pela efetividade do trabalho. Dessa maneira, para entender a participação feminina na agricultura é necessário analisar, a princípio, a estrutura familiar rural. Isso porque nos vários estudos sobre o trabalho na sociedade rural e agricultura familiar, é a família o principal sujeito de análise.

De acordo com Schneider (2003) há quatro elementos para a definição de agricultores familiares. O primeiro elemento refere-se a forma de uso do trabalho, que é, em sua maioria baseada no trabalho exclusivamente familiar. O segundo elemento diz respeito aos obstáculos que não permitem a relação direta entre produção agrícola e industrial, que embora tenha a inserção tecnológica, essa não exclui a diferença de funcionamento da agricultura e da indústria. O terceiro elemento pode ser extraído da teoria social marxista, em que não considera a interação entre a agricultura familiar e o sistema dominante. Contudo, as relações do agricultor familiar com o meio social e econômico ocorre por meio dos créditos, de financiamento ou de outra forma de apoio institucional – Estado ou ONGs -, e também pelo acesso aos mercados de produtos. O quarto elemento e o principal diz respeito à natureza familiar das unidades agrícolas,

sendo que são as definições estabelecidas pela família com relação aos demais aspectos, sejam econômicas, social e ambiental, que estabelecem os meios e formas para a viabilidade socioeconômica, cultural e simbólica da agricultura familiar. “É no interior da família e do grupo doméstico que se localizam as principais razões que explicam, ao mesmo tempo, a persistência e a sobrevivência de certas unidades e a desagregação e o desaparecimento de outras” (SCHNEIDER, 2003, p. 6).

Assim, a reprodução social origina-se da interligação entre os familiares e deles com o meio social de onde estão inseridos, exercendo um papel ativo para produzir meios de garantir sua continuidade. Dessa forma, significa assumir que a agricultura familiar é uma forma social que se relaciona com o modo de produção dominante sem que, necessariamente assuma um caráter capitalista (Ibidem, 2003).

O INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e a FAO – Fundos das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação definem o conceito de agricultura familiar em que suas características são: a gestão e investimento das unidades produtivas são realizadas por pessoas que apresentam laços de sangue ou de casamento entre si, a maior parte dos trabalhos são realizados pela mão de obra familiar, a propriedade dos meios de produção pertencem à família e é em seu interior que realiza sua transmissão em caso de falecimento ou aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva (INCRA/FAO, 1996 apud ALTAFIN, 2007, p. 13).

Chayanov (1974 apud GERARDI; SALAMONI, 1994) aborda que cada família possui uma dinâmica demográfica própria, que se desenvolve em função do número de integrantes que compõem e de suas idades. A composição familiar definirá a variação no volume de trabalho e consumo, que são essenciais para assegurar a sobrevivência das famílias.

Chonchol (1986 apud GERARDI; SALAMONI, 1994), ressalta que o grupo familiar:

[...] é marcado por um forte coletivismo interno, expresso na organização e divisão do trabalho, onde cada família adapta sua capacidade de trabalho conforme das características de sexo e idade de seus membros. A unidade produtiva familiar assim constituída reveste-se de uma certa autarquia em relação ao exterior, em que as tomadas de decisões são ponderadas em conjunto, sempre orientadas para a satisfação das necessidades de subsistência. (Chonchol, 1986 apud GERARDI; SALAMONI, 1994, p. 6)

A mão de obra é um dos traços presente na organização familiar de produção, segundo Chaynoy (1974 apud SCHNEIDER, 2003, p.107) “é a união entre a unidade

doméstica (ou de consumo) e a unidade de produção” que especifica alguns aspectos centrais da agricultura familiar.

O que diferencia a agricultura familiar de outras formas de produção rural é a interligação entre terra, trabalho e família. Compreende-se que essa modalidade de agricultura apresenta importância significativa no contexto agropecuário brasileiro tendo em vista a sua atuação no segmento de produção de alimentos, na geração de empregos rurais e na preservação ambiental.

A agricultura familiar pode ser definida segundo Wanderley (1996) como sendo aquela em que a família é ao mesmo tempo, proprietária dos meios de produção e assume o trabalho na propriedade, associando família, produção e trabalho. Nesta perspectiva, destaca-se que todos os recursos empregados, não garante apenas a sobrevivência atual dos membros da família, mas também a das gerações futuras. A autora ainda destaca que o modelo original do campesinato brasileiro é reflexo dos processos sociais da história e da agricultura do país desde o período colonial, onde havia a dominação econômica, política e também social das grandes propriedades.

Sobre os agricultores familiares, Wanderley (2004), descreve que estes:

Mesmo integrada ao mercado e respondendo às suas exigências, o fato de permanecer familiar não é anódino e tem como consequência o reconhecimento de que a lógica familiar, cuja origem está na tradição camponesa, não é abolida; ao contrário, ela permanece inspirando e orientando – em proporções e sob formas distintas, naturalmente – as novas decisões que o agricultor deve tomar nos novos contextos a que está submetido. Esse agricultor familiar, de uma certa forma, permanece camponês (o camponês “adormecido” de que fala Jollivet) na medida em que a família continua sendo o objetivo principal que define as estratégias de produção e de reprodução e a instância imediata de decisão. (WANDERLEY, 2004, p. 48)

Lamarche (1993 apud ABRAMOVAY, 2003) aborda os agricultores familiares como portadores de uma tradição que é adquirida pela centralidade da família, pela forma de produzir e pelo modo de vida. Essa tradição de reciprocidade, ajuda mútua, mão de obra essencialmente familiar, ligação com a terra e gestão da propriedade familiar são as raízes do campesinato atualmente na agricultura familiar.

Portanto, analisa-se que a agricultura familiar é diversificada no que diz respeito à força de trabalho, ao modo de produção e de tipos de produtos. Dessa maneira, não é pautável do ponto de vista da organização do trabalho, centrar a questão somente em um membro familiar como é o caso da figura masculina. É fundamental entender a combinação de jornadas de trabalho de todos os membros da família a fim de avaliar o produto final. Por sua vez, nota-se que o trabalho feminino no campo, apesar de contribuir

na renda da família, ainda remete para muitos, como atividade complementar da aquela exercida pelo trabalho masculino.

Ao apreendermos que a família é ao mesmo tempo unidade de produção e consumo, e por assim ser, o trabalho está organizado a partir e para a família, torna-se fundamental compreender os espaços femininos na agricultura familiar (MESQUITA; MENDES, 2012).

Com base nos autores Mesquita; Mendes (2012), a agricultura familiar possui uma tradição histórica, que carrega em si, dogmas no âmbito das relações familiares. A família cumpre o papel de reprodutora de princípios que visam categorizar a boa conduta, a moral e as atribuições dos papéis de gênero, normatizando as ideologias do patriarcado e do machismo na vida da mulher.

Temos uma estrutura familiar baseada no patriarcado que sujeita as mulheres ao trabalho doméstico e ainda é contemporânea mesmo com todos os avanços alcançados pelas mulheres. No campo brasileiro, em se tratando da agricultura familiar ainda encontramos a mulher agricultora apequenada diante do marido e não agente de sua própria vida, uma estrutura arcaica tradicional que reproduz uma lógica de opressão que o movimento feminista combate historicamente. (CONDE, 2012, p.01)

Refletindo a respeito da condição da mulher trabalhadora rural, notamos que o meio rural se faz locus “privilegiado” da reprodução social das desigualdades de gênero e, conseqüentemente, da divisão sexual do trabalho.

Olhar para a complexidade das relações de gênero é querer, mais do que ver suas formas aparentes, entender sua dinâmica, a forma como produzem e reproduzem desigualdades para poder superá-las. Um dos aspectos a se considerar é o processo de socialização de gênero desenvolvendo habilidades e capacidades diferentes nos homens e nas mulheres. Quando resgatamos, em uma linha da vida, o desenvolvimento de meninos e meninas, percebemos que, na área rural, eles estão juntos, sem grandes diferenças até por volta dos 5 anos. Depois, as meninas começam a seguir as mães, aprendendo com elas o trabalho doméstico e contribuindo para a realização deste. Os meninos passam a seguir o pai, a aprender com ele e a brincar entre meninos nas horas de lazer que geralmente são maiores que as das meninas. Os rapazes também saem mais, vão mais longe, enquanto as moças ficam mais com a família, não só pelo trabalho, mas pelo medo dos pais de que elas “caiam na vida”. (NOBRE, 1998, p. 05)

Ao estudar agricultores familiares na Zona da Mata pernambucana, Heredia (1979) procurou entender as relações entre produção e consumo que se estabeleciam entre eles. A autora observou que todos os membros da família desenvolviam alguma espécie de atividade agrícola, porém os agricultores quase sempre afirmavam que mulheres e crianças não trabalhavam. Notou que o espaço de produção, como áreas de cultivo, pastos, curral é masculino, onde o pai coordena as atividades a serem desenvolvidas. Logo o

espaço de consumo como a casa e quintal é considerado feminino, pois é a mãe quem orienta as tarefas, geralmente com a cooperação das filhas moças e crianças.

Segundo a autora, estes agricultores veem as funções praticadas pelas mulheres como complementares e, mais do que isto, apenas possível pelas atividades que eles mesmos realizam, isto é, o trabalho no roçado. “Em consequência desta hierarquia, considera-se trabalho as atividades na esfera produtiva, já as múltiplas tarefas desenvolvidas no espaço do consumo da família não são consideradas trabalho” (HEREDIA, 1979; 2013, p. 50).

Ocorre dessa forma, uma oposição entre a casa e o roçado que define o que é trabalho e não-trabalho, essa oposição delimita os espaços e papéis masculinos e femininos. Considera-se assim que a mulher não trabalha e, este princípio é mantido apesar de frequentemente mulheres desempenharem atividades produtivas no roçado. Dessa forma, as tarefas que pertencem ao roçado, quando efetuadas por elementos femininos, perdem o caráter de trabalho e passam a ser considerado como “ajuda” ao trabalho do homem (HEREDIA, 1979; PAULILO, 1987).

Percebe-se que a qualificação do trabalho feminino é relacional, recebendo, muitas vezes, uma dupla avaliação. Essa qualificação legítima e dá sentido à divisão de tarefas por sexo, aprofundando a oposição entre masculino e feminino. Essa oposição vivenciada no cotidiano dos agricultores familiares resulta em uma divisão fundamentada em dois princípios: o princípio da separação (existem trabalhos de homens e trabalho de mulheres) e o princípio da hierárquico (um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher) (HIRATA; KERGOAT, 2007, p.599).

Numa sociedade onde prevalecem a ordem mercantil e a cultura patriarcal definidora dos papéis de gênero, a identidade feminina supõe uma posição subordinada e dependente em relação ao homem, obedecendo à hierarquia de poder estabelecida. Além disso, os espaços a serem ocupados por cada um também são definidos a partir disso, correspondendo ao homem o local público e de produção; à mulher a esfera privada ou doméstica. (TEDESCHI, 2009, p. 149)

Nas falas sobre o trabalho e a reprodução familiar nessas sociedades o espaço da mulher é segregado. Esta desvalorização do trabalho e da mulher decorre, contudo, das relações de gênero como relações de poder.

Saffioti (1997) descreve que as relações de poder, dominação e exploração sobre a mulher está pautada no patriarcado, visto como algo natural e socialmente construído, enraizado e naturalizado na sociedade. Em vista desta naturalização e enraizamento, o

patriarcado se estrutura nos seguintes pilares: o controle da fidelidade feminina; hierarquia e autoridade do masculino sobre o feminino; e a manutenção dos papéis sociais na qual o homem fica a cargo da responsabilidade de suprir os elementos materiais e a mulher o zelo com o lar, filhos e esposo.

As relações de poder presentes na história das mulheres rurais são marcadas por hierarquias, obediências e desigualdade. A imagem do feminino ligada aos afazeres domésticos, invisibilidade e subordinação passa pela naturalização do papel do homem e da mulher, que está relacionada com a relação hierárquica dentro das famílias rurais, cuja compreensão material ocorre a partir da divisão sexual do trabalho.

A divisão sexual do trabalho condiciona formas distintas de inserção social para homens e mulheres, existindo uma identificação cultural entre atividades e papéis para cada sexo. Essas formas distintas são determinadas socialmente por meio de representações, bem como nas imagens que se fazem do masculino e feminino. A imagem do feminino está ligada pela vida doméstica, correspondendo atividades de reprodução social da família, enquanto aos homens correspondem a função de provedor das necessidades materiais do grupo.

No âmbito do trabalho árduo na agricultura de base familiar, Nobre (1998) ressalta que:

O debate predominante em torno da agricultura familiar trata de como torná-la mais eficiente e com maior capacidade de resistência ao mercado cada vez mais concentrado. Para isso, buscam entendê-la melhor, definindo características, como tamanho, produção, presença ou não de empregados e classificando a em grupos. Infelizmente, muitos ainda pensam essa atividade apenas como um setor da economia ou, no máximo, enquanto função social com potencial para conter o êxodo rural, o qual contribui para aumentar o desemprego nas cidades. Poucos se detêm sobre as pessoas que vivem e trabalham na agricultura familiar — seus sonhos e anseios, os direitos que constroem e procuram tornar realidade. Quanto à família, quando considerada, apenas o é na figura do chefe da família. O trabalho e a visão de mulheres, filhas e filhos é negligenciada, como se os interesses do pai incluíssem os de todos. (NOBRE, 1998, p.01)

As tarefas executadas pelas mulheres rurais na história foram pouco valorizadas e permanecem quase invisíveis, pois mesmo que realizem atividades em lavouras e atividades de produção de alimentos, mesmo quando elas trabalham tanto quanto os homens ou executam as mesmas atividades que eles, na maioria das vezes as mulheres rurais sequer são consideradas agricultoras, sendo mais bem conhecidas como mulher ou filha de determinado agricultor, ocupando uma posição subordinada, na qual o seu trabalho geralmente visto como “ajuda” (CARNEIRO, 2001; BRUMER; ANJOS, 2008; PAULILO, 2004).

Uma das justificativas para classificá-las como “ajudante” está relacionada com o tipo de trabalho executado na atividade rural, descrito como trabalho “pesado” ou “leve” (PAULILO, 1987). Pode-se observar que tal distinção carrega aspectos culturais, uma vez que depende da perspectiva social analisada para considerar trabalho “leve” ou “pesado”, pois com relação às atividades, a mulher também executa trabalhos entendidos como pesados, como exemplo a colheita de produtos agrícolas, atividades gerais da roça, além dos cuidados com os filhos. Conforme Paulilo (1987), o que se pode constatar, é que quanto mais proeminente o trabalho executado, mais a mulher encontra-se excluída dele. Assim, afirma-se que “o trabalho é ‘leve’ (e a remuneração é baixa), não por suas próprias características, mas pela posição que seus realizadores ocupam na hierarquia familiar” (PAULILO, 1987, p.70).

Os estudos demonstram que essa hierarquia familiar carrega culturalmente as desigualdades de gênero, privilegiando o homem-marido como chefe de família e da propriedade. Cabe destacar também a problemática de acesso à terra por mulheres através de herança, discutidos por Carneiro (2001); Paulilo (2004); Brumer; Anjos (2008).

Além das diferenças de trabalho há também a diferença de oportunidades da mulher em relação ao homem no que diz respeito ao acesso à terra. De um modo geral, as filhas mulheres não herdam a terra, a não ser que seu marido seja agricultor. As mulheres recebiam “a sua parte” em dote e na forma de enxoval (CANEIRO, 2001; BRUMER, 2004).

A herança no meio rural se sustenta na tradição, em detrimento das leis, buscando a manutenção da propriedade, tendo em vista que as divisões podem torna-la insuficiente para o sustento familiar. Destaca-se essa questão em Carneiro (2001), onde a autora analisa que em regiões de colonização alemã e italiana, a sucessão da terra obedece ao princípio do trabalho, onde somente quem trabalha na terra tem direito a ela. Visando somente aos homens, sobretudo ao herdeiro-sucessor, um lote de terra para manter a família.

Segundo Carneiro (2001), a mulher era excluída da herança da terra,

Inicialmente, porque ela não é descendente do proprietário (o marido), depois porque o seu trabalho na lavoura familiar era visto como “ajuda” inerente ao desempenho do seu papel de esposa e, finalmente, porque ela não era tida como capacitada socialmente para exercer o papel de chefe da unidade produtiva. (CARNEIRO, 2001, p.34)

Entende-se que, a um tempo atrás, as mulheres que viviam no campo e por não serem consideradas diretamente responsáveis por nada que envolvia a terra ou resulte

diretamente do produto mercantilizado do trabalho, não deveriam receber terra em herança.

As lógicas de transmissão da propriedade pelo sistema de herança se articulam com os sistemas de reprodução social, estando passíveis de mudanças por influências da sociedade abrangente, neste sentido, ocorrendo, neste sentido, transformações também nas relações intrafamiliares.

As mudanças que passam a ser percebidas como: o enfraquecimento da autoridade patriarcal, a aproximação entre os modos de vida urbano-rural e à valorização do estudo como meio de ascensão social estão associadas a modernização, na qual, passa a ter efeitos sobre a desvalorização do trabalho agrícola e assim uma transformação do padrão de herança. Segundo Carneiro (2001, p.41) não há mais uma regra a se seguir, e fica em casa aquele que tiver “mais aptidão” para a agricultura e “menor vocação para os estudos”.

Pode-se dizer que o estreitamento das relações entre o campo e a cidade possibilitou novos espaços à socialização feminina, ampliando o que eram as únicas fontes de inserção social como o casamento, o ingresso na vida religiosa ou o celibato civil. Surgem dessa forma novas alternativas de trabalho, independentes do casamento e ou da figura do homem-pai. Para além disso, os novos valores sobre os papéis de gênero despertam nas mulheres o sentimento de visibilidade e reconhecimento de direito à partilha da herança da terra, passando a questionarem pela sua parte.

O impulso do movimento feminista no início dos anos 1970 passa a ter maior influência sobre as desigualdades em que a divisão sexual do trabalho resultava e, tratava de repensar o “trabalho”. Ao estudar o conceito de divisão sexual do trabalho no contexto francês, Hirata; Kergoat (2007) contextualizam as primeiras aparições do termo e a ambição de denunciar desigualdades: sobre o impulso do movimento feminista - “o ponto de ancoragem dessa ambição era a ideia que o trabalho doméstico era um ‘trabalho’ e que, portanto, a definição deste deveria obrigatoriamente incluir aquele” (p. 596).

Foi com a tomada de consciência de uma “opressão” específica que teve início o movimento das mulheres: torna-se então coletivamente “evidente” que uma enorme massa de trabalho é efetuada gratuitamente pelas mulheres, que esse trabalho é invisível, que é realizado não para elas mesmas, mas para outros, e sempre em nome da natureza, do amor e do dever materno. (HIRATA; KERGOAT, 2007, p.597)

Embora o trabalho doméstico seja importante parcela da produção socialmente necessária, este se realiza em uma sociedade em que a base de produção é a de

mercadorias, não sendo considerado um trabalho na verdadeira acepção da palavra, pois está fora da esfera da remuneração (ROSSINI, 1993).

Esse trabalho não pago é responsável por grande parte do bem-estar das pessoas, mesmo quando esse bem-estar é limitado. Aqui se realiza um esforço de produção de riquezas materiais e imateriais, de vida e cidadania que não é visto nem valorizado, seja por ser considerado “natural”, quer dizer, algo que está sempre presente, seja por estar disponível e não ser preciso preocupar-se com ele. (DELGADO; BERGAMASCO, 2017, p. 399)

A categoria “trabalho”, seja ele remunerado ou não, sempre se mostrou relevante para o pensamento feminista. Sendo que a principal reivindicação das mulheres envolvidas na produção agrícola familiar é aquela que diz respeito ao reconhecimento de que estas não são só “do lar” mas “produtoras rurais”. Segundo Paulilo (2000)

Considerar como trabalho as inúmeras atividades desenvolvidas pela mulher no lar e nas pequenas propriedades agrícolas foi uma forma de torná-las visíveis e mais valorizadas. Quanto ao trabalho remunerado, ele foi considerado fundamental pois, em uma sociedade onde quase tudo se compra, o acesso da mulher a alguma forma de renda própria deveria torná-la mais independente do marido e mais participante nas decisões que envolvem tanto o grupo doméstico como a sociedade mais ampla. (PAULILO, 2000, p. 2)

Sem dúvidas a participação das mulheres nas atividades rurais agrícolas no rural brasileiro, desde o período do colonato até o momento em que entrou no mercado de trabalho e passou a ter remuneração foi fundamental para a independência feminina e da possibilidade de participar na transformação da sociedade. O trabalho feminino, tanto no âmbito doméstico como nas relações externas, é fundamental para a sobrevivência da família rural. E ainda traz para discussão a questão das atividades femininas remuneradas que agora migrando de casa para o trabalho fora do lar trouxeram consigo a questão da dupla jornada de trabalho (PAULILO, 2000; ROSSINI, 1993).

Atualmente, observa-se que em alguns casos o acesso ao trabalho assalariado não modificou a identidade social da mulher no campo e ela ainda permanece centrada nos papéis de mãe e esposa. Segundo Carneiro (1994) a mudança da situação de trabalhadora não remunerada na unidade de produção familiar, para a de assalariada não é acompanhada pela transformação da posição de subordinação da mulher na hierarquia da família. No âmbito do trabalho as mulheres continuam as principais responsáveis pelos trabalhos domésticos e geralmente os trabalhos de maior renda de responsabilidade dos homens.

Compreende-se que as atribuições e a definição mecânica de papéis sociais e de espaços diferenciados para atuação profissional são estreitamente influenciadas pela

divisão sexual do trabalho de ordem capitalista. O sistema do capital articula exploração do trabalho com dominação ideológica e se apropria e reproduz a lógica e valores do sistema patriarcal. Analisa-se que com o aumento da desigualdade social e a intensificação da exploração da classe trabalhadora, aprofunda-se a situação de dominação-exploração sobre a mulher (CISNE, 2018).

Na obra “Calibã e a Bruxa – Mulheres, Corpo e Acumulação Primitiva” de Federici (2017), a autora faz um estudo sobre a transição do feudalismo para o sistema capitalista. Partindo de uma perspectiva distinta, observa as origens da acumulação do capital a partir do trabalho doméstico e da histórica exploração do corpo feminino.

Enquanto Marx examina a acumulação primitiva do ponto de vista do proletariado assalariado de sexo masculino e do desenvolvimento da produção de mercadorias, eu a examino do ponto de vista das mudanças que introduziu na posição social das mulheres e na produção da força de trabalho. Daí que a minha descrição da acumulação primitiva inclui uma série de fenômenos que estão ausentes em Marx e que, no entanto, são extremamente importantes para a acumulação capitalista [...]. (FREDERICI, 2017, p. 26)

A autora acima citada aponta que para a mulher, o corpo se tornou historicamente, elemento central para a constituição da feminilidade, lutas e resistências, uma vez que na sociedade capitalista, o corpo é para a mulher o que a fábrica é para o homem trabalhador assalariado. Nessa perspectiva, da mesma maneira que o homem tem sua mão de obra explorada pelo capital tendo como objetivo acumular riqueza, o corpo da mulher é apropriado pelo capitalismo como meio de reprodução de trabalhadores e por consequência, acumulação de trabalho. Para Federici (2017, p.12) “o trabalho doméstico não remunerado das mulheres tem sido um dos principais pilares da produção capitalista, ao ser o trabalho que produz a força de trabalho”.

Dado o que foi discutido anteriormente, compreendemos que a divisão sexual do trabalho que se traduz na desvalorização do trabalho exercido pela mulher, está na raiz dos processos de assimetrias de gênero na sociedade, assim como na agricultura familiar. Esta afirmação assenta-se no entendimento de que o meio rural se constitui espaço de múltiplas formas de desigualdade social, historicamente perpetuadas. De maneira geral, observa-se que, apesar dos deslocamentos e modificações nos espaços rurais, este ainda demanda outras rupturas e transformações, sobretudo, nos aspectos das relações de gênero, de modo a reivindicar para constituição de novas ruralidades a construção de novas relações sociais pautadas em princípios não sexistas.

O que mudou nos últimos anos quando observamos a organização dos espaços rurais, especificamente no que tange à agricultura familiar, foi a capacidade de adaptação

e interação dessa categoria social com o sistema dominante. Entretanto, nos aspectos das relações de gênero nos espaços rurais este ainda requer outras rupturas, uma vez que transformar hábitos fortemente enraizados não é fácil. Assim como ressalta Saffioti (1979), a socialização dos meios de produção e uma legislação não discriminatória são fundamentais para a elevação social da mulher, porém são insuficientes para garantir à uma emancipação, pois:

É preciso que a sociedade se empenhe na eliminação de uma mentalidade habituada a promover a inferiorização de fato da mulher. Esta complexa tarefa não é trabalho de uma geração, mas de várias e, em parte, resulta da homogeneização do grau de desenvolvimento econômico e sociocultural [...].  
(p.83)

### **CAPÍTULO 3**

#### **4. O ESPAÇO RURAL DE IPEÚNA: UMA ANÁLISE À LUZ DAS MÚLTIPLAS FUNÇÕES DA AGRICULTURA**

Para Wanderley (2000) a compreensão do meio rural sucede da percepção deste espaço como suporte de relações sociais específicas, isto é, como um espaço de vida singular cujas relações não só dependem da dinâmica social interna, mas também das formas de inserção da vida social externa. No primeiro caso, aquele que se refere à dinâmica social interna o espaço rural se caracteriza pelas relações sociais fundadas em laços de parentesco e de vizinhança, e no segundo, a vida social externa é formada através da integração com os espaços sociais mais amplos, sobretudo através das complexas relações associadas ao mercado e à vida urbana. Nesta perspectiva, a vida social dos habitantes do campo é, assim, o resultado do entrelaçamento de relações sociais que atravessam o espaço rural.

Com base no exposto acima, acreditamos que o reconhecimento da agricultura familiar desde uma perspectiva integradora permite que emergja a consciência da sociedade – e das próprias famílias rurais – sobre a importância do papel da agricultura familiar. Em uma perspectiva de gênero, foco do nosso trabalho, para que seja possível evidenciar o papel das agricultoras - através da noção da multifuncionalidade como ferramenta analítica - faz-se necessário levar em conta a dinâmica interna da unidade familiar para que seja possível compreender a sua participação na formulação de estratégias reprodutivas e na articulação com os condicionantes internos e externos.

Nessa perspectiva, é válido ressaltar, que para entendermos o papel desempenhado pelas mulheres rurais na organização da produção agrícola familiar de Ipeúna, as análises aqui construídas são resultantes de um trabalho coletivo realizado pelo Núcleo de Estudos Agrários (NEA). Este trabalho coletivo se empenhou em entender a organização, as interações espaciais e as dinâmicas territoriais do município, valendo-se da organização e aplicação de um formulário semiestruturado composto por 98 questões, desenvolvido sobre os preceitos do Sistema da Agricultura (DINIZ, 1986). O formulário buscou identificar com alto grau de detalhamento as dinâmicas estruturantes das propriedades que compõem a organização do espaço agrário de Ipeúna-SP, abarcando cinco grandes blocos de informação: identificação dos proprietários e das propriedades de forma geral; a produção agropecuária, área ocupada e rentabilidade; aspectos demográficos e sociais; aspectos políticos e culturais; e o potencial das atividades não agrícolas. Dessa forma, foram percorridos entre março de 2017 e junho de 2018, 357 propriedades rurais de um

total de 374 propriedades identificadas pelo Levantamento Censitário de Unidades de Produção Agropecuária do estado de São Paulo (LUPA, 2008). Do subtotal de 357 propriedades, em 230 unidades foi possível a aplicação do formulário anteriormente mencionado.

Inicialmente caracterizaremos o nosso recorte espacial: o município de Ipeúna. Na próxima sessão exploraremos os aspectos históricos do município, nos quais se registrou a formação territorial de dada localidade baseada em um modelo agrícola concentrado sob a forma do latifúndio dominado por unidades familiares patriarcais. Nessa linha, evidenciaremos o cotidiano de uma das famílias do pequeno povoado no início do século XX, demonstrando, por exemplo, a permanência das relações patriarcais na constituição familiar. Para além, discutiremos o peso da modernização agrícola e o processo do êxodo rural seletivo que culminou na masculinização do campo e a reafirmação do patriarcado.

Depois de entendermos as bases históricas que constituíram as unidades de produção agrícola familiar, será discutido a organização do espaço agrícola no município de Ipeúna levando em consideração a atual estrutura e lógica das propriedades rurais familiares. Neste contexto, será possível analisar uma função – descrita pela noção da multifuncionalidade da agricultura - qual seja, a reprodução socioeconômica. Esta se constitui numa função que diz respeito: às fontes geradoras de ocupação e de renda para os membros das famílias rurais, às condições de permanência no campo, às práticas de sociabilidade, às condições de instalação dos jovens, e às questões relativas à sucessão da propriedade, além das atividades não-agrícolas como o trabalho doméstico e de *care*, que são essenciais para manutenção e reprodução social socioeconômica das famílias.

Buscaremos, ainda, destacar o papel da mulher como agente de significados, a qual desempenham ações fundamentais no processo de desenvolvimento sociocultural e econômico do território rural com suas atividades cotidianas. Nesse sentido, de acordo com Carneiro (2001) sua importância não se limita a participação nas atividades agrícolas ou não agrícolas, mas também como elemento da reprodução: como guardiãs e transmissoras de valores.

A luz das dimensões da multifuncionalidade da agricultura, podemos perceber que as atividades realizadas pelas mulheres rurais em seus cotidianos são essenciais para subsistência biológica e socioeconômica das famílias. As mulheres do campo realizam funções em todos os âmbitos de trabalho, agrícolas e não-agrícolas. Estas garantem, por sua vez, a sobrevivência da unidade familiar no campo, através da contribuição e fomento da renda familiar sendo de fundamental importância para esse movimento emergente que

constitui o campo das novas ruralidades (CARNEIRO, 1997; PAULILO, 2004; BRUMER; DOS ANJOS, 2008).

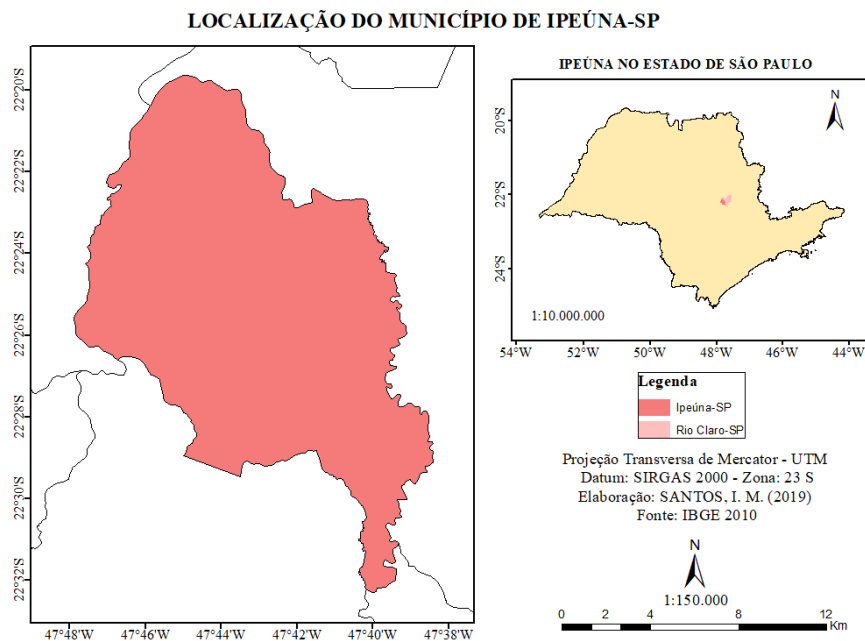
Diante do exposto, e de acordo com o que já foi discutido sobre o trabalho feminino na divisão sexual do trabalho, compreendemos que a mulher nunca esteve alheia aos serviços, seja em qualquer época ou lugar, ela tem contribuído para a subsistência da sua família e muitas vezes sido a principal mantenedora. Nessa perspectiva, para discutirmos a estruturação do município de Ipeúna recorreremos ao trabalho de mestrado de Machado (2004) intitulado “Uma História para Ipeúna” que resgata ricas informações de como se desenvolveu o povoamento do local, além disso, o livro “Capela: 1º metade do século XX” de Myra Terra, onde a autora realiza uma autobiografia, relatando com detalhes a vida cotidiana nas primeiras décadas do século XX em Ipeúna, descrevendo as atividades diárias dentro do núcleo familiar e demonstrando a amplitude do trabalho das naquela época.

Através do trabalho de Machado (2004) e dos relatos de Myra Terra, acreditamos que será possível apreendermos sobre a figura feminina nas atividades de reprodução socioeconômica da agricultura familiar, sobretudo, para entendermos os fatores que contribuíram para a conformação atual da identidade local do espaço rural e, principalmente das mulheres que hoje vivem do (no) campo.

#### **4.1 Ipeúna: apresentando o local de estudo**

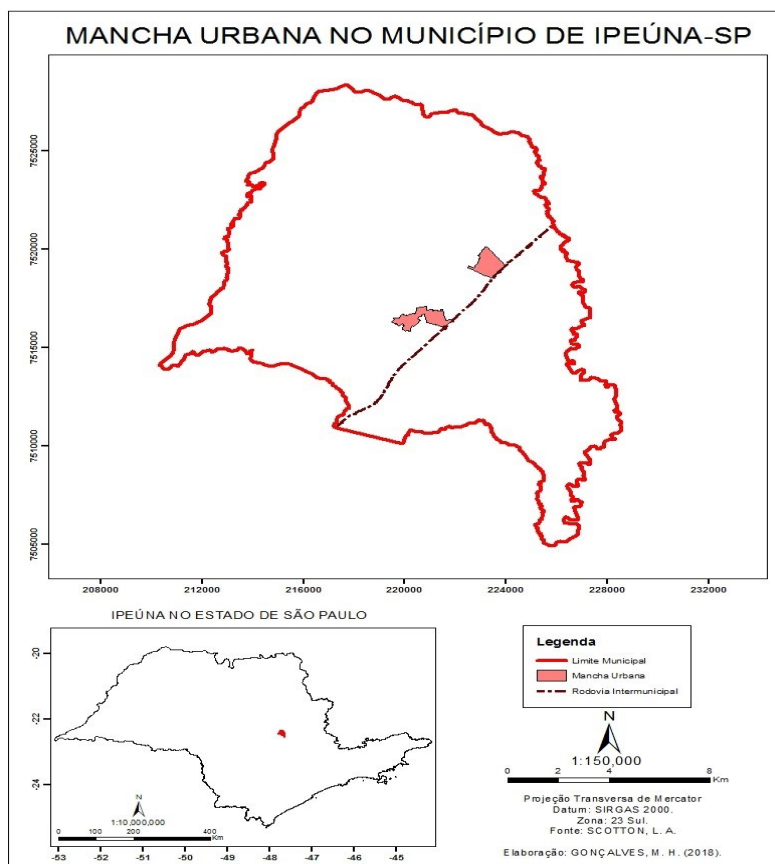
O município de Ipeúna (SP) está localizado na região oeste do Estado de São Paulo, tal como observa-se o mapa 1, fazendo parte da Microrregião de Rio Claro área urbano-industrial bastante desenvolvida e em constante expansão econômica, inserida na região administrativa de Campinas. Com uma área equivalente a 190,01 km<sup>2</sup>, trata-se de um município relativamente jovem, que foi emancipado de Rio Claro em 1964. A maioria dos 7.406 habitantes do município reside da zona urbana, conformando 90% da população, e apenas 10% do total é residente da zona rural (SEADE; IBGE, 2020).

Mapa 1: Localização do município de Ipeúna-SP



A mancha urbana do município, representada no mapa 2, onde se encontram os serviços públicos e os demais serviços ligados à atividade comercial e social, representa uma pequena porção territorial em comparação com as demais áreas que constituem a zona rural. Essa característica torna-se espaço de materialização do continuum rural-urbano abordado por Wanderley (2001), onde o rural-urbano se aproximam, e mesmo com a aproximação de suas semelhanças, suas peculiaridades não desaparecem o que reafirma a existência do rural.

Mapa 2: Mancha urbana do município de Ipeúna-SP

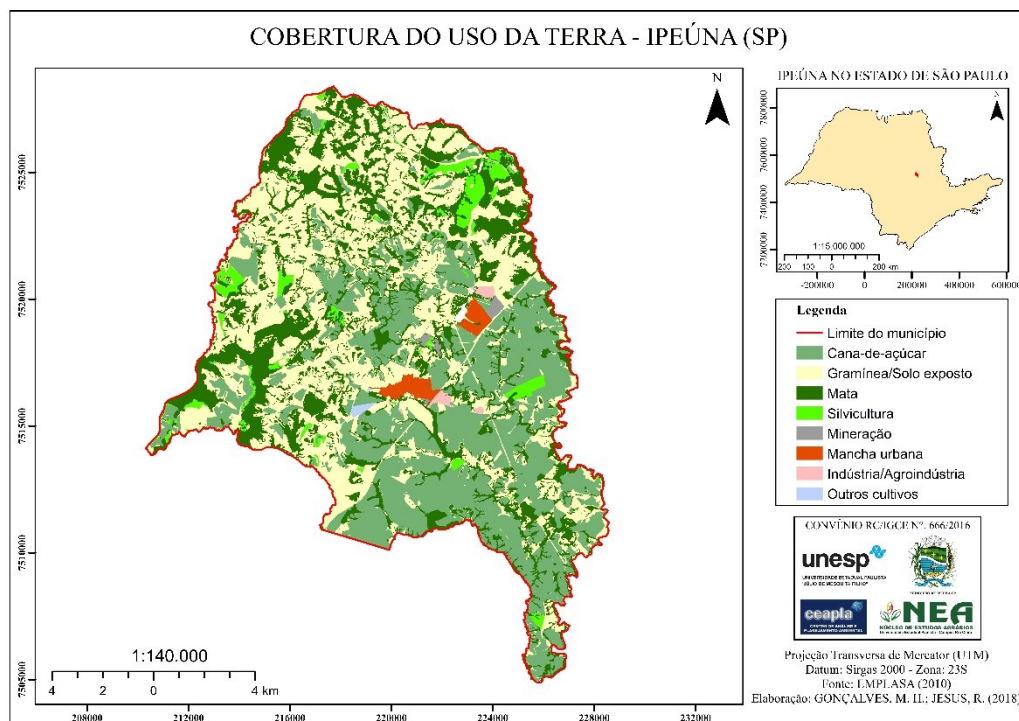


A estrutura econômica de Ipeúna está pautada na indústria, o que lhe caracteriza como um município urbano-industrial. A indústria corresponde a 54,4%, seguido dos serviços com 26,6%, tributação 12%, os serviços públicos 4,8% e por último a agropecuária, que equivale a 2,2% (IBGE, 2010). Contudo, nota-se que o município está intimamente ligado à agricultura, o mapa 3 mostra a área total do município, 24% está ocupada com o cultivo da monocultura da cana-de-açúcar - cerca de 7 mil hectares de terra (FERNANDES, 2018), além de ter como característica a conjunção de duas formas de produção agrícola distintas, de um lado a cana-de-açúcar em moldes convencionais configurando-se como a principal atividade agrícola junto a atividade pecuarista e, por outro, o Centro de Pesquisa Mokiti Okada e Korin Agropecuária<sup>5</sup> que têm como princípio de suas práticas a agricultura natural, modelo agrícola sustentável de base agroecológica

<sup>5</sup>“Fundada em 1994 em São Paulo, a KORIN é uma empresa brasileira seguidora dos princípios da Agricultura Natural, modelo de produção preconizado por Mokiti Okada (Japão, 1882-1955). É importante ressaltar que a empresa possui um de seus polos no município de Ipeúna/SP”. (SANAIOTTI, 2018, p. 13)

e orgânica (FERREIRA et al, 2018, p. 2411), e que elevaram o município a “Capital Nacional da Agricultura Natural” no ano de 2015<sup>6</sup>.

Mapa 3: Uso da terra no município de Ipeúna-SP



Com base na leitura do mapa de cobertura do uso da terra do município de Ipeúna (mapa 3), fica evidente o potencial produtivo da cana-de-açúcar, o cultivo abrange uma grande área do território, concentrando-se ao sul e em áreas da região central. As áreas em amarelo correspondente as gramíneas e solo exposto, visivelmente concentradas na parte norte do município, são destinadas ao pasto, a pecuária como já mencionado, é outra atividade tradicional, presente principalmente nas pequenas propriedades rurais.

A agricultura também é observada como uma rica fonte de bens materiais e simbólica para moradores tradicionais do município. É comum alguns moradores da zona urbana se deslocarem frequentemente para suas propriedades rurais, mantendo essa dinâmica social no território rural, as relações e vínculos rural-urbano.

Segundo Sanaiotti (2018) Ipeúna se tornou recentemente integrante do grupo de Municípios de Interesse Turístico do Estado de São Paulo. Neste sentido, verifica-se que o desenvolvimento da atividade turística se deu pelo meio rural, um espaço geográfico

<sup>6</sup> Segundo o Plano Diretor de Turismo de Ipeúna/SP (2017): O destaque da prática produtiva da Agricultura Natural por Ipeúna/SP possibilitou a criação da Lei nº 1228 de 26 de novembro de 2015, que declara o Município de Ipeúna como Capital a Agricultura Natural

privilegiado por belezas naturais e paisagísticas como o relevo de *Cuesta* de São Pedro, popularmente chamada de “Serra” ou “Paredão”, a presença de vegetação nativa, rios, cachoeiras, cavernas, grutas, trilhas e sítios arqueológicos os quais fazem parte da paisagem do município de Ipeúna (Ibidem, 2018).

Figura 1: Belezas naturais e paisagísticas – Ipeúna-SP



Fonte: Sibeli Fernandes. Trabalho de campo, 2017/2018.

Com relação a produção agrícola, a afeição de terras da cultura da cana-de-açúcar tem sido marcante ao longo das últimas duas décadas. Substituindo cultivos alimentícios, pastagens e cultivos permanentes, impulsionada pela política de produção de combustíveis de origem vegetal implantada pelo governo central. O predomínio da monocultura canavieira é acompanhado da pecuária e são praticadas em moldes convencionais trazendo como consequência uma paisagem agrícola não diversa de pastagem e canaviais, semelhante ao que Graziano (1983 apud FERREIRA, 2001) define de “mar de cana”, verde, homogêneo, dominando completamente a paisagem rural” (p. 315).

Verifica-se no município a perda de vitalidade social no espaço rural e isso pode estar associado ao cultivo da monocultura da cana-de-açúcar. É reconhecido através dos trabalhos de campo a ausência de trabalhadores agrícolas e de mulheres que constitui um fato marcante. Em uma perspectiva de gênero, foco do nosso trabalho, acreditamos que essa mudança nas relações socioculturais vem contribuindo para o distanciamento da mulher de seu papel histórico, tornando cada vez mais frequente a busca por novas

atividades adaptando-se para se inserir em um novo processo produtivo, no qual há necessidade de se deslocar do (no) espaço rural.

As transformações agrícolas que ocorreram no espaço rural de Ipeúna, o uso de mecanização, a redução da demanda de trabalho físico/braçal, pode ter privilegiado a contratação de mão-de-obra permanente ou temporária masculina, aumentando a segregação de gênero. Conseqüentemente, o êxodo rural provocou a desestruturação do tecido social do território rural, implicando no envelhecimento e masculinização da área rural do município.

Percebemos que a questão do cultivo não está exclusivamente ligada à aspectos econômicos, notou-se em campo, que as alterações, também, se dão nas relações sociais entre a população rural com o seu próprio território. Nessa perspectiva, assim como iremos abordar na próxima sessão, esse caráter da lavoura monocultura é herança de um passado histórico iniciado a partir da colonização. Suponhamos assim, que a situação em que se expressa a agricultura familiar na atualidade do município é resultado deste processo histórico somado as transformações recentes da modernização conservadora que começaram a ser destacadas na década de 1950-1960, que como já discutido no início deste trabalho, dentre os aspectos negativos deste processo está o êxodo rural e as modificações da organização do trabalho familiar.

#### **4.2 Contexto histórico-espacial de Ipeúna: patriarcado rural, êxodo rural e o processo de masculinização do campo**

A região onde se localiza o pequeno município de Ipeúna, foi desenvolvida a partir do processo de doações de sesmarias realizadas no final do século XVIII e início do XIX (MACHADO, 2004). Segundo a mesma autora, o processo de ocupação do atual município<sup>7</sup> se deu a partir da região do Morro Azul<sup>8</sup>.

Na região conhecida como depressão periférica aconteceram doações de grandes sesmarias: a do Morro Azul, a de Piracicaba e a de Corumbataí. Viviam nessas terras, índios, mamelucos e pequenos posseiros, que plantavam roças de feijão, quase que só para o consumo próprio, e de milho, que servia como alimento para os animais que, em tropas, passavam em direção ao interior do país. A própria família cuidava do plantio e da pouca comercialização da produção, contando, às vezes, com alguma mão-de-obra

<sup>7</sup> Segundo Fernandes (2018 p. 90) “antes de ser nomeado de Ipeúna, o município foi chamado de Santa Cruz da Invernada, depois Santa Cruz da Boa Vista, Santa Cruz do Passa Cinco, Ipojúca e só no ano de 1944, passou a se chamar Ipeúna”. A vila e posteriormente

<sup>8</sup> Machado (2004, p. 34) “Os lendários Sertões Do Morro Azul constituíam-se uma verdadeira fronteira natural separando a área conhecida, abrangendo a borda interna da Depressão Periférica Paulista, das regiões mais interioranas e desconhecidas. Eram terras localizadas para além de uma grande elevação azulada, que conferia pertinência ao nome”.

escrava. Tudo era feito de forma muito rudimentar e sem o dinamismo necessário para que fosse promovido o desenvolvimento econômico na região. (MACHADO, 2004, p.33)

As doações de terras da sesmária foram essenciais para ocupação e formação territorial na região. Foram através das sesmarias que houveram de maneira definitiva a formação territorial da região de Rio Claro<sup>9</sup> e, conseqüentemente, o início do povoado de Ipeúna.

“Os Sertões do Morro Azul”, em cujas terras hoje se situa o município e que, na época da ocupação, era uma região quase desabitada, contando apenas com índios e posseiros como primeiros habitantes; o segundo, um instrumento jurídico denominado “Sesmarias”, que influenciou, de modo definitivo, a formação territorial da região e, conseqüentemente, no povoamento de Ipeúna. (MACHADO, 2004, p. 34)

Segundo Fernandes (2018) por meio destas doações “também se definiu a estrutura fundiária da região, uma vez que as grandes fazendas se formaram a partir da divisão dessas sesmarias” (p. 88). A concentração de grandes latifúndios nas mãos de poucos proprietários, a agricultura extensiva e o uso do trabalho escravo se transformaram nas características básicas da economia da colônia até as últimas décadas do século XIX.

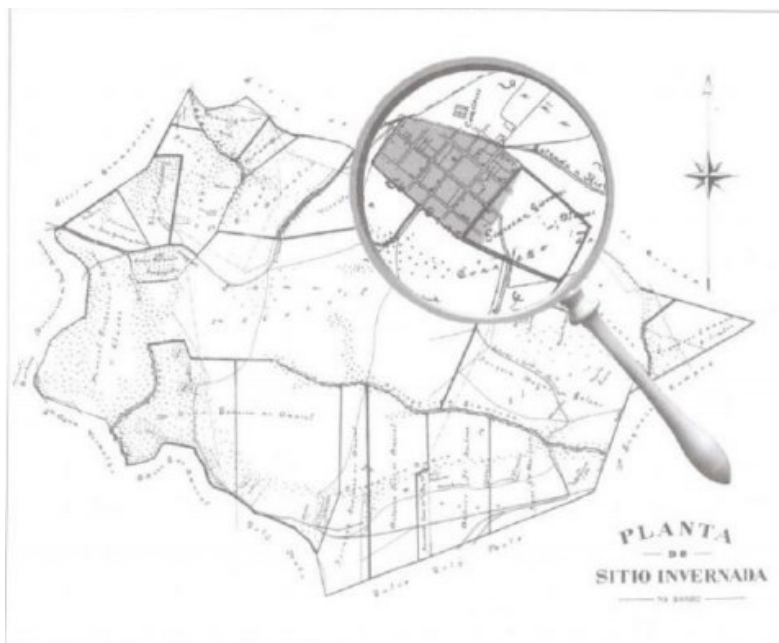
Com as terras desmembradas da sesmária, um grande número de fazendeiros provenientes de várias localidades da província de São Paulo, criaram fazendas de grandes proporções territoriais para o plantio da cana-de-açúcar, mas especialmente o café que, aos poucos, foi se tornando o principal produto econômico de Rio Claro e de todo o oeste paulista (FRANÇOIA, 2009).

Por volta de 1836 origina-se nesta época o Sítio Invernada, propriedade esta que seria comprada em 1852 por Antônio Pedroso do Amaral. Machado (2004) ao consultar o Inventário do proprietário, tomou conhecimento de que o Sítio Invernada, considerada uma pequena propriedade para a época, apresentava uma exploração diversificada<sup>10</sup>. Dentro do perímetro deste sítio estava situada a população de Santa Cruz do Passa Cinco. Na planta (figura 2) é possível notar um arruamento, composto de mais ou menos 14 quadras, quase todas ocupadas. Era os indícios do município de Ipeúna começando a se formar.

<sup>9</sup> Destacamos que os registros sobre Ipeúna estão muito ligados à história do Município de Rio Claro, uma vez que antes de sua emancipação este pertencia à Rio Claro.

<sup>10</sup> Vale destacar que com o falecimento do proprietário, todos os seus bens foram divididos por direito a mulher e os dozes filhos. “A viúva, Sra. Anna Maria de Jesus, continuou a explorar a propriedade com inegável eficiência, uma vez que, por ocasião de seu falecimento, em 1881, constatou-se um aumento de bens, se comparados àqueles constantes do inventário do marido, falecido em 1857, provavelmente decorrente de lucros provindos do trabalho desenvolvido no Sítio Invernada” (MACHADO, 2004, p. 40)

Figura 2: Planta do Sítio Invernada, 1896.



Fonte: MACHADO (2004)

Machado (2004) descreve que no ano de 1896, ocorreram doações de terras ao patrimônio religioso. Nos três alqueires doado à Santa Cruz da Invernada, inaugurou-se uma capela que, no seu entorno desenvolvia-se o povoado.

Figura 3: Antiga Capela de Santa Cruz da Invernada.



Fonte: Plano Diretor de Turismo Ipeúna-SP (2007)

Observa-se que o crescimento do povoado está relacionado de maneira direta com as atividades agrícolas daquele tempo, percebe-se que com a passagem comercial do açúcar para o café, as fazendas de café da região passaram a ser as maiores empregadoras do lugar.

A cultura do café aproveitou as estruturas já montadas para a plantação de cana e tornou-se a grande responsável pelas transformações ocorridas na região, principalmente em razão da melhoria do transporte. Como o grande entrave para aumentar a lucratividade do café prendia-se à dificuldade de escoamento do produto até o porto de Santos, já que o transporte em “lombo de burro” aumentava muito o custo da produção, a solução foi a implantação do

transporte ferroviário, o que veio a se transformar no principal agente propulsor do progresso da região. (MACHADO, 2004, p. 36)

A Fazenda Boa Vista, é um exemplo das propriedades mais antigas de Ipeúna que se beneficiou com a produção de café, possuía uma produção de 200 mil pés de café e 69 escravos. Nela, possuía “141 bestas; 6 cavalos; 8 mulas; 17 burros; 27 bois; 26 vacas; 6 garrotes; 6 novilhas. A quantidade elevada de animais, em especial de bestas tinha relação com o transporte de café da fazenda, pois a linha férrea chegou a Rio Claro em 1876” (FRANÇOIA, 2009, p. 46), assim era necessário o transporte de café por meio de animais até a estação mais próxima.

Naquela época, chegou a ter quarenta carros de boi, utilizados para o transporte de café e depois de outras coisas. Transportavam café das fazendas até Rio Claro. De lá, ia pelo trem. Estes carros de boi tinham doze bois. Na época do transporte de café chegou a ter em Ipeúna quatrocentos e oitenta bois, só para os “carreiros”. Às vezes, levava até uma semana a viagem da fazenda até Rio Claro. Tinha que buscar o café lá na serra e carro de boi anda devagar, as estradas eram muito ruins, então eles faziam uma viagem por semana. (MACHADO, 2004, p. 63)

A economia cafeeira modificou a estrutura social da sociedade brasileira ao longo do século XIX, algumas cidades foram modelos de crescimento e desenvolvimento, por exemplo, Rio Claro que neste período tornou-se um grande centro econômico da província de São Paulo, pois era um dos maiores fornecedores de café do oeste paulista, seus fazendeiros possuíam grande influência política provincial e nacional (FRANÇOIA, 2009).

Neste contexto, sob um modelo de agricultura concentrado no latifúndio, desenvolveu-se uma estrutura social em que a família funcionava como um núcleo composto pelo chefe da família – patriarca, centrando o poder ao homem sobre sua mulher, filhos e escravos. Neste modelo de família patriarcal, a mulher e os filhos se limitavam a obedecer às ordens do chefe da família, que determinava até a escolha dos futuros genros, que geralmente, era feita de acordo com os interesses econômicos e políticos da família.

Evidenciamos essa situação nos estudos de Françaia (2009) sobre influentes senhores de escravos de Rio Claro no século XIX, quando Ipeúna ainda era distrito deste município. Dentro do universo familiar da elite agrária, visando interesses econômicos e políticos, os arranjos matrimoniais eram considerados normais, e a mulher, por sua vez, era forçada a se casar com pessoas, muitas vezes, desconhecidas.

Nesse cenário, acreditamos que tal referido sistema organizacional da elite está atrelado ao surgimento da sociedade capitalista, no qual, a família transforma-se para atender as demandas de um sistema econômico pautado no processo de produção de excedentes, inerentes à propriedade privada, por intermédio da acumulação da produção de riqueza (NASCIMENTO, 2017). Nessa perspectiva, nota-se a “relação intrínseca entre o sistema patriarcal e o capitalismo, sendo que este se apropria das “estruturas simbólicas” e das “condições objetivas” do primeiro, possibilitando a afirmação da “trajetória patriarcal-capitalista do sistema de gênero”” (SILVA, 2004 apud SANTOS; OLIVEIRA, 2010, p. 14).

De acordo com França (2009), em Rio Claro a partir do início de 1878, as situações de matrimônios arranjados passam a ser contestados pelas filhas dos ricos fazendeiros da localidade. Um grupo de mulheres instruídas passaram a se reunir com certa frequência com o objetivo de discutir sobre o futuro das mulheres no país. Bouquet Juvenil, nome dado a associação feminina, iniciava-se sempre com um discurso sustentando a necessidade da educação e da emancipação da mulher. Consta que uma das organizadoras ao abrir um dos encontros tenha proferido que “quando o país for verdadeiramente democratizado priorizando a prática de bem e da honra, a mulher poderá se orgulhar, pois será uma conquista com a efetiva participação da mulher” (LUCINDA PASSANHA apud FRANÇA, 2009, p. 41).

Os discursos e as atividades que essas jovens organizavam tinham como propósito demonstrar os seus direitos sociais e expressar suas potencialidades culturais diante de um universo dominado pelos homens. Certamente as iniciativas dessas mulheres eram inovadoras para época, contudo, é importante ressaltar que tal discurso em meio a contestações políticas e sociais, mostram também como a ausência de um olhar étnico-racial invisibilizou as mulheres negras, fazendo com que elas não tivessem seus problemas sequer nomeados. Cientes desse aspecto, podemos admitir que a escravidão também possui marcas explícitas da violenta ordem patriarcal de gênero e, para além, estruturou-a a partir de um modo único de dominação-exploração, a qual a função da mulher escrava consistia, além da produção, na satisfação das necessidades sexuais de seus senhores (SAFFIOTI, 1979).

Nota-se, portanto, um único ponto em comum entre essas mulheres: uma estrutura patriarcal de dominação-exploração da mulher pelo homem.

Durante grande parte do século XIX, as cidades do interior paulista permaneceram numa economia que mantinha como base da lavoura a mão-de-obra escrava. Como é o

caso das propriedades Fazenda Serra D'Água e São Bento na Serra do Itaquerí em Ipeúna, que juntas somavam uma produção de 340 mil pés de café e trabalhavam entre as duas fazendas 99 escravos (FRANÇOIA, 2009).

No final do século XIX, a economia cafeeira entra em decadência na região, o que resultou em modificações no setor agrícola, houve a redução na produção que, conseqüentemente, afetou a demanda de trabalho para esse setor. A crise trouxe mudanças significativas na divisão territorial das fazendas do distrito de Ipeúna. “As grandes fazendas foram divididas em propriedades menores, chamadas de sítios, com produção voltada ao mercado interno” (MACHADO, 2004, p. 58). Segundo a mesma autora, neste período muito imigrantes tornaram-se proprietários de terras.

No início do século XX a cana-de-açúcar começa a ser produzida e ocorre novamente a inserção do cultivo nas fazendas do oeste paulista. Além da cana-de-açúcar evidencia-se também no distrito de Ipeúna o crescimento de uma nova atividade econômica, a extração de calcário<sup>11</sup>. Essa atividade foi importante para o desenvolvimento econômico do distrito, pois o crescimento da exploração do calcário demandava mão-de-obra, o que foi suficiente para atrair trabalhadores interessados para o local<sup>12</sup>. Depois da extração o mineral era destinado às cidades da região como Rio Claro e Piracicaba (MACHADO, 2004).

Essa nova atividade econômica trouxe mudanças importantes para o Distrito em formação. Inicialmente, causou um aumento real de população, uma vez que a atividade exigia um grande número de trabalhadores. Além disso, na trilha da produção de cal, inúmeras atividades correlatas começaram a ser desenvolvidas tais como novas casas de comércio, que surgiram para atender a demanda do aumento populacional, e “frotas” de carros boi, que eram organizadas para dar conta do transporte de cal. (MACHADO, 2004, p.58)

Em suma, discute-se que a combinação econômica entre a cafeicultura das fazendas da região e a extração do calcário foram as atividades responsáveis pelas significativas transformações do distrito de Ipeúna e que, neste momento, por volta de 1930, as relações entre o rural e o urbano tornaram-se mais fortes. Apesar de receber algumas características urbanas, a vida cotidiana continuou marcada pela rusticidade nas

---

<sup>11</sup> “É importante salientar que a extração da cal se iniciou quando as fazendas de café ainda era as maiores empregadoras de Ipeúna. Porém, durante as crises pelas quais o café sofreu com a geada, a praga dos gafanhotos em 1923/24 e a crise de 1929, as plantações de café passaram a demandar um número reduzido de mão de obra, levando muitos trabalhadores para as caieiras”. (FERNANDES, 2018, p. 94)  
A atividade da extração da cal utilizava técnicas rudimentares e o transporte desse produto era feito por carros de bois, meio mais utilizado na época.

<sup>12</sup> Não encontramos relatos sobre a participação das mulheres na atividade econômica da extração de calcário.

primeiras décadas do século XX, o povoado em boa parte conservava as características da vida caipira tradicional.

Evidenciamos que no meio rural as relações sociais continuaram pautadas nos moldes da agricultura familiar, entendida como sendo aquela em que a família é ao mesmo tempo, proprietária dos meios de produção e assume o trabalho na propriedade, associando família, produção e trabalho (WANDERLEY, 1996). Conforme já discutido, na agricultura familiar o patriarcado rege as relações de poder, percebemos que os homens são considerados como os principais trabalhadores, os agricultores e os chefes da família, restando às mulheres a responsabilidade pelo espaço doméstico, os cuidados da família e ocupando lugares como de ajudante, mesmo desenvolvendo as mesmas ou ainda mais atividades do que os homens.

Nessa perspectiva, evidenciamos alguns destes aspectos nas narrativas de Myra Terra (2004) que descreve detalhes da vida cotidiana de Ipeúna por volta de 1935 observadas durante sua infância. Registra-se um cenário de área urbana, entendida como a vila, com características rurais, predominando uma estrutura no modelo de agricultura familiar. A agricultura de subsistência era praticada na roça, exibindo na estrutura familiar uma ordem patriarcal de gênero na qual, nessa hierarquia as mulheres são responsáveis pelo trabalho doméstico, pelo cuidado da família, pelo cultivo ao redor da casa, além é claro, de trabalhar na roça (BRUMER, 2004).

Os filhos e o marido iam a roça trabalhar com a carroça puxada por burros; eles preparavam a terra com arado, plantavam arroz, feijão, milho, batata doce, mandioca, abóbora. À tarde chegavam em casa na vila, com os animais, tratavam deles num cocho grande. Os arreios eram guardados no rancho. Tomavam a refeição que estava pronta sobre a chapa de ferro do fogão a lenha, conservada bem quentinha: arroz, feijão, farinha de milho, linguiça ou farofa de carne seca, constituíam o alimento básico. Não podia faltar o torresmo de porco. Ainda restavam brasas e cinzas quentes, ali colocavam batata-doce. Saboreavam-nas assadas, deliciosas. Um varal de madeira preso ao teto, cheio de linguiça e toucinho de porco, recebia diariamente a fumaça do fogão, deixando-os desidratados e relativamente defumados, no ponto ideal para o consumo. Toda a população da vila consumia arroz integral, pois socado no pilão até se destacar da casca áspera, conservava a película avermelhada, a parte rica do cereal. A farofa de carne seca, alimento muito nutritivo, quase nunca faltava no prato do almoço ou jantar. Os dois alimentos ofereciam a todos bastante “sustança”. Verduras, principalmente couve refogada, e laranja, banana que eram produzidas no quintal, completavam a refeição. (TERRA, 2004, p. 29)

As atividades domésticas rotineiras dependiam de trabalho árduo, principalmente das mulheres, que precisavam preparar os alimentos, o cuidado das crianças e a limpeza da casa. Parte considerável dos utensílios, roupas, sabão e beneficiamento de alimentos eram feitos de forma simples e com técnicas artesanais.

[...] do chiqueiro onde o porquinho engordava aguardava seu fim para fornecer carne e gordura aos donos. Grandes latas conservavam esses produtos por longo tempo. A carne frita era introduzida na banha derretida; coberta com essa gordura ficava garantida a conservação da carne, evitava a deterioração. Dessa forma podia-se contar com mistura diariamente nas refeições. Sábado era um dia especial; a grande bacia cheia de água no quarto de dormir proporcionava o conforto do banho semanal. A água usada, escura, era jogada fora e na bacia preparava-se outro banho para o próximo da fila. Nesse dia, o cheiro agradável de sabonete exalava das pessoas, permanecia no ambiente durante horas, muitas horas. Um dia de felicidade. As toalhas de banho, feitas de saco de açúcar bem lavado, eram claras, tinham na extremidade trabalhos caprichados das mulheres. Elas trançavam os fios do tecido, formando rendas com maravilhosos desenhos. Muitas mulheres se dedicavam a essa arte chamada macramé. O banho diário não era uso generalizado nas comunidades fechadas, onde a herança de certos hábitos perpetuou, não se sabe por quanto tempo. A difícil obtenção de água fazia sua utilização ser muito controladas; esse fator pesava também. (TERRA, 2004, p. 18)

A lavagem dos utensílios da cozinha, usando-se um pedaço de pano, necessitava de algo para retirar a camada escura do fundo das panelas de ferro, deixada pelo fogão a lenha. Comumente empregava-se, para efeito desejado, areia ou pó de tijolo com sabão no pano que era esfregado até retirar toda a camada escura e dar brilho ao metal. Na parte inferior fazia-se o mesmo. Preparava-se com um pedaço de tijolo, socando-o com outro maior até formar o pó, isso era feito no chão, numa superfície dura. Muitas donas de casa tinham satisfação de exibir em suas prateleiras os vasilhames lisos e brilhantes graças a esse trabalho de arear. (TERRA, 2004, p. 31)

A confecção era feita na máquina de costura com pedal que girava empurrando pela força do pé direito para frente e para trás; uma grande invenção que substituiu a máquina movida por uma peça manual girando a roda da correia do lado direito, enquanto a roupa passava pelo lado esquerdo sob a agulha, costurando o tecido. (TERRA, 2004, p. 53)

Tudo era feito de um jeito rude. A vida da minha mãe era pior que a do meu pai. Ela só ficava em casa com as crianças, sem recurso, não tinha nenhuma distração. Era só trabalho duro. Meu pai saía para “dar as voltas dele”, às vezes ia caçar ou vinha para a vila tomar umas pingas. Ele trabalhava duro, mas tinha uma vida melhor do que a dela. (Narrativa Sr. Eugênio Gomes Ferreira apud MACHADO, 2004, P. 119)

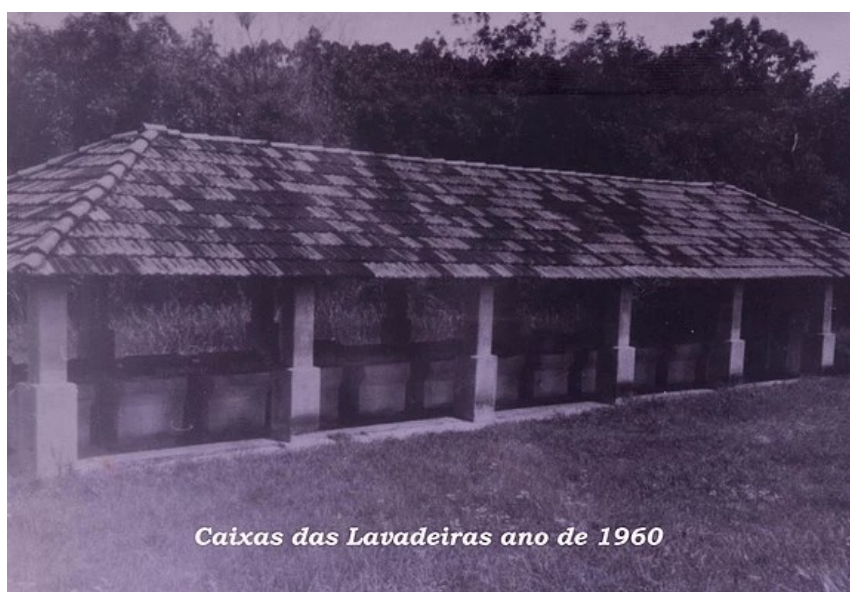
A água para uso doméstico precisava ser apanhada do poço no quintal ou em casos mais remotos a coleta de água era realizada nos rios. A difícil obtenção de água constituía uma limitação do seu uso e geralmente eram as mulheres responsáveis pela obtenção da mesma.

A água de boa qualidade não era fácil de ser retirada, pois era feito de forma manual. O balde, que não podia ser grande, pois a corda não suportaria o peso e os braços também não, ficava preso na extremidade da corda e descia rapidamente, era só solta-lo. Na volta, a corda ia se enrolando conforme se girava o virador manual, usando força física para trazer o balde cheio. O balde cheio de água vinha balançando e derramando parte de seu conteúdo. Quando chegava ao alcance da mão era puxado para a beira do poço, na base de madeira. Despejava-se a água nas vasilhas grandes ou bacias para lavagem das roupas ou na caixa onde era bombeada até a outra caixa, em certa altura de onde ia por gravidade à cozinha e ao banheiro. Era um trabalho penoso porque a água era evada de uma caixa à outra por bomba manual que sugava o líquido

e jogava na caixa alta. Era essa a razão pela qual se economizava tanta água em casa. Difícil pra caramba! (TERRA, 2004, p. 56)

Muitas casas tinham poços com profundidades grandes e a água era retirada manualmente pelas mulheres através do sistema de manivela. Devido ao esforço para retirar os baldes de água do poço, muitas mulheres lavavam as roupas em rios. Em razão desta atividade, havia um córrego com nome denominado “das lavadeiras”. Segundo Machado (2004) o lugar ficava cheio e como consequência, por volta de 1960 foram construídas as caixinhas das lavadeiras para facilitar o trabalho da lavagem de roupas<sup>13</sup>, tal como apresenta a figura 4.

Figura 4: Caixa das lavadeiras - Córrego das Lavadeiras, 1960.



Fonte: Acervo de fotos históricas da cidade de Ipeúna por Idajar Martins (2020)

Durante muitos anos alguns serviços do pequeno distrito precisavam ser supridos pelos próprios moradores como por exemplo os de saúde. Myra Terra (2004) descreve em seu livro que era prática comum tratar ferimentos com a produção de remédios caseiros que sua própria mãe fazia. Estas práticas retratadas por Myra Terra não testemunhavam hábitos exclusivos de sua família, mas também, de práticas comuns dos demais moradores da vila, como é possível verificar no depoimento abaixo:

<sup>13</sup>A construção das caixinhas para facilitar a atividade das mulheres lavadeiras foi realizada por um vereador da época o Sr. Joaquim Abdala que se sensibilizou com a situação da seca em alguns poços e pensou uma forma de ajuda-las: “A água de poço era muito funda, e, na época da seca brava, os poços secavam, as mulheres tinham que ir ao rio [...] fizemos um encanamento de bambu mesmo. Tinha uma mina, que colocamos o bambu [...] Fizemos cinco ou seis bicas, para as mulheres, principalmente as mais idosas, lavarem roupas. Foi um verdadeiro “quebra galho”, mas funcionou. A água era limpa, até brilhava [...] Couberam 24 caixinhas, 12 de cada lado [...] Cada caixinha tinha sua torneira, e seu esgoto, assim, a água voltava para o rio. Vinha da mina e ia para o rio” (MACHADO, 2004, p. 89,90)

Minha família trabalhava em terras próprias, éramos pequenos proprietários e nossa vida sempre foi muito trabalho [...] No sítio do meu pai, ele plantava arroz, milho, feijão, e tinha um pouco de gado. Minha mãe ajudava na roça e nós, os filhos, também. Todos trabalhavam e isso era comum. O banho era na bacia e roupa se lavava no rio. O sabão também era feito em casa. [...] Tudo era feito em casa, o que aumentava muito o trabalho das mulheres. Tínhamos que preparar tudo para alimentar a família. Ainda era serviço de mulher: tirar água do poço, buscar água na mina. Quando era preciso, tínhamos que lavar roupa no rio. O sabão era feito em casa, como já falei. Podia ser feito com a barrigada do porco que tínhamos que colocar soda e breu comprados ou podíamos fazê-lo de cinzas. O sabão de cinza era feito da seguinte maneira: a cinza era recolhida no fogão e colocada em uma lata de querosene de vinte litros. A lata deveria ser furada e a cinza era colocada aos poucos e socava-se bem. Colocávamos água aos poucos e o caldo que escorria era reservado. O caldo era chamado “decoado”. Entrava no lugar da soda, fazia o mesmo efeito. O sabão de cinza era muito utilizado até como remédio, resolvia os problemas do couro cabeludo e sarava as feridas que as pessoas tinham no corpo. (Narrativa da Sra. Alvina Wolf Böer apud MACHADO, 2004, p. 100 - 101)

Em face do resgate histórico que aqui apresentamos e do destaque do registro das estratégias de reprodução de uma das famílias do povoado, percebe-se que as mesmas herdaram as lógicas da organização familiar brasileira constituídas do regime patriarcal, importado pela colonização e adaptado às condições sociais brasileira de então, latifundiário e escravagista (SAFFIOTI, 1979).

Já na atualidade as configurações do patriarcado passam a assumir uma certa diferenciação das características de períodos históricos anteriores, reforçando para alguns autores a ideia de um patriarcado moderno, contratual, que alterou sua configuração, mas manteve as premissas do pensamento patriarcal tradicional (MACHADO, 2000). Por certo, a noção restrita ao seu conceito de centralidade na figura do homem, patriarca, não remete às novas configurações assumidas pelo patriarcalismo da sociedade burguesa capitalista. De acordo com Saffioti (2004, p. 130) “não há, de um lado a dominação patriarcal e, de outro a exploração capitalista. Para começar não existe um processo de dominação separado de outro de exploração”, os dois se interligam entre eles fortalecendo um ao outro, “daí ter-se criado a metáfora do nó para dar conta da realidade da fusão patriarcado-racismo-capitalismo” (SAFFIOTI, 2004, p. 130), ou seja, a autora considera que o capitalismo e o patriarcado se constroem simultaneamente.

Assumindo, portanto, novos dinamismos de produção social da agricultura familiar, devido as transformações econômicas, a sociedade ipeunense passa por significativas mudanças e, em 1964, Ipeúna que era um Distrito de Rio Claro consegue a sua emancipação política e passa a se constituir como um Município (MACHADO, 2004).

Constata-se que neste período de município independente há um intenso processo de modernização da agricultura brasileira, integrando-a com a indústria. A modernização foi altamente seletiva, restringindo o processo em termos de região, tipos de produtos incentivados, nível de capitalização de produtos, passando a ser considerada apenas do ponto de vista setorial e visando o aumento da produtividade. Esse modelo intitulado Revolução Agrícola, conhecido também como Revolução Verde, instituiu o modelo tecnológico que aperfeiçoou os históricos sistemas de monoculturas em larga escala a partir da mecanização, introdução de técnicas modernas de irrigação e o uso intensivo de fertilizantes químicos e agrotóxicos (MARTINE, 1991).

A modernização conservadora entre as décadas de 1960 e 1970, excluiu gradativamente os postos de ocupação de pequenos agricultores, culminando na marginalização, migração, e no êxodo rural. As cidades brasileiras que eram em sua maioria rurais presenciou uma massiva mudança no seu cenário agrícola com o êxodo rural (MARTINE, 1991).

Verifica-se que em Ipeúna a situação não foi diferente, concomitantemente a diminuição da população rural, há o crescimento da produção da monocultura da cana-de-açúcar nas propriedades rurais, a compra de maquinários e maior uso de insumos agrícolas (MACHADO, 2004). Esse fenômeno de “expulsão” da população rural no município pelas condições do acelerado processo de industrialização do país, podem ser analisadas através dos dados sobre a população residente fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os dados nos mostram que a população rural do município, em 1970, contava com 1.397 habitantes e na década de 1980, este contingente se apresenta reduzido à 891 habitantes.

Tabela 1: População residente, por sexo e situação domicílio – Ipeúna-SP

Tabela 202 - População residente, por sexo e situação do domicílio															
Variável - População residente (Pessoas)															
Município - Ipeúna (SP)															
Situação do domicílio	Ano x Sexo														
	1970			1980			1991			2000			2010		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
<b>Total</b>	2.097	1.060	1.037	1.854	951	903	2.698	1.352	1.346	4.340	2.252	2.088	6.016	3.110	2.906
<b>Rural</b>	1.397	718	679	891	484	407	919	480	439	894	499	395	838	473	365

Fonte: IBGE - Censo Demográfico

Fonte: IBGE – Censo Demográfico (2020)

Sabe-se que a partir dos anos 1970 o município inicia um processo de mudanças, no qual a atividade industrial destaca maior importância econômica. Devido a isto, nota-

se que a população urbana nos anos seguintes passa a ter uma diferença populacional muito superior à população rural. No ano de 2010, como consta na tabela 2, o município contava com a população total de 6.016 habitantes, uma porcentagem de 86% (5.178 habitantes) na área urbana e 14% (838 habitantes) na área rural (IBGE, 2010). Quanto ao número de habitantes residindo no campo temos 473 homens (56%) e 365 mulheres (44%). De acordo com dados mais recentes da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEAD – a população de 2019 teve um total de 7.406 habitantes, sendo 6.683 da população urbana e 723 da população rural.

Estes dados demonstram que no período de 1991 a 2019, 196 pessoas deixaram de morar no campo ipeunense, número relevante ao se tratar de um pequeno município com uma extensão rural predominante. Desta forma, admite-se que o número de indivíduos residentes no rural está diminuindo. Analisando a tabela 2, percebe-se que entre 1991 e 2000, época em que se instalou grande parte das empresas do ramo industrial de significado econômico na área da metalurgia, mineração, agroindústria de frangos, aviação civil, etc., a taxa de urbanização passou de 65,94% para 79,40%. Entre os anos de 2000 e 2010, a população cresceu uma taxa média anual de 3,32%, reafirmando o aumento da taxa de urbanização.

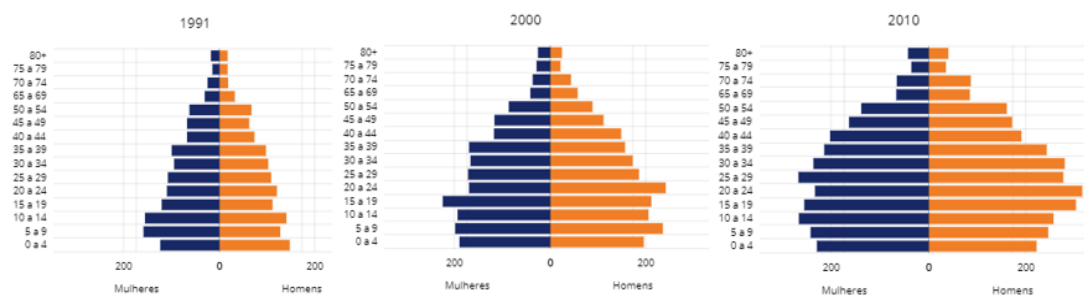
Tabela 2: População total, por gênero, rural/urbana de Ipeúna-SP

Localidade	Período	População Total	População Masculina	População Feminina	População Urbana	População Rural	Grau de Urbanização (Em %)
Ipeúna	1991	2.698	1.352	1.346	1.779	919	65,94
	2000	4.340	2.252	2.088	3.446	894	79,40
	2010	6.016	3.110	2.906	5.174	838	86,07
	2014	6.617	3.410	3.207	5.830	787	88,11
	2015	6.781	3.492	3.289	6.006	775	88,57
	2016	6.932	3.566	3.366	6.171	761	89,02
	2017	7.087	3.642	3.445	6.339	748	89,45
	2018	7.244	3.719	3.525	6.509	735	89,95
	2019	7.406	3.798	3.608	6.683	723	90,24

Fonte: IBGE e SEADE (2019) - Organizado pela autora, 2019.

Com relação ao comportamento populacional do município de Ipeúna, o gráfico 1 nos demonstra a faixa etária nos anos de 1991, 2000 e 2010. No ano de 1991, tem-se que a faixa mais larga é a faixa etária de 10 a 14 anos, tanto masculina, quanto feminina. Nos anos de 2000 e 2010, destacam-se a população economicamente ativa e o processo de envelhecimento populacional que já é observado.

Gráfico 1: Distribuição por sexo segundo grupos de idade (1991-2000-2010).



Fonte: IBGE e SEADE (2019)

Segundo estudos recentes sobre fluxos migratórios campo-cidade, Maia; Buainain (2015) sinalizam a persistência do êxodo rural, embora também sugiram um tênue arrefecimento da tendência nos anos 2000. Entretanto, a mesma segue ocorrendo por todo território brasileiro, e de forma seletiva, representado por jovens e mulheres. De acordo com os autores, novos fatores são agregados na compreensão desse fenômeno, atualmente o número de filhos de famílias rurais caiu para dois ou um, e há uma maior dependência de idosos (aposentados). Além da questão do machismo, outras questões para a migração são examinadas, como as assimetrias estruturais entre a qualidade de vida nas áreas rurais como: saúde, educação e lazer e segurança. Com base nas relações de gênero, as mulheres migram mais, em função da atração pelas atividades terciárias urbanas, pela busca de uma vida menos machista, por um maior nível de educação formal e/ou pelas dinâmicas intrafamiliares – carga de trabalho pesada sem contrapartida ou valorização da família.

Podemos deduzir assim, que o modelo de produção da monocultura pautado no processo de modernização agrícola cultivada no município, reduziu drasticamente a necessidade de mão-de-obra no campo, ocasionando a degradação do trabalho social no espaço rural. Dentro dessa lógica de produção, Maia; Buainain (2015) enfatizam que o uso intensivo de tecnologia e mecanização, assalariamento dos trabalhadores, a redução da demanda de trabalho físico/braçal, privilegia a contratação de mão-de-obra permanente ou temporária masculina, aumentando a segregação de gênero no meio rural. Nessa perspectiva, Anjos; Caldas (2005) argumentam sobre a diminuição do papel das mulheres nas atividades produtivas no meio rural, verificando que quando se trata de mulheres jovens há ainda a questão das desigualdades de gênero, as quais são historicamente enfrentadas pelas mulheres do campo, gerando assim, uma intensa motivação para que migrem com destino às cidades. Nesse contexto, há a preocupação de que esse processo – êxodo rural, em longo prazo - diminua consideravelmente o número

de habitante nos espaços rurais, implicando no envelhecimento e masculinização dessas áreas, e conseqüentemente, no seu esvaziamento.

Admite-se que em Ipeúna, o êxodo rural provocado pelo processo da modernização conservadora e também pelo aumento da falta de segurança na zona rural<sup>14</sup>, provocou a desestruturação do tecido social em seu território rural. Do ponto de vista da organização da unidade familiar de produção, houve uma radical transformação das atividades produtivas. Por um lado, evidencia-se uma diminuição generalizada do uso da mão-de-obra, que exprime a vulgarização dos insumos modernos, e de outro, uma masculinização crescente do processo de trabalho. Esta crescente masculinização, leva a uma situação em que a mulher, na maior parte dos casos, passa do status de papel fundamental no desempenho de inúmeras operações agrícolas à condição de atividade praticamente restrita às tarefas eminentemente domésticas (cuidado dos filhos, da casa, da horta, alimentação, etc.).

Em experiência de meses de pesquisa de campo no espaço rural de Ipeúna, foi observado que apenas 55 mulheres de 230 entrevistados responderam ao formulário. Quando chegávamos nas propriedades rurais, e recebidos por mulheres, geralmente elas optavam por não responder e, de imediato chamavam os seus companheiros ou filhos para responderem ao formulário. Por esse aspecto, assim como já discutimos “as mulheres não se definem como “trabalhadoras”, mas como “donas-de-casa”, considerando a condição de trabalhadora como provisória. Seus projetos individuais são pautados nas representações sociais sobre o gênero baseadas no exercício dos papéis de mãe e esposa” (CARNEIRO, 1994, p. 16).

Corroborando com Anjos; Caldas (2005) verifica-se que em Ipeúna “a modernização dos processos de produção e a introdução dos chamados insumos modernos (adubos, inseticidas, equipamentos, etc.) devem ser entendidas como o aprofundamento da expulsão feminina da esfera agrária e a reafirmação do patriarcado” (p. 674).

As condições específicas de reprodução social da agricultura familiar, bem como o papel da mulher no interior dessa organização produtiva abre espaço para permanências e rupturas. Ao abordar os papéis sociais desempenhados pelas mulheres na sociedade

---

<sup>14</sup> A falta de segurança na zona rural vem se tornando recentemente um dos principais e intensificadores do êxodo rural no município, como será discutido melhor nos resultados, a migração do campo para a cidade tem como principal motivo a falta de segurança, analisaremos através dos dados obtidos por Fernandes (2018) que muitas propriedades rurais visitadas já tiveram alguma experiência com assaltantes.

moderna, é possível observar que esses são marcados por inúmeras lutas na busca pelo acesso à direitos e, portanto, pelo reconhecimento enquanto cidadãs. Para as mulheres rurais, essas lutas também estão ligadas às reivindicações pela visibilidade e valorização de seu trabalho, bem como do reconhecimento enquanto trabalhadoras rurais.

A categoria “trabalho”, seja remunerado ou não, sempre se mostrou relevante para o pensamento feminista. Considerar como trabalho as inúmeras atividades desenvolvidas pela mulher no lar e nas pequenas propriedades agrícolas foi uma maneira de torná-las visíveis e mais valorizadas. Do ponto de vista do trabalho remunerado, ele foi considerado essencial pois, em uma sociedade onde o dinheiro quase tudo compra, o acesso da mulher à alguma forma de renda própria deveria torná-la mais independente do marido e mais participante nas decisões que envolvem tanto o grupo doméstico como a sociedade mais ampla (PAULILO, 2016 apud PEREIRA, 2019).

Décadas de feminismo não diminuíram a importância da categoria “trabalho”, pois é ela que está no centro da principal reivindicação dos movimentos de mulheres agricultoras<sup>15</sup>, que lutam para que as mulheres envolvidas na produção agrícola familiar sejam consideradas “produtoras rurais e não “do lar”.

Em Ipeúna, com todo histórico agrícola pautado em uma organização familiar orientado pelo modelo patriarcal, seguinte de um modelo de produção capitalista que expulsou a mulher da esfera agrícola, impulsionando-a para a esfera do trabalho doméstico – não remunerado - ou articulando os setores agrícola e não-agrícola nos domínios da propriedade rural - formando-se as questões da dupla jornada de trabalho, não foram suficientes para acender nas mulheres rurais o anseio por reivindicações pelas questões trabalhistas e de gênero. Como iremos abordar, nossa experiência de pesquisa nos evidenciou que estes problemas não são citados espontaneamente, o que dá a falsa impressão de que, para as mulheres, a divisão sexual do trabalho, as tomadas de decisões da terra e até mesmo a posse da terra é considerado natural e, portanto, aceitável. Notamos

---

<sup>15</sup> “O Movimento de Mulheres Agricultoras, surgido em 1981, foi um produto típico da época dos movimentos sociais no Brasil. Com o fortalecimento do Partido dos Trabalhadores (PT), as participantes do MMA começam a encontrar mais identidade entre suas aspirações e as possibilidades oferecidas por este partido. O que atraía as mulheres para o MMA eram as questões trabalhistas, tais como: serem consideradas produtoras rurais, com direito à assistência em caso de acidente de trabalho; aposentadoria aos 55 anos; salário maternidade e pensão viuvez. A última constituição abriu possibilidades para a reivindicação destes direitos que, aos poucos, foram sendo regulamentados. [...] O MMA é uma organização surgida em Santa Catarina mas as questões com que trabalha ultrapassam as fronteiras estaduais [...] Além disso, tem grande semelhança com o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) existente no Rio Grande do Sul e que também surgiu na década de 1980”. (PAULINO, 1999, p. 3-4)

que há uma questão tão enraizada na tradição patriarcal que tocar neste assunto pode significar, sem dúvida, um conflito sem nenhuma solução fácil à vista.

Nessa perspectiva, contradições entre liberdade e igualdade recebem pouca atenção, geralmente pressupõe-se que o que é bom para o núcleo familiar é necessariamente bom para a mulher. Essa ideia pode estar sendo reforçada pelo fato de que o conceito de “agricultura familiar” gerou uma visão harmônica da família rural, pelo menos baseada na ideia de que os conflitos entre os cônjuges, e entre estes e seus filhos, podem ser resolvidos sem extrapolar a esfera doméstica. Por isso, dentro deste contexto achamos importante analisarmos a estrutura lógica das propriedades rurais familiares ipeunense, delineando os subsistemas internos e identificar em contexto de permanências o papel da mulher rural a partir da perspectiva da multifuncionalidade.

### **4.3 Estrutura e Lógica das Propriedades Rurais Familiares e a Reprodução Socioeconômica**

Como base no que foi apresentado anteriormente, julgamos ser fundamental buscar compreender os processos históricos para que a teoria encontre respaldo numa realidade concreta. Nessa perspectiva, as transformações sociais e econômicas que ocorreram em Ipeúna durante os séculos XIX e XX (re)configurou a organização do espaço rural nos dias atuais.

As análises da reprodução social dos habitantes do meio rural estão vinculadas às condições de existência social destes agentes. Isto porque a chamada agricultura familiar enquanto atividade social apresenta uma estreita relação entre posição social, profissional e familiar dos agricultores e agricultoras (BRUMER; DOS ANJOS, 2008). Ou seja, as estratégias de reprodução social adotadas pelas famílias rurais passam pela posição que elas ocupam no espaço social, a partir de uma socialização que engendra determinadas disposições, influenciadas pelas relações com a vida social externa ao espaço rural - entretanto, não sendo ditadas por essas regras externas (BOURDIEU, 1994 apud BRUMER; DOS ANJOS, 2008). Deste modo, como afirma Schneider (2006) “nesse processo cabe à família e a seus membros um papel ativo, pois suas decisões, estratégicas e ações podem trazer resultados benéficos ou desfavoráveis à sua continuidade e reprodução” (p. 6).

Neste caso, Carneiro (2000), enfatiza que a análise das unidades familiares de produção agrícola deve contemplar dois aspectos: “de um lado as relações entre os indivíduos e, de outro, os valores que dão sentido a essas relações” (p. 157). Desta forma,

para a compreensão da dinâmica de reprodução social das unidades familiares, sejam elas agrícolas ou não, torna-se necessário levar em conta a diversidade de interesses em jogo decorrente das diferentes posições ocupadas por seus membros na hierarquia familiar (filhos, esposa, pai) e da atribuição de gênero, nas diferentes esferas das relações sociais. (CARNEIRO, 2000, p. 157)

A autora descreve que as relações familiares de produção agrícola seguem uma ordem simbólica. Esta ordem reflete a hierarquia familiar e consolida relações desiguais entre os indivíduos, particularmente as posições diferenciadas entre os gêneros. Nesta perspectiva, Carneiro (2000) observa que “o significado da atividade extra agrícola exercida por algum membro da família muda substantivamente se este é um jovem ou se é o próprio chefe da exploração agrícola” (p.157). Sendo que tal observação pode ser extrapolada para o entendimento das relações entre trabalho, família e gênero.

Ao exposto, este trabalho centraliza sua análise sobre as mulheres, por estas exercerem papel fundamental como agentes nas estratégias de manutenção e reprodução da agricultura familiar, apesar da situação de desigualdade frente aos homens advinda da divisão sexual do trabalho (PAULILO, 2004; BRUMER; DOS ANJOS, 2008). Pretendemos, dessa forma, evidenciar sua importante contribuição para a agricultura familiar como categoria social.

Nesta perspectiva, associada a noção da multifuncionalidade da agricultura, a reprodução socioeconômica se constitui numa função das atividades agropecuárias, a qual diz respeito: às fontes geradoras de ocupação e de renda para os membros das famílias rurais, às condições de permanência no campo, às práticas de sociabilidade, às condições de instalação dos jovens, e às questões relativas à sucessão da propriedade (CAZELLA, et al. 2009). Na perspectiva dos estudos sobre as relações de gênero, esta função engloba também a análise dos trabalhos domésticos.

O interesse em analisar as estratégias de reprodução social da agricultura familiar no espaço rural de Ipeúna decorre, por um lado, dos elevados índices migratórios do meio rural em direção às cidades, com destaque para os jovens e mulheres como já mencionado anteriormente. Este processo implica no crescente processo de envelhecimento da população e masculinização do campo. Por outro lado, pelas questões ligadas à sucessão geracional nos estabelecimentos familiares, que acabam colocando em risco a manutenção e reprodução social da agricultura familiar enquanto classe social. E, essencialmente, pela falta de reconhecimento do trabalho desenvolvido pelas mulheres rurais no âmbito da agricultura familiar.

É, portanto, através da utilização da metodologia sistêmica - uma ferramenta importante para o conhecimento da realidade de uma sociedade, que as análises aqui são desenvolvidas.<sup>16</sup> Compreende-se que na Geografia Agrária, Diniz (1984 apud ALVEZ; SILVEIRA, 2008) adotou o enfoque sistêmico para diagnosticar a realidade agrícola e entender as dinâmicas no espaço agrário através de tipologias e regionalizações. O enfoque dessa metodologia contribui para compreensão das diversas interações entre os elementos que o compõem (econômica, ambiental, cultural, social, política, etc.). Este modelo adotado por Diniz (1984) “visa entender os sub-sistemas internos e externos da agricultura, onde a questão da produção agrícola está no interior do sistema e os elementos socioeconômicos, culturais e ambientais estão no subsistema externo” (ALVEZ; SILVEIRA, 2008, p. 130).

Esse conjunto de subsistemas permite o estabelecimento de relações entre os elementos da organização social, produtiva e técnica da agricultura. Os elementos externos da agricultura têm papel decisivo para a atividade agrícola, agindo sobre os internos de forma a se construir um determinado tipo de agricultura. De certa forma, pode-se entender a relação entre os dois como uma constante adaptação da agricultura às condições externas. Por essa razão os elementos externos têm sido mais usados para explicar o seu comportamento, tanto em termos causais como temporais, sobretudo a localização da produção agrícola. (DINIZ, 1986, apud FERNANDES, 2018, p. 69)

As informações aqui discutidas, como já mencionado, são fruto de uma pesquisa maior e que tinha como empenho entender a organização, as interações espaciais e as dinâmicas territoriais, esta perpassou pela organização e aplicação de um formulário semiestruturado composto por 98 questões, tal formulário buscou identificar com alto grau de detalhamento as dinâmicas estruturantes das propriedades que compõem a organização do espaço agrário de Ipeúna-SP. Assim, a composição do questionário compreendeu cinco grandes blocos preocupados em: identificar os proprietários e caracterizar de forma geral as propriedades; a produção agropecuária, área ocupada e rentabilidade; aspectos demográficos e sociais; aspectos políticos e culturais; e o potencial de caráter das atividades não-agrícolas.

A utilização da metodologia sistêmica é peça-chave para o entendimento do todo, ou seja, na organização espacial. O sistema da agricultura é produto da história de uma sociedade rural, onde se forma as paisagens, a economia local, as relações de

---

<sup>16</sup> É válido ressaltar que este trabalho é fruto de uma pesquisa maior, intitulada “A Organização do Espaço Agrário do Município de Ipeúna-SP: informação como base do conhecimento para políticas públicas de desenvolvimento rural” coordenada pela Prof<sup>a</sup> Dra. Darlene A. de Oliveira Ferreira, a pesquisa fez parte de um convênio entre CEAPLA –UNESP e NEA/DEGEO/IGCE/UNESP-Rio Claro e a Prefeitura Municipal de Ipeúna-SP no ano de 2017/2018.

sociabilidade ligadas ao modo de ocupação do meio rural. Isto posto, procuraremos agora centrar as características principais dos subsistemas internos e externos das propriedades rurais de Ipeúna, perpassando por algumas temáticas das relações de gênero no campo.

#### 4.3.1 Principais características: delimitando subsistemas internos e externos das propriedades rurais

Com base na coleta de dados das informações levantadas a partir de trabalho de campo para a pesquisa anteriormente mencionada, a figura que prevalece nas propriedades rurais de Ipeúna é a do proprietário, seguido por membro da família do proprietário, caseiro, arrendatários e outras situações como a de administrador, gestor público, trabalhador assalariado (tabela 3). Quanto à ocupação econômica do proprietário (tabela 4), destacam-se a agricultura, a pecuária, seguidas de aposentados e da combinação dos dois – agricultura e pecuária. Os aposentados indicam a presença dos idosos (acima de 60 anos) na área rural do município.

Tabela 3: Situação do entrevistado em relação com à propriedade.

Situação do entrevistado	Frequência
Proprietário	125
Membro da Família	43
Caseiro	19
Arrendatário	27
Administrador	6
Gestor Público	5
Trabalhador Assalariado	4
Família do administrador	1
<b>Total</b>	<b>230</b>
Questionários somente com pontos coletados	127

Fonte: Trabalho de Campo 2017/2018

Tabela 4: Principal atividade do proprietário.

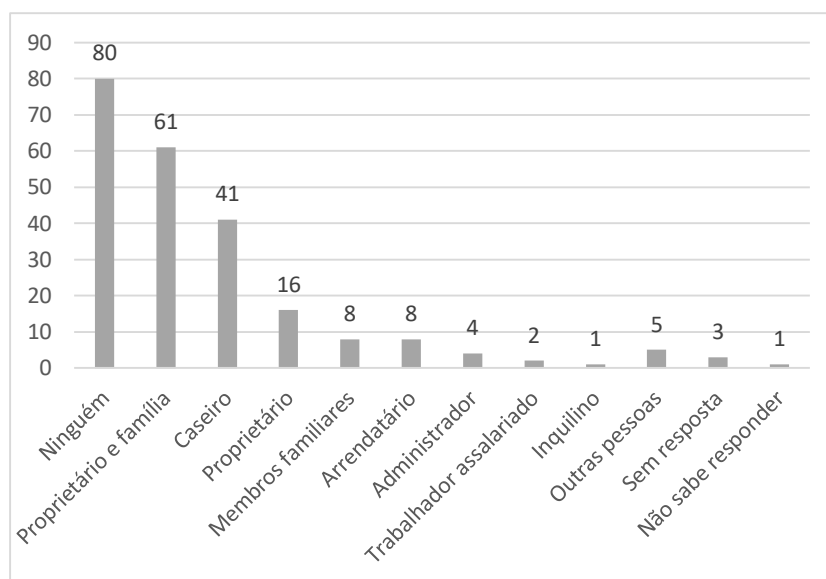
Atividades indicadas pelo entrevistado	Frequência	Atividades indicadas pelo entrevistado	Frequência
--	------------	--	------------

Agricultor	46	Contador	1
Pecuarista	42	Empreendedor	1
Aposentado	22	Empresário/Aposentado	1
Agricultor/Pecuarista	20	Engenharia Mecânica	1
Comerciante	4	Engenheiro	1
Empresário(a)	4	Fornecedor de cana-de-açúcar/aposentado	1
Locador	3	Funcionário Público	1
Locador de pasto	3	Gestão Pública (Lazer social)	1
Agricultor/Pecuária leiteira	2	Gestão Pública (Reciclagem)	1
Avicultor	2	Gestão Pública (Tratamento de resíduos)	1
Dona de Casa	2	Granjeiro/Produção de queijos	1
Gestão Pública	2	Horticultor	1
Médico Veterinário	2	Horticultor/Suicultor	1
Mecânico	2	Hotelaria/Imobiliária/Panificadora	1
Pecuarista leiteiro	2	Lavrador	1
Produtor Rural	2	Mineração	1
Abatedouro	1	Motorista	1
Administrador(a)	1	Não exerce nenhuma atividade	1
Advocacia	1	Pecuarista/Engenharia/Contabilidade	1
Agricultor/Produção de carvão	1	Pecuarista/Aposentado	1
Agricultor/Aposentado	1	Pensionista do INSS	1
Agricultor/Motorista	1	Produtor de vassouras caipiras	1
Agricultor/Vendedor	1	Proprietário/Administrador	1
Apicultor	1	Silvicultor	1
Arrendatário	1	Silvicultor/Agricultora	1
Autônomo	1	Silvicultor/Pecuária	1
Avicultor/Equinocultura	1	Trabalhador Rural	1
Cabelereira	1	Vendedor	1
Chacareiro	1	Vigilante	1
Construção civil	1	Sem resposta	14
Corretor de imóveis	1	Não soube responder	11
Corretor de imóveis/Aposentado	1		
<b>Total: 230</b>			

Fonte: Trabalho de Campo, 2017/2018

Com relação a quem reside na propriedade (gráfico 2), 80 entrevistados declararam não haver ninguém morando na propriedade rural. Destacamos que este fato pode estar vinculado tanto à falta de segurança no campo, pois os relatos de roubos e furtos nas propriedades rurais foram frequentes, sendo também uma das informações coletadas na pesquisa e reafirmada por Fernandes (2018). Ainda, o envelhecimento da população rural também concorre para o esvaziamento do campo – no caso de Ipeúna, os proprietários nesse cenário acabam migrando para área urbana do município, pela segurança, praticidade e conforto.

Gráfico 2: Quem reside na propriedade



Fonte: Trabalho de Campo, 2017/2018

Outro dado que exemplifica a baixa taxa de agentes sociais na área rural é que, para além destes 230 questionários respondidos, foram coletados 127 questionários somente com pontos de localização, ou seja, em algumas propriedades eram inexistentes a produção agrícola e, por não apresentar tal atividade, são mantidas fechadas. Segundo Brumer; Dos Anjos (2008) a valorização social e adesão à identidade de agricultor podem variar segundo os contextos sociais. Em alguns casos, a sucessão na propriedade familiar pode não ser valorizada, e o patrimônio fundiário tem destinos diversos (venda, arrendamento, abandono, parcelamento). Situações que evidenciamos no campo de Ipeúna.

Desde o surgimento do município, a estrutura fundiária é baseada em pequenas propriedades, isso se deu através da venda como pela partilha de herança no decorrer do tempo. Contudo, é válido lembrar do contexto histórico constituído em grandes propriedades latifundiárias, que ainda hoje não deixaram de existir. A tabela 5 contém dados sobre o tamanho das propriedades rurais em hectares. Nesta, é possível observar a prevalência das propriedades de até 50 hectares, e um número significativos entre 100 ou mais de 150 hectares.

Tabela 5: Tamanho das Propriedades rurais em hectares.

Área em hectares	Frequência
------------------	------------

0,1 a 3	33
3,1 a 6	17
6,1 a 9	5
9,1 a 12	13
12,1 a 15	21
15,1 a 18	31
18,1 a 21	15
21,1 a 25	11
25,1 a 50	34
50,1 a 100	18
100,1 a 150	6
Mais de 150,1	11
Não sabe responder	15

Fonte: Trabalho de Campo, 2017/2018

Em alguns casos, propriedades com grandes dimensões são mantidas sem produção, nesse contexto, Barros (2018) descreve que

um dos grupos que compõem a burguesia agrária é formado pelos latifundiários que mantêm grandes extensões de terras sem nenhuma produção e/ou uso de trabalho assalariado, o chamado latifúndio improdutivo, que pode se modificar, depender dos interesses do capital e da região em que estiver situado. O latifúndio é uma reserva de valor, uma renda capitalizada, que poderá se metamorfosear a qualquer tempo em capital agrícola produtivo, arrebanhado por alguma empresa transnacional do agronegócio. Enquanto improdutivo, participa do capital financeiro, gerando lucro, através da especulação no mercado de terra e, portanto, da renda fundiária. (BARROS, 2018, p. 187)

Tendo em vista que a extensão territorial do espaço rural é maior que a área urbana, no caso do município de Ipeúna, a quantidade de grupos familiares residindo no campo é considerada baixa. Segundo os dados coletados apenas 61 propriedades apresentam um núcleo familiar, composto pelo proprietário e sua família. Os caseiros apresentam uma frequência significativa nas propriedades, assumindo a função cuidar de cuidar do local e, em alguns casos, também exercem funções agrícolas. Em geral, apenas cumprem a função de um segurança para a propriedade.

Predominantemente, a administração da propriedade é realizada pelo proprietário, seguido do arrendatário de terras (tabela 6). Verificamos que em casos onde a propriedade apresenta uma maior dimensão de área e, conseqüentemente, maior atividade agropecuária, têm-se a figura do administrador - nestes casos, geralmente, o proprietário acaba desenvolvendo para além do campo, outras atividades não-agrícolas. Os outros tipos de administração são feitos pelo caseiro e membros da família. Nota-se que na questão de administração a frequência é variada, há casos em que a propriedade é dirigida em parte pelo proprietário e em parte por arrendatário/membro familiar. Com relação a quem explora a propriedade também na tabela 6 prevalece a família como produtora e

gestora, seguido do arrendatário e de outros (membros da família, caseiro, terceiros, prefeitura, usina, empresa privada).

Tabela 6: Administração e quem explora a propriedade.

Administração	Frequência	Quem Explora	Frequência
Proprietário	162	Apenas pela família	154
Arrendatário	37	Arrendatário	41
Administrador	19	Pela Família e outras pessoas	14
Caseiro	12	Caseiro	7
Membros da família	8	Terceiros	3
Sem resposta	5	Prefeitura	3
Não sabe responder	1	Usina	2
		Empresa privada	1
		Sem resposta	13
		Não sabe responder	1

Fonte: Trabalho de Campo, 2017/2018

Um elemento importante para conhecimento da organização espacial está na forma como os entrevistados obtiveram as propriedades. De maneira geral, não há registros de conflitos a partir e sobre concentração de terras e democratização do acesso à terra, pois parte das propriedades visitadas os donos adquiriram por compra ou herança.

A fim de conhecer quanto tempo/anos a propriedade pertence à mesma família, destacam-se na tabela 7, as classes de 11 a 20 anos e de 1 a 5 anos. Com isso, tem-se no município terras que pertencem à família há menos de 10 anos e nestes casos não se evidencia uma tradição agrícola como às propriedades de mais de 30 e/ou 50 anos em uma mesma família. Deste modo, compreende-se que a permanência desses grupos (mais de 30 e/ou 50 anos) é visto como elemento produtor e reprodutor de valores e discursos tradicionais, preservando geralmente os aspectos culturais do município.

Tabela 7: Tempo em anos que a propriedade pertence à família.

Anos na família	Frequência
1 a 5 anos	31
6 a 10 anos	27
11 a 20 anos	50
21 a 30 anos	14
31 a 40 anos	14
41 a 50 anos	27
51 a 60 anos	20
61 a 70 anos	9
71 a 80 anos	8
81 a 90 anos	1
91 a 100 anos	5
Não sabe responder	17
Sem resposta	7
<b>Total</b>	<b>230</b>

Fonte: Trabalho de Campo, 2017/2018

Nessa linha, podemos dizer que há uma heterogeneidade quanto aos grupos e frações de classe que compõem o campo de Ipeúna, desde propriedades de 3 hectares a propriedades com mais de 150 hectares. Famílias com mais de 30 anos de tradição agrícola, como a de recém-chegado no espaço rural. Das propriedades dedicadas diretamente à produção agrícola “da porteira para dentro”, até grupos e indivíduos que têm e/ou veem no meio rural uma maneira de valorização como as chácaras de lazer, como veremos a seguir, ou talvez apenas como reserva de capital e ativo financeiro: a terra, nos casos das propriedades sem produção. Essa diversidade contribui para a complexa rede de relações entre as classes sociais no campo.

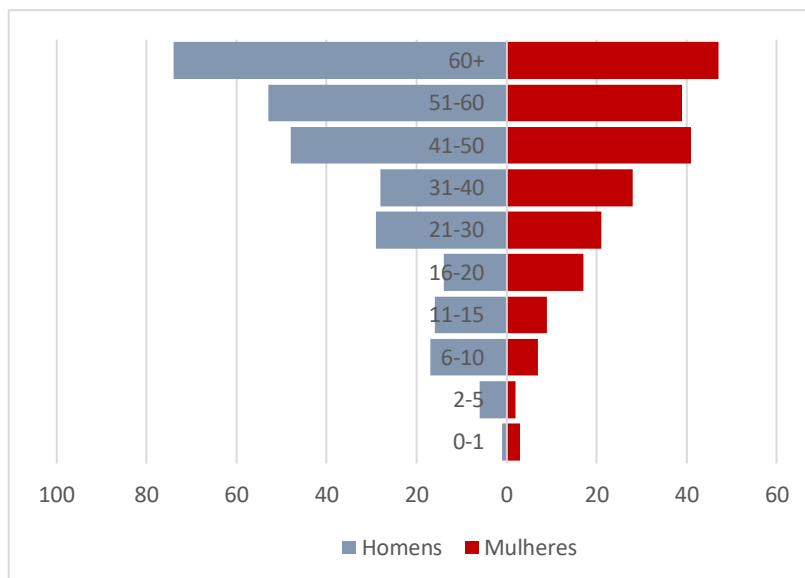
Ao analisar a composição de pessoas residentes nas propriedades, a partir dos questionários aplicados, tem-se uma média de duas pessoas por propriedade rural, sendo o mínimo de um morador, e o máximo, de doze moradores (tabela 8). O gráfico 3 apresenta a pirâmide etária da população rural de Ipeúna, evidenciamos poucas crianças na área rural, mais um número significativo de homens e mulheres, em faixa etária de 21 a 50 anos, um grupo com potencial para executarem atividades agrícolas.

Tabela 8: Número de pessoas por núcleo familiar.

Número de pessoas da família	Frequência de respostas
1	31
2	62
3	32
4	35
5	15
6	4
7	2
8	3
9	3
10	1
11	1
12	2
Sem resposta	17
Não sabe responder	7

Fonte: Trabalho de Campo, 2017/2018.

Gráfico 3: Pirâmide etária da população rural de Ipeúna-SP.



Fonte: Trabalho de Campo, 2017/2018. Elaborado pela autora.

A faixa etária de 60 anos nos mostra que predomina na área rural de Ipeúna o padrão já evidenciado para o campo brasileiro (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999). Mencionamos na sessão anterior que, tanto pesquisadores como os dados do IBGE, indicam a diminuição do número médio da composição familiar, bem como a masculinização e o envelhecimento da população rural. Diante dos dados obtidos nesta pesquisa, a afirmação se comprova.

Ademais, a partir da diluição da fronteira entre rural e urbano torna-se cada vez mais complexa a decisão entre ficar ou sair do espaço rural. Essa aproximação entre os espaços, cria no município uma noção de migração pendular onde, diariamente, tem-se o deslocamento de moradores que vão do campo/cidade e cidade/campo para realizarem algum tipo de atividade, seja agrícola ou não-agrícola. Neste sentido, ainda que se tenha um número significativo de homens e mulheres na faixa etária entre 21 a 50 anos no espaço rural, não significa que desenvolvam algum tipo de atividade agropecuária.

Desta forma, no caso dos jovens rurais e/ou dos adultos (entre 21 a 50 anos) com potencial para executarem atividades agrícolas, considerados atores imprescindíveis no processo de desenvolvimento rural - as questões de sucessão é um dos aspectos a serem analisados devido às modificações estruturais na sociedade, afetando, portanto, o meio rural e o modo de vida das famílias.

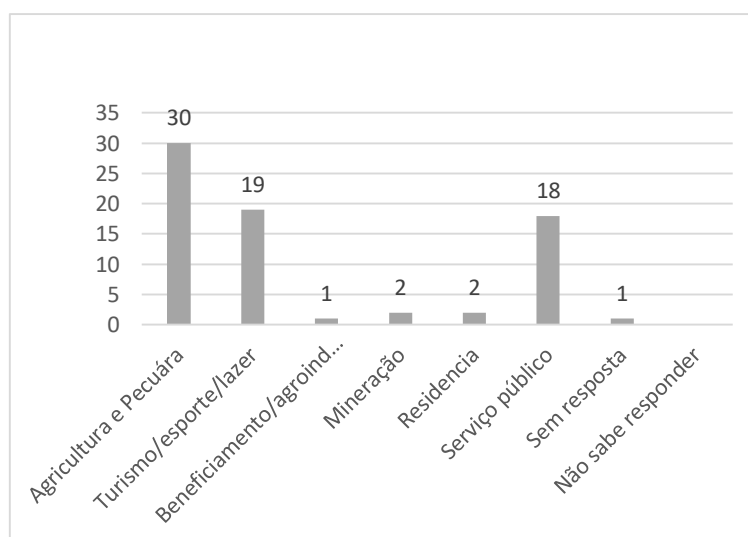
A transferência da propriedade entre as gerações é um processo multifacetado que abrange três procedimentos distintos, mas inter-relacionados: sucessão, herança e aposentadoria (Gasson e Errington, 1993). Na lógica do processo sucessório, à medida que a nova geração é bem-sucedida, a antiga geração deveria se aposentar (Gasson e Errington, 1993; Errington e Lobley, 2002). Porém, nas últimas décadas, a dificuldade de identificação e interesse de um

herdeiro sucessor nas propriedades, vem resultando no envelhecimento da população rural. (ABRAMOVAY et al., 1998; MISHRA; EL-OSTA, 2008 apud BREITENBACH; TROIAN, 2020, p. 28)

Conseqüentemente, a perda da naturalidade do interesse pela atividade agrícola nos processos sucessórios, têm-se o êxodo rural - especialmente do sexo feminino, baseado na sua posição social dentro da agricultura familiar, na qual apresentam menos predisposição em permanecer no campo, ou seja, as moças tendem a deixarem o campo numa proporção superior que os rapazes, levando à masculinização da juventude que permanece no espaço rural (CARNEIRO, 2001; CAMARANO; ABRAMOVAY 1999; MAIA; BUAINAIN, 2015). Desta forma, o baixo número de jovens sucessores resultará em menor número de agricultores no campo, cenário cada vez mais comum na nossa área de estudo.

Paralelamente a ausência de moradores nas propriedades rurais, percebemos de maneira retraída, uma nova configuração das espacialidades rurais, nas quais se registram transformações do campo em espaço de residência ou mesmo de lazer (Gráfico 4). Nota-se que a agricultura e a pecuária são as atividades principais no espaço rural do município, entretanto, propriedades rurais que cumprem a função de lazer das famílias, conhecidos também como os moradores de finais de semana e os campings procurados pelos turistas, também é um tipo de atividade desenvolvida no campo.

Gráfico 4: Tipo de atividade desenvolvida nas propriedades rurais.



Fonte: Trabalho de Campo, 2017/2018

Na área rural, a maioria das casas tem acesso à energia elétrica, água encanada e, em alguns casos, saneamento. Geralmente, os moradores do campo também dispõem de

recursos de comunicação como: telefone fixo, celular, internet, tv a cabo, internet móvel e rádio comunicador, como se verifica na tabela 9. Na atualidade, os meios de comunicação e as novas tecnologias tem permeado cada vez mais o espaço rural, tornando-se instrumentos essenciais de aproximação entre o ambiente rural e urbano. De acordo com Bernardo et. al (2017), as tecnologias de informação e comunicação contribuem para uma transformação que propicia novas visões do mundo, desde os hábitos sociais aos referenciais simbólicos.

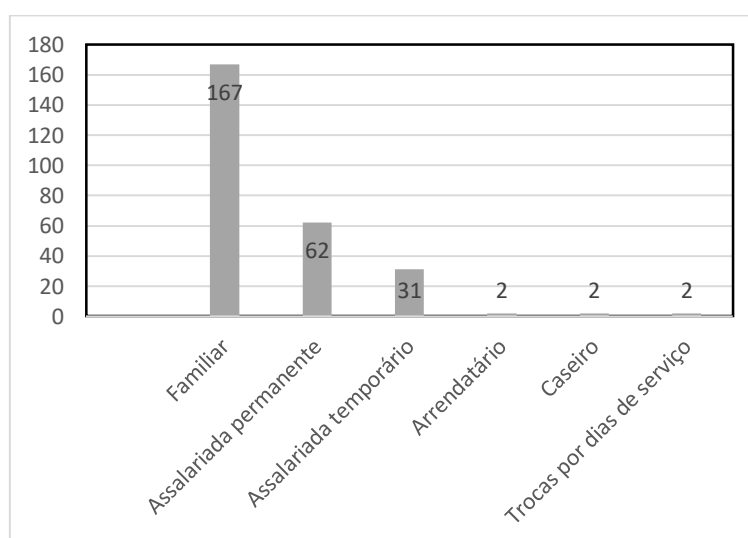
Tabela 9: Recursos de comunicação na propriedade.

Alternativa	Frequência
Telefone fixo	15
Telefone Celular	18
Internet	41
Tv a cabo	7
Internet móvel	21
Rádio Comunicador	1

Fonte: Trabalho de Campo, 2017/2018

Com relação ao caráter da mão de obra, evidencia-se no gráfico 5, que as atividades são realizadas, predominantemente, pelas famílias proprietárias, seguido de assalariados permanentes e temporários, quando necessário para realização de atividades específicas como construir cercas, roçar algumas áreas e preparar a terra para o plantio.

Gráfico 5: Caráter da mão de obra.



Fonte: Trabalho de Campo, 2017/2018.

#### 4.3.2 Divisão sexual do trabalho nas propriedades rurais de Ipeúna-SP

Tendo em vista que as atividades na propriedade são praticadas em maior frequência pela família, afim de compreender um pouco mais sobre a caracterização do grupo familiar, a tabela 10 destaca detalhadamente o número de pessoas por sexo, atividade praticada e a faixa etária do grupo familiar da população rural. Essa é uma informação importante pois dentro da função de atividade praticada, torna-se central a análise da pluriatividade da atividade agrícola, e das atividades não reconhecidas em torno do conceito de trabalho produtivo, tais como as atividades domésticas. Os agricultores que combinam diferentes atividades (agrícolas e não-agrícolas), são conhecidos como agricultores pluriativos. Através da pluriatividade, as famílias rurais podem estabelecer iniciativas de diversificação de suas ocupações interna e externamente à unidade de produção, bem como aumentar as fontes e as formas de acesso à renda.

Nota-se na tabela 10, que os homens com 60 anos ou mais, são a maioria responsáveis por todas as atividades da propriedade, para as mulheres de 60 anos ou mais, a atividade de maior frequência é a relacionada aos serviços domésticos. Observamos que a partir dos 11 anos os meninos passam a desenvolver atividades na propriedade, as meninas com a mesma idade passam a desenvolver os serviços domésticos. Aqui, percebemos logo cedo, um padrão de educação sexista desde a infância com a divisão sexual do trabalho, no qual a menina é preparada para os cuidados da casa e o menino para dominar as técnicas produtivas.

Para além dos serviços domésticos, as mulheres realizam com frequência todas as atividades na propriedade, contudo, o reconhecimento como trabalhadora rural é ausente. As mulheres em maior parte, não se definem como trabalhadoras/agricultoras, mas como “donas-de-casa”, e isso ficou evidente quando ao chegar nas propriedades rurais, quando recebidos por mulheres, muitas optavam por não responder ao formulário e, de imediato chamavam os seus companheiros. Por este aspecto, ao considerar a sua condição de trabalhadora como provisória, Carneiro (1994) enfatiza que os projetos individuais das mulheres “são pautados nas representações sociais sobre o gênero baseadas no exercício dos papéis de mãe e esposa” (p. 16).

[...] a condição feminina na agricultura está estreitamente relacionada à sua condição na família. As mulheres na agricultura são esposas e filhas, e, como tais, estão, na maior parte das vezes excluídas da sucessão na propriedade familiar, podendo ser poupadas do trabalho agrícola na divisão do trabalho, e sendo mais encaminhadas ao êxodo rural. É como esposas de agricultor que obtêm o estatuto de agricultoras. (CARDON, 2004; LAGRAVE, 1987 apud LOVATTO, et. al 2010, p. 200)

A divisão de tarefas segue uma discriminação pautada no sexo e idade dos membros da família, expressando a organização interna da unidade de produção familiar rural e também uma diferenciação dos espaços existentes na propriedade. A maioria dos homens dedica-se às atividades agrícolas e, as atividades não-agrícolas, ficam a cargo das mulheres. Essa organização se aproxima com o modelo de família formulada por Chayanov (1974), no qual a família é um conjunto de produtores e de consumidores centrados num casal, seus filhos, entre outros membros, formando um grupo doméstico hierarquizado economicamente a partir de valores culturais. Assim, se o exercício da atividade agrícola está fortemente relacionado às posições na família, a prática da agricultura pressupõe os papéis de homens e mulheres e as hierarquias de gênero e idade existentes naquela família.

Tabela 10: Número de pessoas por sexo, atividade e faixa etária.

Sexo	Atividade Praticada	0 a 1 ano	2 a 5 anos	6 a 10 anos	11 a 15 anos	16 a 20 anos	21 a 30 anos	31 a 40 anos	41 a 50 anos	51 a 60 anos	60 ou mais anos	Total
Masculino	Sem atividade	1	3				2				1	7
	Serviços domésticos									3		3
	Todas as atividades da propriedade				3	4	6	8	22	19	32	94
	Comerciante						1		1	1		3
	Agricultor						1	3	7	13	7	31
	Pecuarista			2	1	2	2		7	4	4	22
	Aposentado								1	3	18	22
	Funcionário Público							2				2
	Empresário								1	1		2
	Serviços Gerais						1	2			1	4
	Piloto de Avião						1					1
	Estudante		3	15	12	4	2					36
	Caseiro						1	2	2			5
	Administrador						4	2		3	3	12
	Industriário				2	4	2					8
	Motorista							2	1	1		4
	Autônomo								1		2	3
	Minerador								1	1	3	5
Hidroponia										1	1	
Mecânico							1				1	
Korin					1	1	1				3	
Marceneiro					1			1			2	
Masculino	Bancário							1				1
	Zootecnista							1				1
	Comércio exterior						2					2
	Tratorista								2		2	4
	Laminador								1			1
	Corretor de imóveis							1				1
	Fotógrafo						1					1
	Construtor civil									2		2
	Químico									1		1
	Trabalhador em empresa privada									1		1
Feminino	Atividade Praticada	0 a 1 ano	2 a 5 anos	6 a 10 anos	11 a 15 anos	16 a 20 anos	21 a 30 anos	31 a 40 anos	41 a 50 anos	51 a 60 anos	60 ou mais anos	
	Sem atividade	3	1	1		1		1				7
	Serviços domésticos				1	6	7	8	16	17	24	79
	Todas as atividades da propriedade					2	4	4	10	9	7	36
	Comerciante						1		1			2
	Agricultora					1	1		1	1	1	5
	Pecuarista			1								1
	Aposentada									4	9	13
	Costureira									1	1	2
	Funcionária Pública						1	1	4	1	1	8
	Granja								2			2
	Carvoaria								1			1
	Empresária									1		1
	Beneficiamento de Produtos agrícolas							1			1	2
	Serviços gerais								1		2	3
	Contadora						2		1			3
	Professora								1			1
	Enfermeira								2			2
Psicóloga						2	1				3	
Cabelereira									1		1	
Servente de escola									1		1	
Diarista						1			1		2	
Estudante		1	6	7	7	2					23	
Administradora								1			1	
Recursos humanos								1			1	
Indústria								2			2	
Motorista								1			1	
Hidroponia										1	1	
Korin									1		1	
Musicista								2			2	
Secretária									1		1	
Biomédica								2			2	
Consultora de Eventos								2			2	
Cozinheira									1	1	1	

Fonte: Trabalho de Campo, 2017/2018.

Na tabela 11 sobre as atividades desenvolvidas na propriedade, levando em consideração o que é tarefa do homem e da mulher, evidenciamos a divisão sexual do trabalho fortemente marcada no espaço rural do município.

Tabela 11: Das atividades desenvolvidas na propriedade o que é tarefa do Homem/Mulher?

<b>Encarregado</b>	<b>Atividade</b>	<b>Frequência</b>	<b>Encarregado</b>	<b>Atividade</b>	<b>Frequência</b>
<b>Homem</b>	Agricultura	17	<b>Mulher</b>	Agricultura	6
	Pecuária	15		Pecuária	6
	Todas as atividades da propriedade	91		Todas as atividades da propriedade	44
	Caseiro	7		Estudante	1
	Trabalha fora da propriedade	6		Administradora	5
	Administrador	10		Serviços domésticos	59
	Serviços domésticos	2		Costureira	1
	Empresário	1		Ajuda nos afazeres	2
	Beneficiamento de produtos agrícolas	1		Beneficiamento de produtos agrícolas	1
	Aposentado	1			

Fonte: Trabalho de Campo, 2017/2018. Organizado pela autora, 2020.

O trabalho doméstico consiste em uma estratégia de reprodução social que incorpora, até certo ponto, as estratégias de reprodução biológica, de bem-estar e de manutenção das famílias urbanas e rurais (MELO; CASTILHO, 2009). Na tabela é possível observar que os serviços domésticos são realizados quase que exclusivamente por mulheres. Estes serviços domésticos, como já analisado são historicamente invisibilizados pela lógica patronal, capitalista e pelos modelos elaborados a partir da teoria econômica que consideram como trabalho apenas as atividades passíveis de geração de renda e, por este motivo, as tarefas voltadas a este fim não são reconhecidas como estratégias centrais para a manutenção e reprodução social (MELO; CASTILHO, 2009).

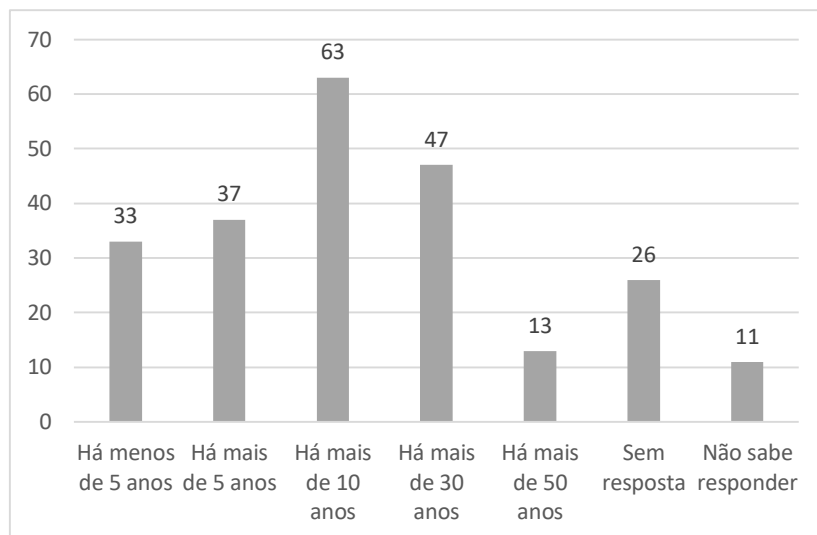
As mulheres que declaram realizar algum tipo de afazer doméstico são mais numerosas, representam uma maior parcela da força de trabalho e dedicam em média bem mais horas do que os homens a esse tipo de trabalho, independentemente do nível de instrução, da posição na ocupação, do grupo ocupacional e do setor produtivo no qual estão inseridas. As mulheres dedicam, em média, entre duas e três vezes o tempo dedicado pelos homens às tarefas domésticas, essa diferença sendo mais elevada quando homens e mulheres saem do mercado de trabalho. Em suma, os afazeres domésticos são pesadamente uma incumbência feminina. (MELO; CASTILHO, 2009, p. 154)

Vimos anteriormente que a atividade mais desenvolvida na propriedade é a agricultura e a pecuária e que, aparentemente, estas atividades são desenvolvidas através de uma divisão sexual, ou seja, os homens são responsáveis pelo chamado “trabalho produtivo” e as mulheres se dividem “naturalmente” entre as tarefas domésticas e da propriedade – o dito “trabalho reprodutivo”. A desigualdade de gênero no espaço rural do município é um problema histórico-estrutural, no qual percebemos que essa divisão sexual do trabalho se fortalece no dia-a-dia através da cultura patriarcal, sob formas que são atenuadas pela educação, por políticas públicas e até mesmo por uma atividade/produção econômica excludente.

Acreditamos que o avanço e a continuidade do modelo de produção da monocultura no município analisado, é um dos principais fatores para a redução da necessidade de mão-de-obra no campo e, conseqüentemente, na degradação do trabalho social no espaço rural. É uma atividade que vem provocando alterações consideráveis na dinâmica produtiva e organizacional dos agricultores familiares, ao promoverem esse modelo operacional de desenvolvimento agrícola, os órgãos públicos acabam por favorecer a subordinação da agricultura familiar à lógica do capital industrial e financeiro, transformando-a em mera fornecedora de mão de obra para o agronegócio. As mulheres nesse processo são as primeiras a serem excluídas da agricultura, pois quando agricultoras, elas trabalham principalmente na produção de alimentos e criação de pequenos animais destinados ao consumo das famílias ou para pequenos mercados locais. Desta forma, com o fortalecimento do agronegócio cresce a exclusão social das mulheres e, através dos dados obtidos nota-se cada vez mais a diminuição do papel das mulheres nas atividades produtivas no meio rural e maior exercício nas atividades reprodutivas.

Com base no tempo, em anos, que os proprietários se dedicam a agricultura e pecuária (gráfico 6), 63 propriedades desenvolvem a mesma atividade há mais de 10 anos - nesses casos, geralmente, têm-se o cultivo da cana-de-açúcar como prática principal. Trata-se de um grupo que tem na cultura canavieira uma fonte de rendimentos, sem significar que sejam os produtores efetivos. Nas propriedades de mais de 30 a 50 anos, têm-se a pecuária como atividade principal. Esses dados nos confirmam a valorização pela mão-de-obra masculina no campo de Ipeúna, pois a pecuária e a cana-de-açúcar são atividades tradicionalmente realizadas por homens.

Gráfico 6: Tempo, em anos, que se dedica a agricultura e pecuária.



Fonte: Trabalho de Campo, 2017/2018

As famílias tradicionais do município tratam a terra como um patrimônio familiar. Em geral, esse grupo de família tradicional não é mais considerado exclusivamente agricultores, pois com o processo de envelhecimento, a perda da naturalidade da agricultura pela nova geração, e pela falta de segurança presente no campo, o(a)s proprietário(a)s deixaram a função de produtor(a)/agricultor(a) para residirem na área urbana, se tornando atualmente gestores e fornecedores agrícolas - mantendo o mesmo modelo de produção pautado na pecuária e na cana-de-açúcar sem que precisem de fato trabalhar na terra e sem que, necessariamente, precise vender a propriedade para estranhos.

Até este momento, mesmo dentro de um espaço dominado pela monocultura da cana-de-açúcar e pela pecuária, é possível encontrar a lógica de organização familiar em algumas das propriedades visitadas. Verificou-se que a produção de alimentos para autoconsumo é diversificada e, está presente na maioria das propriedades analisadas, podendo ser considerada como uma das premissas básicas na organização da agricultura familiar. A produção para o autoconsumo garante a segurança alimentar, e nesse sentido a família tem acesso aos alimentos básicos, tanto em quantidade como na qualidade.

A produção para autoconsumo foi encontrada em 42% das propriedades rurais e está representada por aquelas que têm dimensão física de até 50 hectares. Produtos para autoconsumo encontrados com maior frequência foram as frutas (banana, manga, limão, abacate e laranjas), hortaliças (alface, almeirão, couve, rúcula e pimentão), e legumes (rabanete e chuchu). O grupo das frutas, legumes e hortaliças ganham maior notoriedade por ser de fácil cultivo e por garantir uma alimentação saudável.

Os produtos que compõe a base do prato diário advindos da “roça” que tiveram mais notoriedade foram o feijão, milho e mandioca. A mandioca apresentou um maior destaque tendo em vista que ela serve tanto para a alimentação humana como para a alimentação das criações. Logo, a criação animal também passa a ter destaque, uma vez que 43% dos entrevistados relatam que boa parte das criações é destinada ao autoconsumo, destaque para galinhas caipiras e suínos. No município, como também afirma Fernandes (2018) a produção de queijos artesanais é o beneficiamento mais comum entre as famílias rurais.

É sabido que a produção de alimentos voltado ao consumo das famílias rurais cumpre importante papel em suas estratégias de reprodução social. Entretanto, estando à margem dos processos mercantis e realizada predominantemente sob responsabilidade de mulheres agricultoras, a produção destinada ao autoconsumo é comumente pouco valorizada frente aos produtos destinados à comercialização. (MENASCHE; ZANETTI, 2007, p. 130)

No meio rural, é também parte da responsabilidade das mulheres a produção direta dos alimentos, por meio das hortas, criação de pequenos animais, transformação de produtos como queijos, doces e pães. Segundo dados da FAO<sup>17</sup>, a mulher desempenha um papel fundamental na alimentação da família, produzindo mais da metade de todos os alimentos cultivados. Estas, ainda desempenha um importante papel na preservação da biodiversidade, garantindo a soberania e a segurança alimentar a partir da produção de alimentos saudáveis (PAULILO, 2013)<sup>18</sup>.

Pacheco (1997 apud SILIPRANDI, 2000) defende o resgate dos “quintais” – área em torno da casa onde são criados os animais domésticos, feita uma pequena horta, um pomar, e são realizadas as tarefas de agro-industrialização caseira. São hoje um espaço por excelência da atuação das mulheres, servindo como área de produção de uso múltiplo, espaço de complementação de renda e enriquecimento da dieta alimentar, assim como campo de aclimação e experimentação de espécies. Segundo a autora, o apoio a estas atividades poderia ser combinado com as culturas comerciais, em uma proposta de agricultura sustentável de base de agricultura agroecológica.

De acordo com Jalil (2019) tem sido um desafio para a epistemologia feminista e sua vertente ecofeminista<sup>19</sup>, pensar a produção de alimentos voltado ao consumo das

---

<sup>17</sup> Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

<sup>18</sup> Ver mais em PAULILO, M. T. S. FAO, Fome e Mulheres Rurais. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 56, n° 2, 2013, pp. 285-310.

<sup>19</sup> “O ecofeminismo pode ser definido como uma escola de pensamento que tem orientado movimentos ambientalistas e feministas, desde a década de 1970, em várias partes do mundo, procurando fazer uma interconexão entre a dominação da Natureza e a dominação das mulheres [...] pode ser considerado mais

famílias rurais e/ou da soberania alimentar a partir “das práticas das mulheres, de suas vidas, de sua relação com a natureza, com o cuidado, a preocupação com a reprodução e com a manutenção da vida e da diversidade sem reforçar um discurso naturalizado e essencialista” (p. 86). A ideia de que as mulheres são “naturalmente” as cuidadoras da natureza, e por isso são “privilegiadas” da soberania alimentar não é algo concreto. Para a autora, este discurso é o mesmo que aceitar as relações de opressão-dominação do capitalismo-patriarcado, que apresentamos anteriormente. Portanto, deve-se ter em mente que as mulheres não são naturalmente boas ou más. Não se trata de uma questão genética e natural, mas de algo socialmente construído na lógica do patriarcado que diferencia e hierarquiza o trabalho executado pelas mulheres, destinando espaços onde as atividades como trabalho são invisibilizados e desvalorizados.

a contribuição das mulheres ao desenvolvimento e à conservação da biodiversidade tem se mostrado como um não-trabalho e um não-conhecimento, pois está sob a lógica do patriarcado, que subvaloriza e hierarquiza as mulheres e a natureza, que é percebida como feminina. (SHIVA, 1998 apud JALIL, 2009, p. 87)

Segundo a autora, seu trabalho e seus conhecimentos estão definidos como “parte da natureza”, apesar de estarem baseados em práticas culturais e científicas complexas. A conservação da biodiversidade praticada por mulheres difere, no entanto, da concepção patriarcal dominante, pois o modelo de pensamento capitalista ocidental não consegue perceber a natureza e a vida em sua complexidade, é entendida como um pensamento dual e reduzido, não valoriza as diferenças, tão pouco a diversidade. Logo, “para as mulheres e nas suas representações sociais, trabalho e vida se apresentam intimamente ligados, já que elas relacionam o trabalho às suas práticas com a natureza, com a diversidade e com a reprodução da vida” (JALIL, 2009, p. 88).

De acordo com Shiva (1991 apud SILIPRANDI, 2000), para o desenvolvimento do capitalismo, a natureza deve ser percebida como algo inferior a ser explorado, um “recurso” separado e à disposição da humanidade. Essa é a base de pensamento que justifica a monocultura, o agronegócio, o latifúndio, a uniformidade, a homogeneidade, a destruição da natureza e a perda de saberes tradicionais. Esta forma de pensar foi,

---

como uma corrente que trabalha com mulheres dentro do movimento ambientalista, do que propriamente parte do movimento feminista [...] para o ecofeminismo, o pensamento ocidental identifica, do ponto de vista político, a mulher com a Natureza (no pensamento ocidental) superior à Natureza; daí decorre a visão (do ecofeminismo) de que as mulheres teriam especial interesse em acabar com a dominação da Natureza, porque a sociedade sem exploração da Natureza seria uma condição para a libertação da mulher”. (p. 61-63)

“paralelamente, responsável pela exclusão das mulheres do seu papel protagonista na agricultura, já que ela deixou de ser vista como agricultora, silvicultora, administradora de recursos hídricos etc. Seu conhecimento que era ecológico, plural, foi inferiorizado e perdido” (SILIPRANDI, 2000, p. 65). Com a fragmentação das relações tradicionais - baseado na estabilidade e sustentabilidade, na diversidade, na descentralização – as mulheres perderam o acesso à terra para as culturas alimentares, aos boques, à água e passaram a ter menos renda, participação e acesso a tomadas de decisões.

Para Siliprandi (2000), a monocultura é vista como símbolo dessas mudanças, porque:

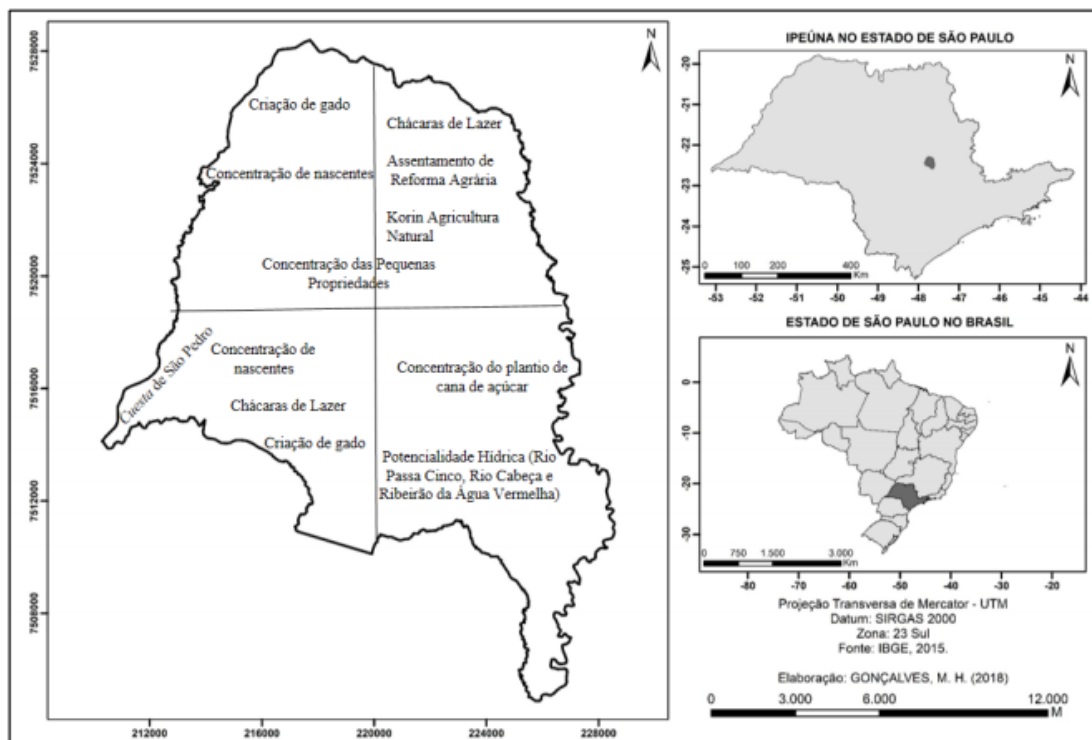
Além de expulsar as formas de cultivo tradicionais (baseadas na diversidade e complementariedade), com as consequências ecológica que isso traz (erosão, fragilidade dos ecossistemas, poluição da água e do solo), dependência de insumos externos etc), é sobretudo uma forma de pensar, na qual a intervenção do homem sobre a Natureza, visando ao lucro, é o princípio orientador. (SILIPRANDI, 2000, p. 65)

Neste sentido, fica evidente para nós essa relação entre a ideologia patriarcal e o sistema de produção - em que a esfera da produção e da reprodução são separadas e hierarquizadas – na organização das estruturas e lógicas das propriedades rurais familiares em Ipeúna.

#### **4.3.3 Desenvolvimento rural sustentável, relações de gênero e ecofeminismo**

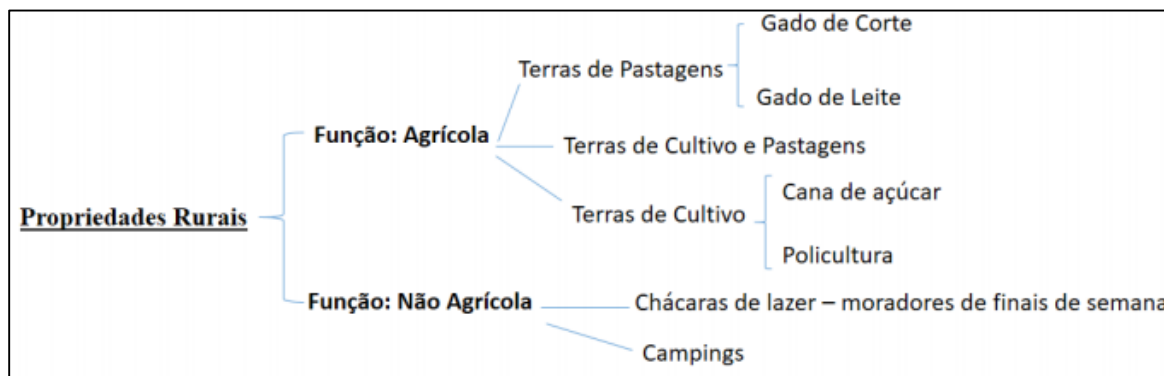
A partir dos subsistemas internos e externos que compõem as propriedades rurais, Fernandes (2018), ao analisar a organização do espaço rural do município aqui estudado, elaborou e esquematizou as espacialidades e a tipificação do espaço rural do município, como mostra o mapa 4 e a figura 5.

Mapa 4: Espacialidades do espaço rural de Ipeúna-SP.



Fonte: FERNANDES, S. (2018)

Figura 5: Tipificação do espaço rural em Ipeúna-SP



Fonte: FERNANDES, S. (2018)

A partir dos dados discutidos, conclui-se que as propriedades rurais do município têm como atividades agrícolas centrais, o cultivo através da cana-de-açúcar e policultura, e a pastagem pelo gado de corte e leite. Dentre as funções não-agrícolas, há as chácaras de lazer e campings criando para tal, uma nova espacialidade no município que diz respeito ao desenvolvimento do turismo em meio rural por parte das potencialidades ligadas ao apelo paisagístico e natural que o município possui, na qual proporciona tanto as atividades ligadas a prática de esportes de aventura, lazer ou mesmo de residência (SANAIOTTI, 2019). Dentro dessa perspectiva, acreditamos que a busca, por parte da população urbana, de um contato mais frequente e próximo com a natureza introduz

mudanças nos hábitos e práticas de vida das pequenas localidades. Segundo Carneiro (2002) essas novas visões, apontadas como funções diferenciadas, que o rural desempenha e venha a desempenhar, depende, significativamente, da importância dada à paisagem, ou seja, quanto mais valores socioambientais e infraestrutura tiver o lugar, maior o grau de ressignificações ocorrerá neste meio, de modo a permitir o uso da terminologia ruralidades como sendo uma nova representação do rural.

Neste contexto, assim como analisam as formas no movimento da sociedade, a sua função, além de seus processos geradores, também é possível analisar as ruralidades e observar nelas o movimento do ser social e suas ações na natureza alterando a espacialidade. Acredita-se que o fortalecimento da agricultura familiar no município pode ser alcançado por meio da incorporação da noção da multifuncionalidade. A introdução deste conceito como uma estratégia de reprodução social e territorial, apresentaria novos arranjos na área rural de Ipeúna, modificando a estrutura e lógica da organização rural. Lembrando que a agricultura não é a principal atividade econômica do município, mas intitula-se desde o ano de 2015 como capital nacional da agricultura natural.

A este respeito, o poder público almeja que o desenvolvimento local e rural de base natural se concretize no município. Para tanto, algumas características devem estar presentes nesse processo, conforme aponta Kageyama (2008 apud FERNANDES, 2018) que pressupõe também a participação dos proprietários/agricultores rurais:

- a) Esforço para reduzir a dependência do mercado de insumos externos à unidade produtiva/redução de custos/aproveitamento dos recursos naturais; b) Introduzir novas atividades que permitam utilizar os recursos internos; c) Estimular a produção ambientalmente mais adequada; d) Encorajar práticas de cooperação e pluriatividade; e) Incentivar a diversificação de produtos e busca de economia de escopo; e) Conduzir políticas para a pluriatividade das famílias rurais para a absorção da mão de obra. (KAGEYAMA, 2008 apud FERNANDES, 2018, p. 181)

Para Fernandes (2018), através destas alternativas estratégicas, o município conseguiria sair da simbologia e torna-se de fato a capital da agricultura natural, com desenvolvimento pautado na produção de alimentos livres de agrotóxicos, e com o setor agrícola gerador de emprego e renda. Para além, apontamos outra variável, a necessidade de superar a divisão sexual de trabalho no campo como condição para o desenvolvimento rural sustentável. Nesta perspectiva, emerge a necessidade do empoderamento das mulheres no campo, considerando as mesmas como produtoras de bens e gestoras do meio ambiente e principalmente, como portadoras de um conhecimento sensível à destruição

da natureza, emergindo daí a discussão da sustentabilidade e das relações sociais de gênero no rural.

Não é por terem nascido mulheres, no sentido essencialista do termo, que elas têm a contribuir na discussão de propostas. É porque se tornaram mulheres – e estão inseridas socialmente em atividades específicas, porque têm pontos de vista historicamente e socialmente construídos, que podem oferecer visões sobre o desenvolvimento social que o pensamento e a prática masculinas não são capazes de abarcar. É preciso que se assuma que a invisibilidade do trabalho das mulheres na agricultura é um dos entraves para que as propostas alternativas de desenvolvimento sejam efetivamente coerentes, amplas e equitativas. (SILIPRANDI, 2000, p. 70)

Perceber a mulher dentro do contexto do espaço rural de Ipeúna, assim como questionar a divisão sexual do trabalho e a forma como se materializa, é outro objetivo que deve fazer parte de um projeto de construção, luta e conquista por uma agricultura natural de base familiar do município.

Ao exposto, este trabalho centraliza sua análise sobre as mulheres, por estas exercerem papel fundamental como agentes nas estratégias de manutenção e reprodução da agricultura familiar, apesar da situação de desigualdade frente aos homens advinda da divisão sexual do trabalho (CARNEIRO, 1997; PAULILO, 2004; BRUMER; DOS ANJOS, 2008). Pretendemos, desta forma, evidenciar sua importante contribuição para a agricultura familiar enquanto categoria social no espaço rural de Ipeúna. Na próxima sessão procuraremos realizar uma análise do trabalho feminino a partir da perspectiva da multifuncionalidade agrícola, demonstrando uma de suas funções – a reprodução socioeconômica.

## **CAPÍTULO 4**

### **5. AS MULHERES RURAIS DE IPEÚNA E AS MÚLTIPLAS FUNÇÕES DA AGRICULTURA**

Neste capítulo analisamos os dados e informações coletadas em campo e, com isto, buscamos corresponder aos objetivos deste trabalho, quais sejam: identificar as diversas e diferentes atividades que compõem os trabalhos produtivos e doméstico das mulheres no campo; analisar a contribuição dessas atividades para a manutenção e reprodução social da agricultura familiar através da lente analítica da multifuncionalidade da agricultura. Para isto, constitui-se, inicialmente, um quadro síntese contendo as principais características das 13 entrevistadas e, posteriormente, discorre-se sobre as atividades e práticas realizadas por elas em relação às funções de reprodução socioeconômica.

Conforme mencionado anteriormente, durante o trabalho de campo realizado entre os anos de 2017 e 2018, 230 questionários foram coletados com dados dos proprietários e das propriedades e, a partir destes dados, identificamos que apenas 50 dos entrevistados eram mulheres. Tendo em vista que o objetivo deste trabalho é discutir o papel social da mulher no meio rural, ao buscarmos mais informações para compor esta pesquisa, decidimos retornar ao campo para novas entrevistas. O questionário contou com 16 questões, as quais abarcaram questões relativas à divisão sexual do trabalho e à perspectiva de mulher rural.

Inicialmente contamos com a primeira dificuldade de pesquisa que foi identificar com a ausência das mulheres no campo. Ao tentarmos contato descobrimos que um número significativo daquelas entrevistadas da primeira pesquisa, já não residiam mais na área rural. Como resultado, conseguimos 13 entrevistas com mulheres de perfis distintos - não exclusivamente agricultora, mas com algum vínculo com o espaço rural - sejam elas proprietárias, agricultoras ou apenas moradoras. Vale ressaltar que do total, oito das entrevistadas foram localizadas na área urbana e apenas cinco na zona rural.

A partir do roteiro de entrevistas, procuramos investigar as relações de trabalho nas respectivas unidades familiares. Além disso, buscamos compreender como se dá o reconhecimento destas mulheres no que se refere ao trabalho rural – entendendo este em uma perspectiva integradora que combina não só o ponto de vista produtivo, como também, as dimensões social, ambiental e cultural, nas quais o trabalho da mulher é representativo no meio rural. As informações obtidas entre os questionários e as entrevistas serão discutidas a seguir.

## 5.1 Principais características das mulheres entrevistadas

Inicialmente, o quadro 1 apresenta as principais características das 13 entrevistadas.

Quadro 1: Perfil demográfico das mulheres entrevistadas.

Entrevistada	Estado Civil	Idade	Naturalidade	Ocupação/Profissão	Situação da entrevistada	A propriedade e foi obtida por	Filhos
1	Viúva	61	Ipeúna	Aposentada/Funcionária pública	Proprietária/membro da família	Herança	1
2	Divorciada	50	Ipeúna	Motorista	Proprietária	Herança	1
3	Solteira	39	Ipeúna	Médica Veterinária	Moradia cedida	b*	0
4	Solteira	21	Rio Claro	Pecuarista	Membro da família	Compra	0
5	Divorciada	61		Agricultora	Proprietária	Compra	2
6	Casada	47	Rio Claro	Trabalhadora Rural	Proprietária	Herança	1
7	Casada	54		Agricultora	Proprietária	Compra	3
8	Casada	*a	São Paulo	Aposentada/Agricultora	Proprietária	Compra	2
9	Solteira	66	Ipeúna	Do lar	Proprietária	Herança	0
10	Casada	77	Ipeúna	Do lar	Proprietária	Herança/Compra	2
11	Viúva	68	Ipeúna	Do lar	Proprietária	Herança	1
12	Casada	72	Ipeúna	Do lar/Agricultora	Proprietária	Compra	2
13	Viúva	78	Ipeúna	Do lar	Proprietária	Compra	2

\*a sem informação; \*b moradia cedida

Fonte: Trabalho de Campo, 2017/2018 – Elaborado pela autora

A análise da faixa etária revela que as mulheres entrevistadas têm entre 21 a 78 anos, sendo que apenas 3 mulheres estão abaixo dos 50 anos, e 7 estão acima dos 60 anos. A maioria das mulheres são proprietárias e casadas - há três mulheres viúvas, duas divorciadas, e três se declaram solteiras. Constatamos que cinco atuam majoritariamente no âmbito doméstico com idade entre 66 a 78 anos, três entrevistadas com empregos não agrícolas como motorista, funcionária pública e veterinária. Vale mencionar que dessas 8 entrevistadas (1, 2, 3, 9, 10, 11, 12 e 13) apenas a entrevistada 3 reside na área rural, mas também não mantem a força de trabalho do campo, diferentemente das entrevistadas 4, 5, 6, 7 e 8 que residem e se sustentam das atividades agrícolas.

As mulheres que se declararam donas de casa, ou seja, que mantêm as atividades apenas no âmbito doméstico são antigas moradoras do município. Nota-se que as cinco entrevistadas denominadas “do-lar” são proprietárias de terras, porém, não residem em

suas propriedades rurais. Com base nas informações obtidas, todas tiveram contato direto com o trabalho no campo quando eram mais novas e por conta da idade avançada ou do falecimento do marido, como é o caso das entrevistadas 11 e 13, não visualizavam mais o campo como um lugar atrativo.

Com base nos dados, os motivos apresentados pelas entrevistadas que justificam a falta de interesse pelas atividades no campo se dá tanto pela idade, como pelo fato de não precisarem mais trabalhar na roça. O entendimento de que “não precisam mais trabalhar na roça” parte do cenário de que, atualmente, algumas proprietárias recebem algum tipo de contribuição como a pensão - no caso das viúvas, ou com arrendamento e aluguel de casa (entrevistada 9), produção de cana-de-açúcar (entrevistada 10), aposentadoria e negócios do marido (entrevistada 12).

Nas propriedades em que as proprietárias não residem, tem-se o tipo de produção assentada na pecuária e na cana-de-açúcar que, como já é sabido, são atividades que dispensam a força de trabalho familiar. Com relação a obtenção da terra, as entrevistadas 1, 2, 9 e 10 obtiveram por meio da herança de seu pai, a entrevistada 11 com a morte de seu marido foi lhe transferida a titularidade, e as entrevistadas 12 e 13 por meio da compra realizada por seus maridos. Nas propriedades onde as agricultoras residem, há uma maior variedade de atividades produtivas como a criação de animais - galinhas, porcos, vacas leiteira e gado de corte, e o cultivo para autoconsumo. Com exceção da entrevistada 6, as propriedades das entrevistadas 4, 5, 7 e 8 foram obtidas por meio da compra.

Em relação ao nível educacional das entrevistadas, verificou-se que este pode ser considerado, em alguns casos, alto. Esta observação decorre do fato de que as entrevistadas 1, 3 e 5 apresentam ensino superior completo. As entrevistadas 2, 4, 6, 7 possuem ensino médio completo e a 8 incompleto. Entre as mulheres de 66 a 78 anos e que ocupam as atividades domésticas, o grau de escolaridade é baixo, tendo sido realizado somente até a 4ª série.

No que diz respeito aos filhos, com exceção da entrevistada 6, que possui um filho em idade escolar, todas as outras entrevistadas possuem filhos adultos, sendo que a maioria são casados(as) e moradores(as) da cidade. Há apenas três casos em que o filho reside no campo com os pais (5, 6 e 7). Entre as principais motivações para a mudança dos filhos para a cidade foram citadas, além do casamento, o trabalho e o estudo. Contudo, segundo algumas entrevistadas os filhos ajudam com algumas questões econômicas da produção.

O tema da situação dos jovens no campo e das questões relativas à sucessão geracional vem emergindo como uma das principais preocupações no que concerne à reprodução social da agricultura familiar. Segundo Breitenbach; Troian (2000), o processo sucessório na agricultura familiar é reconhecido através da transferência de poder e do patrimônio entre as gerações no âmbito da propriedade agrícola; da substituição da gestão do estabelecimento de pessoas idosas para mais jovens e; pela formação profissional de um novo(a) agricultor(a). É compreendido que, a população rural do município de Ipeúna, encontra-se em processo de envelhecimento – como afirmamos anteriormente –, logo, a transferência de poder e do patrimônio podem apresentar novas visões e ações no/para o espaço rural.

Com relação ao número de filhos das entrevistadas tem-se, em média, 2 filhos por família. No total são dez do sexo feminino para sete do sexo masculino. Nesta pequena análise, o número de mulheres é maior do que a quantidade de homens, contudo, quando se analisa os dados demográficos da população rural do município, constata-se que é o sexo masculino em maior quantidade. Nessa perspectiva, ao estudar o espaço rural sobre o aspecto social, a tradição patriarcal e machista - evidenciada no espaço rural de Ipeúna - tende a privilegiar os filhos homens, colocando em detrimento as filhas mulheres.

Com base na discussão da literatura, as mulheres jovens, atualmente, formam o principal estrato social que empreende um êxodo rural seletivo. A modernização agrícola parece ter diminuído seu papel nas atividades produtivas no meio rural, tendo em vista que “como consequência, as moças adquirem um maior grau de escolaridade em relação aos rapazes, sendo preparadas desde cedo pela família para a vida e o matrimônio urbanos” (FROEHLICH et. al 2011, p. 1675).

Fazendo alusão à sua história de vida, a entrevistada 10 comenta que para pessoas com menor nível educacional a área rural é uma boa opção. Para ela o estudo é uma garantia de um trabalho mais valorizado e, conseqüentemente de maior remuneração.

*“Eu acho que pra pessoa que não tem estudo a agricultura é bom, mas acho que pra quem tem estudo é não”. (Entrevistada 10)*

Vale destacar a respeito da entrevistada 4, de apenas 21 anos, que trabalha e reside na propriedade com os pais. Quando indagada sobre alguma dificuldade em ser mulher no espaço rural, a jovem descreve sua apreciação para com o trabalho, deixa claro a sua predileção e destaca não passar dificuldades por ser mulher no espaço rural.

*“Não, eu faço porque eu gosto, sempre gostei e eu não faço o serviço pesado, então pra mim não tem dificuldade, é alguma coisa que eu gosto de fazer”.*  
(Entrevistada 4)

Embora a jovem entrevistada goste do serviço que lhe é oferecido pelo pai, relatando ainda, não passar por dificuldades, quando questionada sobre a importância da figura feminina no espaço rural, a mesma reconhece que para a mulher trabalhar no campo, ela precisa ser forte pois o seu trabalho é mais difícil.

*“Trabalhar no campo é uma mulher guerreira, porque é difícil [...] mulher tem um pouco mais de tratar né?”.* (Entrevistada 4)

Em referência a dificuldade mencionada pela entrevistada, evidencia-se que isso se deva a diversas razões convergentes, em primeiro lugar, pela dicotomia entre mulheres e homens – baseadas nas diferenças sexuais – estimulam uma hierarquização e divisão sexual do trabalho, no qual desvaloriza o trabalho realizado pela mulher e, conseqüentemente, o torna invisível e desvalorizado.

### 5.1.1 Fontes geradoras de renda

Neste tópico analisamos as principais fontes de renda das mulheres agricultoras, assim como, das proprietárias que dedicaram parte de suas vidas na área rural, tendo muito o que acrescentar em nosso trabalho. Desta forma, discriminamos as principais atividades realizadas no estabelecimento familiar, ressaltando os responsáveis por estas atividades e mencionamos, também, como ocorre o processo de decisão e comercialização da produção agrícola.

Quadro 2: Fontes de renda das famílias das entrevistadas.

Entrevistada	Fonte de renda
1	Aposentadoria e Arrendamento (cana de açúcar e gado)
2	Trabalho remunerado na prefeitura e Cana-de-açúcar
3	Trabalho remunerado na Casa da Agricultura
4	Pecuarista
5	Produção de Macadâmias e Leite
6	Pecuária (Leite)
7	Cana-de-açúcar e Pecuária
8	Aposentadoria e Agricultura
9	Arrendamento (cana de açúcar) e aluguel
10	Pensionista
11	Cana-de-açúcar e gado
12	Trabalho remunerado e aposentadoria do marido
13	Pensionista

Fonte: Trabalho de Campo 2019 – Elaborado pela autora

Diante dos dados apresentados no quadro 2, as principais fontes de renda declaradas pelas famílias são as atividades ligadas a propriedade rural, como a produção da cana-de-açúcar e a pecuária, presente em oito famílias (entrevistadas 1, 2, 4, 5, 6, 7, 9, 10). Ademais, a segunda fonte de renda mais frequente é a aposentadoria, a qual se encontra no grupo familiar de cinco entrevistadas, retratando 38% (1, 8, 10, 12 e 13); em seguida, duas entrevistadas desenvolvem atividades não-agrícolas representando 10% do total (realizada por 2 e 3). Foi relatado pelas entrevistadas que mesmo quando a fonte de renda principal é a aposentadoria ou outra atividade não-agrícola, elas mantêm alguma atividade agropecuária presente como fonte de renda secundária. Isso ocorre, geralmente, entre as proprietárias com mais idade, que contam com a ajuda do filho apenas na administração da propriedade, sobretudo, quando do arrendamento das terras para lavoura ou pasto para terceiros – como outros agricultores e as usinas de cana de açúcar.

Segundo a maioria das entrevistadas, a decisão pela atividade produtiva (negociações e comercializações) é tomada pelo marido (Quadro 3). Com exceção da entrevistada 3, que não desenvolve nenhuma atividade agrícola na propriedade por se tratar de uma moradia cedida, das outras doze entrevistadas, apenas quatro (entrevistadas 1, 2, 5 e 6) possui autonomia na tomada de decisões sobre as atividades produtivas da propriedade. As entrevistadas 7 e 8 descreveram que as atividades são feitas em conjunto e, portanto, tem a sua participação na tomada de decisão. A entrevistada 4 realiza as atividades produtivas junto ao seu pai, proprietário e responsável pelas negociações, e sua participação na tomada de decisões refere-se a compra de animais. Além dos responsáveis pelas decisões serem os maridos, as entrevistadas 9, 10, 11 e 12 afirmam não terem nenhuma participação na tomada de decisões, embora todas tenham contribuído com a força de trabalho na roça.

Quadro 3: Quem é o responsável pelas decisões da atividade produtiva.

<b>Entrevistadas</b>	<b>Responsável</b>
<b>1</b>	Proprietária (Esposa)
<b>2</b>	Proprietária
<b>3</b>	Não há produção na propriedade
<b>4</b>	Pai
<b>5</b>	Proprietária (Esposa)
<b>6</b>	Proprietária (Esposa)
<b>7</b>	Marido
<b>8</b>	Marido e Esposa
<b>9</b>	Marido
<b>10</b>	Marido
<b>11</b>	Marido
<b>12</b>	Marido
<b>13</b>	Marido

Fonte: Trabalho de Campo, 2019 – Elaborado pela autora

Ao responderem à pergunta sobre quem era o responsável pelas decisões da atividade produtiva, as entrevistadas que não mais residem no campo (9, 10, 11 e 12) tomaram como base o tempo que ainda residiam no campo. Desta forma, a lembrança de quando eram agricultoras é de que o responsável pelas tomadas de decisões sobre a atividade agrícola era o marido. Ao exposto, durante muitos anos o espaço privado consistiu de responsabilidade da mulher - e se tratando da mulher rural - seu trabalho nas atividades relacionadas à produção era considerado como de menor importância e de ajuda, ao passo que para o homem é destinado a conquista do espaço público. Neste sentido, no caso de Ipeúna, fica evidente que, entre as mulheres com mais idade, ocorre a reprodução do padrão de dominação masculina, bem como, dos estereótipos do papel secundário da mulher.

*“Era o meu pai, a minha mãe não tinha, ele era muito autoritário com ela”.  
(Entrevistada 9)*

*“Não, ele quem entendia, então não perguntava”. (Entrevistada 10)*

*“Ele perguntava, mas a opinião dele era dele mesmo né? Ele que sabia de tudo” – Você se interessava em saber sobre as atividades? “ah, a gente gostava de saber né?”. (Entrevistada 11)*

*“Não, era meu marido mesmo, porque era ele quem comandava, ele mandava o que era pra fazer e a gente fazia”. (Entrevistada 12)*

Nestas falas percebemos alguns traços de ordem patriarcal, na qual se estabelece o poder centrado na autoridade masculina. Desta forma, o homem mantém sob seu domínio sua esposa – o que fica evidenciado por meio do emprego dos termos como “autoritário”, “ele quem entendia” ou “ele que sabia de tudo”, “comandava” e “mandava”. Estes termos nos mostram que as relações são regidas pelo princípio básico de que as mulheres estão hierarquicamente subordinadas aos homens, “o homem é visto como essencial, a mulher como *inessencial*” (SAFFIOTI, 2004, p. 130).

Nesta perspectiva, quando indagadas sobre a identificação com relação as atividades realizadas na propriedade, as entrevistadas 1, 5, 6 e 11 se declararam como responsáveis agrícola; 7 e 8 como agricultoras; 12 e 13 como esposa do agricultor e as entrevistadas 2, 4, 9 e 10 como ajudantes.

*“Oia, eu vou falar a verdade, eu trabalhei em tudo quanto foi coisa de sítio, ajudei a plantar, arrancar, ajudei a colher arroz, ajudei... ah eu me considero (agricultora), fiz tanta coisa, trabalhei na granja, tirei leite, não sei se adiantou, mas estou aqui” (Entrevistada 12)*

O quadro 4 sintetiza a situação das entrevistadas com relação a contribuição na renda familiar.

Quadro 4: Tem alguma contribuição na renda familiar?

Entrevistadas	Situação
1	Sim, aposentadoria e pensão do marido
2	Sim, trabalho remunerado fora da propriedade
3	Sim, trabalho remunerado fora da propriedade
4	Sim, trabalho remunerado na propriedade (criação de animais)
5	Sim, produção de macadâmias e venda de laticínios
6	Sim, no gado e venda de laticínios
7	Sim, venda de crochê, costura e criação de animais
8	Sim, aposentadoria
9	Sim, arrenda uma parte da propriedade
10	Sim, fazia bordado e vendia cosméticos
11	Sim, hoje possui a pensão do marido
12	Não, contribui com a força do trabalho
13	Sim, hoje possui a pensão do marido

Fonte: Trabalho de Campo, 2019. Elaborado pela autora

Atualmente, com exceção da entrevistada 12, todas as mulheres possuem alguma contribuição na renda familiar, seja através da aposentadoria, pensão ou pela atividade produtiva da propriedade. No entanto, segundo relatos das proprietárias acima de 60 anos, essa autonomia não corresponde com aquela vivida na roça de antigamente em que, segundo seus relatos, havia muito trabalho e nenhuma remuneração. Esta questão do não reconhecimento do trabalho feminino, está relacionada à concepção de trabalho adotado pelo sistema capitalista-patriarcal - que não considera como categoria de trabalho o trabalho informal exercido pelas mulheres na agricultura familiar e, nesta lógica, ao não gerar mercadoria não é quantificável monetariamente, tornando-se, portanto, não produtivo.

Ao perguntarmos sobre a contribuição na renda familiar as entrevistadas 11, 12 e 13 destacaram que sua contribuição era apenas como a força de trabalho:

*“Só o trabalho mesmo”. (Entrevistada 11)*

*“Contribui com a força do trabalho [...] trabalhei pra mais de metro e não valeu de nada”. (Entrevistada 12)*

*“Apenas o trabalho”. (Entrevistada 13)*

Neste caso, mesmo o homem recebendo o status de ser o “único” provedor da casa, as mulheres participam do sustento econômico “ajudando” o marido nas tarefas agrícolas.

*“Eu ajudava ele quando tinha gado lá, eu ajudava ele na chácara”. (Entrevistada 11)*

*“Olha, eu vou falar a verdade, eu trabalhei em tudo quanto foi coisa de sítio, ajudei a plantar, arrancar, ajudei a colher arroz, ajudei, ah eu me considero (agricultora), fiz tanta coisa, trabalhei na granja, tirei leite, não sei se adiantou mas estou aqui” (Entrevistada 12)*

No caso das entrevistadas que residem e trabalham no campo, observamos que as mulheres participam ativamente nas atividades produtivas da agricultura, em maior ou menor escala, como são os casos da produção leiteira, macadâmias, criação de animais e cultivo para autoconsumo. Segundo os relatos, a renda proveniente do trabalho produtivo em todos esses casos é destinada à manutenção da família.

Com relação às atividades desenvolvidas na propriedade, a entrevistada 4 é a mais nova entre as mulheres a trabalhar no campo, tem a ocupação de pecuarista, é responsável pelo cuidado dos animais da propriedade do seu pai e seu trabalho é remunerado. A entrevistada 5 é responsável por toda atividade na propriedade, especialmente com a produção de macadâmias, ficando sob cuidado do seu funcionário as vacas e a produção leiteira. A entrevistada 6 trabalha com gado, galinhas e todos os outros cuidados com a propriedade. Todo o processo é coordenado por ela, ao homem (marido) cabe a tarefa de ajudá-la na produção leiteira na parte da manhã, antes de sair para trabalhar na cidade. Segundo ela, sua mãe auxilia com as demais atividades do lar e com o cuidado do neto de quatro anos.

A entrevistada 7 declarou fazer de tudo um pouco. Além de trabalhar com o cuidado dos animais na propriedade, ela também costura e faz crochê como segunda fonte de renda.

*“Faço um pouquinho de tudo, com horta, a horta eu que tomo conta e quando precisa trato das criação de galinha, porco, gado, tem um pouquinho de tudo [...] aqui a gente não para, quanto mais trabalha mais serviço tem... o dia todo”. (Entrevistada 7)*

A entrevistada 8 é a única aposentada que residi no campo. Ela afirma que sua presença no espaço rural é recente, tendo em vista que há cinco anos ela e seu marido deixaram de residir na cidade para se dedicarem às atividades rurais em Ipeúna. Ainda, ela menciona estar sempre envolvida com eventos/cursos de turismo rural que a Prefeitura do município organiza.

Por conseguinte, duas famílias entrevistadas realizam atividades que se caracterizam como pluriativas. Ao combinar diferentes atividades (agrícolas e não-agrícolas), a entrevistada 7 pode se afirmar como uma agricultora pluriativa, assim como o marido da entrevistada 6 que também combina diferentes atividades – dentro e fora da propriedade. Lembramos que é através da pluriatividade que as famílias rurais podem

estabelecer iniciativas de diversificação de suas ocupações interna e externamente à unidade de produção, bem como aumentar as fontes e as formas de acesso à renda (SCHNEIDER, 2003).

Apenas uma entrevistada se dedica ao artesanato, porém não comercializa os seus produtos de forma regular, restringindo o fluxo de trabalho através das encomendas. Ademais nenhuma das mulheres entrevistadas informou receber recursos de crédito originados do PRONAF, destinados a ações de custeio e investimento na agricultura.

Apesar do município conter desde o ano de 2015 o título de Capital Nacional da Agricultura Natural, nenhuma das famílias das entrevistadas orientam suas produções para um modelo agrícola sustentável de base agroecológica<sup>20</sup>. Quanto a comercialização dos produtos, a entrevistada 4 mantém a criação de alguns suínos e frangos (ovos e corte) para venda no comércio local. A entrevistada 5 e 6, produtoras de leite, encaminham suas produções para o laticínios de Ipeúna<sup>21</sup>. Das entrevistadas que trabalham com leite, apenas a entrevistada 6, dedica-se ativamente ao conjunto de atividades necessárias para a produção leiteira em seu cotidiano (ordenha, pasto, limpeza, etc.), a entrevistada 5 tem um funcionário para executar essas funções para ela.

Apesar de haver um aparente equilíbrio na divisão de tarefas realizadas entre as entrevistadas 4, 5, 6, ao questioná-las sobre as atividades desenvolvidas na propriedade no que se refere a tarefa do homem e da mulher, pôde-se observar que, geralmente, cabia às mulheres o trabalho cotidiano voltado às atividades internas à propriedade, tais como: alimentar animais, ordenhar as vacas, o plantio de alguns alimentos para o consumo da família e o cuidado da casa; aos homens recaem as atividades externas à propriedade, tais como: “Todas atividades na propriedade”, entendido como venda da produção, compra de insumos, produção da agricultura e pecuária, entre outros.

#### Quadro 5: Atividades desenvolvidas na propriedade por homens e mulheres.

<sup>20</sup> Segundo Altieri (2004, p. 23), a agroecologia “trata-se de uma nova abordagem que integra os princípios agronômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo [...] O objetivo é trabalhar com e alimentar sistemas agrícolas complexos onde as interações ecológicas e sinergismo entre os componentes biológicos criem, eles próprios, a fertilidade do solo, a produtividade e a proteção das culturas”.

Tendo em vista que o município tenha sido nomeado a capital nacional da agricultura natural, os dados coletados em campo para a pesquisa sobre a organização do espaço agrário do município de Ipeúna-SP, foi abordado no questionário se o agricultor tinha interesse em trabalhar e oferecer produtos orgânicos e, 128 entrevistados responderam que não, 83 responderam que sim, 4 não souberam responder e 15 questionários sem resposta. Com essa informação notamos que sobre o espaço rural do município há divergentes pensamentos - de um lado os órgãos públicos e privado impondo seus desejos de uma produção agrícola sustentável, e de outro, agricultores sem interesse e participação nas tomadas de decisões.

<sup>21</sup> Ipê Campos Leite e Queijo, localizado na área urbana de Ipeúna.

<b>Entrevistada</b>	<b>Do homem</b>	<b>Da mulher</b>
<b>1</b>	Todas atividades na propriedade	Pomar e cuidado do lar
<b>2</b>	Todas atividades na propriedade	Cuidado do lar
<b>3</b>	Todas atividades na propriedade	Todas atividades na propriedade
<b>4</b>	Venda	Cuidado dos animais e do lar
<b>5</b>	Pecuária (vacas e leite)	Produção e venda
<b>6</b>	Leite	Produção, venda e cuidado do lar
<b>7</b>	Todas atividades na propriedade	Criação de animais, horta, cuidado do lar, e outros.
<b>8</b>	Todas atividades na propriedade	Todas atividades na propriedade e da casa
<b>9</b>	Todas atividades na propriedade	Cuidado do lar
<b>10</b>	Todas atividades na propriedade	Agricultura e cuidado do lar
<b>11</b>	Todas atividades na propriedade	Criação de animais e cuidado do lar
<b>12</b>	Todas atividades na propriedade	Todas atividades na propriedade
<b>13</b>	Todas atividades na propriedade	Criação de animais, horta, cuidado do lar

Fonte: Trabalho de Campo, 2019

O que pudemos verificar ao analisar o espaço produtivo ipeunense, partindo da ótica das mulheres do campo, é que este só é compartilhado entre homens e mulheres - ainda que de forma desigual e não reconhecida - quando se trata de atividades em torno do trabalho laboral cotidiano. Quando o assunto recai sobre fatores relacionados à decisão, tais como a escolha da atividade produtiva principal do estabelecimento, das estratégias de comercialização, o espaço compartilhado com a família torna-se um lugar de ação exclusivamente masculino.

Nesta senda, o espaço de produção é eminentemente masculino, com a participação feminina, isto já não ocorre quando voltamos o nosso olhar para o espaço privado, onde são realizados os trabalhos domésticos. Nesses espaços, a mulher é protagonista e os homens têm participação quase inexpressiva.

### **5.1.2 Trabalho doméstico**

Como abordado anteriormente sobre as atividades desenvolvidas nas propriedades, notou-se que, quando indagadas se havia divisão de tarefas entre homens e mulheres na propriedade, muitas entrevistadas descreveram que não. Entretanto, quando questionadas sobre quem era os responsáveis por cada atividade, percebemos que a maioria dos homens realizavam todas as atividades na propriedade, porém nem todos dividiam os serviços domésticos com as mulheres em casa e nem todas as mulheres realizavam as atividades de produção.

Para entendermos um pouco mais sobre a rotina das entrevistadas, foi desenvolvida uma questão, na qual as mulheres pudessem descrever as atividades realizadas no dia-a-dia – desde quando acorda até a hora de ir dormir. Com exceção das entrevistadas 1, 2 e 3, todas as outras descreveram suas rotinas – ainda que de forma

sucinta. As entrevistadas que hoje não vivem no campo, discorreram sobre o passado, relatando as atividades desenvolvidas por elas e seus maridos.

O dia de todas as mulheres se inicia bem cedo, entre 5h e 7h. O horário de levantar é quase sempre o mesmo, podendo variar no fim de semana, período em que se pode “descansar”. Geralmente as mulheres levantam antes dos homens para irem “adiantando as coisas”, sobretudo, o café da manhã.

Após o café da manhã, elas costumam cuidar dos animais menores e realizar a limpeza dos espaços que, geralmente, estão próximos da casa: galinhas, limpeza do galinheiro e do curral, ordenhar as vacas, cuidar da horta, dentre outros. No início da manhã, o trabalho se resume a essas atividades de ordenha e alimentação.

Os relatos a seguir exemplificam a rotina matinal das agricultoras:

*“Acordo, tomo meu café da manhã, aí tem os pintinhos que são novos aí eu olho, que tem que aquecer eles, olho como que está o fogo, coloco a comida a água, depois trato das galinhas, olho os porcos [...] na hora do almoço tiro 30 minutos de descanso e depois começo de novo”. (Entrevistada 4)*

*“3:30 acorda, vou para o mangueiro, tirar leite e tratar do gado, minha mãe fica fazendo o almoço e olhando meu filho, meu marido ajuda a ordenhar as vacas de manhã, daí quando é mais ou menos, 10/10:30Hr, trata do gado novamente, daí tem que limpar o curral, limpar todo o quintal porque elas estrumam e a gente não deixa sujo, tem que tratar das galinhas, recolher ovos, fazer queijo, limpar a casa e depois trato do gado novamente”. (Entrevistada 6)*

*“Levanta toma café, ele vai cuidar das coisas e eu fico aqui, eu limpo a casa, lavo roupa, faço as coisas... daí na parte da tarde que eu vou pra horta. Agora quando ele não tá aqui daí a gente ajuda a tratar das criação e faz um pouquinho de tudo”. (Entrevistada 7)*

*“Acordo às 7:00 horas, preparo e tomo café, aí desço para tomar conta das galinhas e da comida, depois tiro leite, lá para às 10:00 eu limpo o curral e o galinheiro, 12:00 preparo o almoço, depois do almoço eu cuido da casa enquanto meu marido faz algumas coisas lá fora, assim que termino de limpar também vou lá pra fora com ele para cuidar das coisas. Fizemos o curral e o galinheiro e tudo precisa de cuidado, tudo eu ajudo ele”. (Entrevistada 8)*

As entrevistadas que não se ocupam mais com a lida na roça relatam suas experiências no campo:

*“Acordava cedo e ajudava a mãe nas atividades de casa e depois ia pra roça plantar arroz, feijão, milho”. (Entrevistada 10)*

*“Fazia tudo! Almoço, lavar roupa, fazer o serviço tudo, parava quando ia dormir”. (Entrevistada 11)*

*“Acordava cedo, todo serviço dentro de casa eu fazia, lavava roupa na caixa d’água, arrumava a comida conforme o trabalho dos homens”. (Entrevistada 9)*

*“Nossa, acordava sempre às 5, 5:30 por ai, dia todo trabalhando, fazia comida pra levar e daí já ia trabalhar, ia pra trabalha, se fosse de condução ou a pé mesmo (para outras fazendas). Na hora do almoço a gente parava um pouco só também”. (Entrevistada 12)*

*“Acordava cedo, cuidava da casa, da horta e dos animais”. (Entrevistada 13)*

Todas as agricultoras dedicam-se integralmente aos serviços do estabelecimento, tanto àqueles relacionados às atividades produtivas, quanto às atividades domésticas, o que corrobora a tese da dupla jornada de trabalho feminina. Segundo Boris (2014, p. 108), “uma extensa literatura nas ciências sociais mostra que [...] mulheres alocam muito mais horas do que os homens nas atividades de cuidados pessoais e de reprodução social, de modo que, [...] elas trabalham tanto quanto se tivesse um outro emprego, em tempo parcial”. Nesta mesma linha, quando indagadas sobre qual era o número médio de horas trabalhadas e, desse total, quantas horas era na propriedade, as entrevistadas não sabiam diferenciar as horas trabalhadas entre os dois espaços, pois para muitas não havia essa diferenciação.

*“Todo horário, não há divisão entre casa/atividades doméstica e as atividades da propriedade”. (Entrevistada 5)*

*“14 horas de trabalho, das 03:00 até às 17:00 horas na propriedade, não há separação dos serviços do lar e da propriedade”. (Entrevistada 6)*

*“Aqui a gente não para, quanto mais trabalha mais serviço tem... é o dia todo”. (Entrevistada 7)*

*“Mais de 10 horas, trabalho o dia inteiro, não tem hora, não tem feriado, não tem nada”. (Entrevistada 8)*

A mesma situação era vivenciada pelas entrevistadas que não se ocupam mais com as atividades na propriedade. Com base nessas informações, podemos sugerir que, o que sobrecarrega a mulher, não são as tarefas produtivas ou domésticas separadamente, mas sim as tarefas simultâneas executadas (PAULILO, 2003). Nota-se que se as mulheres participam de todas as atividades as quais são demandadas, porém, o mesmo não acontece com os homens. Assim como já foi abordado anteriormente, a divisão de tarefas domésticas é quase inexistente.

*“Em casa é por minha conta”. (Entrevistada 7)*

*“Serviço de mulher não faziam”. (Entrevistada 9)*

*“O marido não ajudava nas atividades em casa, porque dentro de casa tinha mais mulheres [filhas], então, não precisava de ajuda”. (Entrevistada 10)*

*“Não [o marido não ajuda com as atividades doméstica], ele não tinha tempo, quando estava de forga entrava lá e dormia”. (Entrevistada 11)*

Em alguns casos, as mulheres tendiam a demonstrar em suas falas que o marido era participativo, mencionando que eles só não dedicavam mais tempo às atividades domésticas, pois não tinham tempo ou estavam sobrecarregados com as tarefas deles. Entretanto, é conhecido, através de dados estatísticos, que os afazeres domésticos ocupam 92% das mulheres de 14 anos ou mais que trabalham e, em contrapartida o percentual de homens nessas mesmas condições é menor, representando 78% (PNAD, 2018). Sondagem do IBGE (2019) revela que as mulheres dedicam 21,4 horas semanais para essa atividades, enquanto os homens cai para 10,4 horas semanais<sup>22</sup>. Fica evidente que, em uma situação ou outra, entre as mulheres entrevistadas não está claro a ocorrência de uma dada divisão sexual do trabalho. Por assim entenderem, conserva-se e reproduz-se o entendimento de que é uma obrigação natural a mulher de ajudar seu cônjuge.

*“Aquele tempo as mulheres ajudavam muito, tinha bastante força, agora hoje em dia as mulheradas não querem saber mais. Naqueles tempos, a gente era, como se diz... A gente necessitava de estar junto do marido ajudando, hoje em dia as mulheres não ligam muito, elas querem ser donas de si, eu tenho impressão, sei lá, mudou muito”. (Entrevistada 12)*

Uma dimensão importante é a forma em que se percebe e discute as questões que são reconhecidas como privadas, ao colocar estas no centro da discussão - questionar a divisão sexual do trabalho e a forma como se materializam - as mulheres podem perceber o lugar de seu trabalho e sua importância no complexo sistema social da agricultura. “Empoderar-se é conquistar o poder, ou seja, adquirir a capacidade (o poder) de mudar a posição que ocupa em um determinado campo social de disputa” (DELGADO, 2003, p. 231), e isto, é fundamental para se discutir as questões do desenvolvimento rural.

No espaço trabalhado nos projetos de desenvolvimento rural, as relações de poder estão diretamente conectadas às relações de gênero - do que resulta a diferença de inserção das mulheres nos espaços produtivos e organizativos - espaços de poder que têm uma forte implicação de gênero, implicando uma transformação no acesso da mulher

---

<sup>22</sup> Mulheres dedicam mais horas aos afazeres domésticos e cuidado de pessoas, mesmo em situações ocupacionais iguais a dos homens. Ver mais em: Agência IBGE – Estatísticas Sociais: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/24266-mulheres-dedicam-mais-horas-aos-afazeres-domesticos-e-cuidado-de-pessoas-mesmo-em-situacoes-ocupacionais-iguais-a-dos-homens>

tanto aos bens econômicos quanto ao poder, transformação esta que depende de um processo de empoderamento da mulher<sup>23</sup>.

### 5.1.3 Sociabilidade

Segundo Gazolla; Schneider (2007, p. 10), “a sociabilidade refere-se ao processo pelo qual os indivíduos, as famílias e os grupos sociais se relacionam material e simbolicamente entre si. A sociabilidade encerra razões ‘práticas’ e simbólicas de ser e de agir”. Para Candido (1987 apud GAZOLLA; SCHNEIDER 2007) o autoconsumo é uma das dimensões das formas familiares que é responsável, em grande parte, pela geração de processos de sociabilidade e da reciprocidade entre os agricultores.

A produção para autoconsumo na agricultura familiar se modificou muito a partir dos anos de 1970 em Ipeúna. Embora, antes da modernização a agricultura do município estivesse intrinsecamente ligada e integrada ao mercado - a partir dos sistemas produtivos especializados como a produção de grãos de café e, posteriormente a cana-de-açúcar - pode-se dizer que a agricultura familiar era conhecida como policultora, pois segundo os dados históricos e relatos das entrevistadas, havia o plantio de arroz, feijão, milho, algodão, entre outros.

“Plantava mantimentos, arroz, feijão, milho... não havia quase cana-de-açúcar, depois que casei na década de 80, que começou a plantar cana”. (Entrevistada 10)

“Eu plantava de tudo, hoje só tem cana-de-açúcar e eucalipto”. (Entrevistada 12)

A partir da modernização, a agricultura no município entra em detrimento da produção para autoconsumo familiar, ocorre o êxodo rural e, portanto, o esvaziamento do campo. A economia passa a ser substituída pela industrial, e o espaço rural se especializa na produção da monocultura voltada para o mercado. Contudo, mesmo com esta acentuada vulnerabilização da produção para autoconsumo, podemos encontrar na área rural do município produtores que cultivam alimentos direcionados ao autoconsumo, como é o caso das propriedades visitadas das entrevistadas 4, 5, 6 e 7, e do relato da entrevistada 8 que foi entrevistada na área urbana. Nessa perspectiva, compreendemos

---

<sup>23</sup> O empoderamento feminino contribui para o crescimento econômico social e político. De acordo com os princípios da Organização das Nações Unidas – ONU, sobre empoderamento das mulheres, a liderança feminina promove igualdade de gênero, oportunidades iguais, garantia de saúde, segurança e liberdade em cenários de violência e pleno controle de vida. Ver mais em: [https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/cartilha\\_ONU\\_Mulheres\\_Nov2017\\_digital.pdf](https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/cartilha_ONU_Mulheres_Nov2017_digital.pdf)

que o autoconsumo é importante em várias esferas da agricultura familiar, seja pelo processo de transmissão dos conhecimentos (o corpo do saber), tanto por ser um “instrumento” de sociabilização das famílias e comunidades rurais, pois é por meio da sua produção que muitas famílias se aproximam, nas relações sociais e trocas destinadas a alimentação (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2007).

Por conseguinte, no que se refere à espaços de sociabilidade, como por exemplo cooperativas, associações, reuniões ou encontros que possam discutir as questões socioeconômicas da agricultura ou os direitos das mulheres, constatamos a ausência ou inexistência em Ipeúna. Desta forma, apesar de haver a questão parental entre as famílias de proprietários, no campo em si, a sociabilidade é pouco visível.

Com exceção a entrevistada 8, as agricultoras e seus maridos não participam de nenhum tipo de organização social relacionada às questões da agricultura. Percebemos em idas ao campo, que o(a)s proprietário(a)s se ausentam de eventos ou reuniões que discutem as questões do espaço rural oferecidos pela prefeitura. Deduzimos que essa prática comum entre o(a)s proprietário(a)s e agricultores podem estar relacionada tanto a questão de acesso, pois os eventos e reuniões não ocorrem no espaço rural, ou apenas pelo fato do(a)s proprietário(a)s e agricultores estarem satisfeitos com o atual modelo de produção.

Quando indagada sobre a falta de mulheres interessadas pelo trabalho no meio rural, a entrevistada 8 relatou participar de alguns cursos/eventos proporcionados pela prefeitura para o fomento das práticas do turismo em meio rural. Contudo, segundo ela, a população do município em geral não se interessa pelo tema da agricultura e suas contribuições – ou seja, as pessoas não se preocupam em discutir e melhorar a situação do campo e a relação desta porção do espaço com o crescimento do município.

*“Não sei... na verdade eu acho que a população de Ipeúna é meio desinteressada, entendeu? É o que eu sinto, eles são acomodados... não estão preocupados em progredir e que a cidade cresça”. (Entrevistada 8)*

Em uma outra situação, quando realizada a mesma pergunta, à entrevistada 1, que hoje não se dedica as atividades na propriedade, esta descreveu que o falta de interesse e, conseqüentemente, da organização dos atores sociais no campo é decorrente da falta de tempo para se dedicarem as questões da propriedade e produção, pois geralmente os proprietários que hoje não vivem no campo desenvolvem outras funções na cidade.

*“A prefeitura tem vários cursos que dá pra aproveitar, que pode participar, igual tá tendo no Centro Comunitário, o Sindicato Rural de Rio Claro que está*

*proporcionando, mas é falta de tempo mesmo que a gente não consegue ter, disponibilizar um tempo pra cuidar da propriedade [...] a gente não consegue dedicar todo o tempo que você tem porque a gente tem outras atividades, então você tem que dividir as atividades entre o seu trabalho e o campo ao mesmo tempo, entendeu? (Entrevistada 1)*

A ausência de espaços que se caracterizam como lugares onde ocorre a sociabilidade é contestada pela entrevistada 7. Segundo ela, uma cooperativa ou organização para discutir os direitos das agricultoras seria essencial para o engajamento das mulheres no campo.

*“Eu acho que deveria ter uma cooperativa ou algo que interessasse para dar alguma assistência, nem que contribuísse com pouco e tivesse alguns direitos, sem direito algum, quem fica? Só se ficar por amor, por remuneração, por algum outro motivo não ficaria”. (Entrevistada 6)*

Desta forma, entendemos que os laços de sociabilidade são importantes para a manutenção e reprodução social do modo de vida rural. Entretanto, a falta de práticas sociais (e por que não socioespaciais) que sustentam essas normas e costumes, acaba por enfraquecer os componentes sociais e culturais no meio rural do município, no qual pode acabar influenciando a questão de permanência no campo.

#### **5.1.4 Condição de permanência no campo**

Segundo Wanderley; Favareto (2013), os modos de vida das populações no campo se estruturam em torno de eixos de referência essenciais para a condição de permanência no meio rural, dentre eles, e o mais importante, está o patrimônio fundiário, que se refere ao:

*Patrimônio eminentemente familiar ou comunitário (no caso de muitas das comunidades tradicionais), de sua consolidação – suficiência, segurança e perpetuação – depende a própria permanência, em condições minimamente satisfatórias, no mundo rural. No Brasil, o ideal de quem vive no campo é ser proprietário – ou dispor sem ameaças – de uma área que lhe permita assegurar a sobrevivência familiar. (WANDERLEY; FAVARETO, 2013, p. 42)*

Segundo os autores, outro eixo de referência que se deve levar em consideração é o acesso à infraestrutura, isto é, à necessidade dos habitantes do meio rural de se integrarem à espaços de vida mais amplos, cujo primeiro elo é o próprio município a que pertencem. Assim,

*A presença de bens, públicos e privados, bem como a oferta de serviços na própria área rural não podem ser entendidas, sem maiores precauções, como a perda de substância da ruralidade. Quando essa presença ocorre, estamos diante, não necessariamente, de um espaço que se tornou urbano, mas de um rural, cuja função residencial é reforçada, com significativos ganhos na*

qualidade de vida, para a população que nele habita. Da mesma forma, a busca do acesso aos bens, empregos e serviços disponíveis nas cidades, expressa, na grande maioria das situações, o complemento necessário, ao que é oferecido no campo. (WANDERLEY; FAVARETO, 2013, p. 43)

Há de se reconhecer também a necessidade ao acesso às tecnologias no campo, tanto para facilitar o trabalho e preservar o corpo dos esforços cotidianos, tanto para proporcionar o incremento na qualidade de vida através do acesso às tecnologias de informação e comunicação, que possibilitam superar o relativo isolamento, permitindo o fortalecimento de laços de pertencimento a grupos sociais determinados (WANDERLEY; FAVARETO, 2013).

Todas as agricultoras que de fato vivem no e do espaço rural, não enfrentam problemas de acesso à terra, uma vez que são proprietárias das terras em que vivem com sua família. Com relação à infraestrutura de serviços públicos, podemos observar que a sede do município dispõe de boa infraestrutura de serviços públicos, condizentes com o seu porte, suficiente para suprir a necessidade de sua população urbana e rural. O município conta com posto de saúde, escolas de ensino básico e comércio. Todas as casas visitadas na área rural tinham acesso à energia elétrica, a água encanada, e saneamento (fossa séptica).

Ademais, os hospitais especializados e outros serviços de maior complexidade estão localizados em cidades próximas como Rio Claro, Limeira e Piracicaba. As propriedades rurais das entrevistadas ficam próximas da sede do município – aproximadamente 5 km de distância. Estas não demonstram descontentamento em relação aos meios de acesso à cidade pois estão próximas e são realizados através de transporte próprio. Em relação ao acesso a tecnologias de informação e comunicação, todas as famílias possuem rádio, telefone e celular com acesso à internet.

Embora existam alguns elementos que possibilitam a permanência no campo, percebe-se que estes não são suficientes. Como já visto anteriormente, a masculinização e envelhecimento da população rural, somado a pouca presença de jovens e mulheres nas atividades agrícolas indicam a gravidade desses fatores com relação a permanência e manutenção da vida no campo (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999; ANJOS; CALDAS, 2005).

O questionamento sobre a falta de interesse pelo trabalho no meio rural e sobre o porquê da representação feminina ser pouca expressiva, também gerou alguns relatos que descrevem fatores sobre a permanência das mulheres no espaço rural do município, como é possível analisar através de alguns depoimentos reproduzidos à baixo.

*“Acho que as mulheres preferem outras atividades... assim, acho que pelo tamanho da cidade, por ser mais homens que toma conta das coisas, então as mulheres não se envolvem tanto pelas atividades do campo, mas seria interessante [...] acho que esse êxodo, dessa mudança de hoje em dia você não consegue mais ficar no sítio porque tem muito assalto, você tem medo, começa a escurecer você já tem que vim embora, você tem medo de ficar na propriedade, porque você não tem a mesma segurança que tinha antigamente”. (Entrevistada 1)*

*“gostar e ter um certo conforto, tem que trabalhar, mas também tem que ter um conforto, não pode se desgastar muito [...] as vezes na cidade o serviço é mais leve né? E o homem tem mais força no campo e a mulher não, a mulher geralmente gosta mais de cidade né? São poucas as que gostam”. (Entrevistada 4)*

*“É a remuneração, é muito baixa e não é valorizada para o trabalho da mulher né? Então eles não valorizam, se você está em uma gestação... pra conseguir aquele afastamento... muito difícil”. (Entrevistada 7)*

*“Por causa da violência, muita mulher (minha irmã mesmo) gostaria de morar no campo, mas tem medo”. (Entrevistada 9)*

*“Vai embora pro sítio e volta tudo pra cidade porque é assaltado, violência [...] tem muito maquinário agora e não depende muito de empregado né? Os maquinários que tem já é o suficiente, não sobra muito serviço... não depende de muita gente”. (Entrevistada 10)*

*“Depois que já é de idade não tem mais, depois que não tem nem renda esse negócio de sítio mais agora, não dá mais não”. (Entrevistada 11)*

*“Porque não tem mais plantio, agora é cana e o maquinário pega o serviço da mulher”. (Entrevistada 13)*

Verifica-se que um dos problemas de permanência citado pelas entrevistadas é a ausência de infraestruturas e serviços públicos no campo como: saúde, segurança e lazer, e a falta de políticas públicas específicas para as mulheres, diante das quais se poderia promover a permanência das mulheres no campo.

Percebemos que as entrevistadas atrelam muito o espaço rural e o trabalho pesado ao homem, logo, a cidade oferece serviços mais leve e, conseqüentemente, é mais atrativo para as mulheres. Nesta perspectiva, este pensamento guarda uma distinção carregada de aspectos culturais - machista, uma vez que depende da perspectiva social analisada para considerar trabalho “leve” ou “pesado”. Paulilo (1987) constata que o que está em evidência não é a força física necessária para executá-lo e sim quem o realiza: trabalhos executados por mulheres são considerados leves; trabalhos realizados por homens são considerados pesados. Essa constatação levou Paulilo (1987) concluir que “o trabalho é leve (e a remuneração é baixa), não por suas próprias características, mas pela posição que seus realizadores ocupam na hierarquia familiar”<sup>24</sup>. Esse não reconhecimento do

---

<sup>24</sup> PAULILO, 1987, p. 70.

trabalho realizado por mulheres, resulta, geralmente, na migração dessas mulheres para a cidade.

Ademais, é necessário um esforço para romper com a forte tradição machista que ainda é presente no campo, de modo a dotar as mulheres de oportunidades de trabalho e renda por meio das atividades rurais. Do contrário, seguiremos tendo um esvaziamento progressivo da área rural, no qual cada vez mais mulheres partirão buscando um modo de viver com o mínimo de dignidade que lhes tem sido tirado.

Portanto, no que concerne a importância da mulher no campo, Carneiro (2001) afirma que o papel da mulher é fundamental para a reprodução familiar por elas serem transmissoras de valores sociais. Segundo a autora, as mulheres sempre desempenharam um papel fundamental no processo de desenvolvimento sociocultural e econômico do território rural.

Através dos relatos das entrevistadas a respeito da importância da mulher no campo, a noção de transmissão de valores - mais humanistas - peculiares às mulheres ficam evidentes.

*“A eu acho que uma propriedade zelada por mulher é outra coisa... fica tudo mais bonito, mais conservado, o homem não tem o dom que uma mulher tem, nossa é outra coisa”. (Entrevistada 1)*

*“Tudo! São mais cuidadosas, mais carinhosas com os bichos, mais limpas, eu acho”. (Entrevistada 5)*

*“Vamos falar a verdade, a mulher no campo, se gostar do que ela faz ela sai muito bem, porque a mulher é delicada, os animais precisam de carinho, então eu acho que ela leva jeito é delicada, o que é ruim da mulher é... tem vez que não há tanta força, mas a gente leva na parte do carinho, eu por exemplo domo as vacas eu não domo com agressividade, eu vou falando nome, vou brincando, colocando uma comida que ela gosta... e no fim a gente se torna, tem que se tornar quase amigo do animal pra trabalhar com ele”. (Entrevistada 6)*

*“Acho que a mulher é mais amorosa, mais sei lá... se identifica mais com as coisas, os homens já são mais brutos”. (Entrevistada 7)*

*“Eu acho assim, que ela comanda melhor... você orienta o marido, que nem eu oriento – a faz isso, faz assado, não sei explicar como, mas acho que tem de organização, entendeu? De limpeza, de tudo né, porque o homem é mais... por ele, ele vai lá e faz. Então eu acho que o papel da mulher né... pelo menos o meu”. (Entrevistada 8)*

*“Importância muito boa, eu acho, trabalha bastante, mas é bom... cuidar dos filhos, cuidar da casa e ainda ajudar na roça”. (Entrevistada 12)*

Constata-se que as mulheres no campo são o “seio” da agricultura familiar, elas respaldam as funções de mães, esposas, juntamente com as atividades existentes na

propriedade rural. Tendo em vista a multifuncionalidade da mulher, podemos ressaltar a sua presença no campo como base de sustento à família, tornando-se uma figura que representa o esforço, dedicação, amor e cuidado. As mulheres sempre desempenharam um papel fundamental no processo de desenvolvimento sociocultural e econômico do território rural. Compreende-se que sua importância não se limita a participação nas atividades agrícolas ou não-agrícolas, mas também nos costumes, tradições e valores. “A própria paisagem rural que permeia nosso imagético como um território bucólico, tem sua origem e manutenção no papel que a mulher cumpre no universo rural” (CAMBRUZZI, 2013, p. 1).

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta deste trabalho foi, a de identificar os diferentes papéis da mulher na agricultura familiar nas unidades de produção, realizando um estudo de caso do município de Ipeúna-SP, problematizando a situação de invisibilidade e a falta de reconhecimento da mulher no espaço rural. Para isso, foi realizada uma discussão teórica da literatura, amplamente verificada nos estudos da sociologia rural, mas com rebatimentos nos estudos geográficos.

Nos baseamos, dessa forma, na noção da multifuncionalidade da agricultura para o entendimento das dinâmicas do mundo rural. Através desta perspectiva, foi possível evidenciar as atividades agrícolas de cunho não produtivo e ir além das abordagens de interesse unicamente produtivistas. O uso da categoria de gênero nos permitiu uma visão crítica em torno do trabalho realizado pela mulher rural e sua invisibilidade no campo, já o conceito de multifuncionalidade da agricultura nos permitiu evidenciar as atividades agrícolas da mulher rural, para além das atividades econômicas.

Partimos da concepção da emergência de uma nova ruralidade a partir do enfoque das relações de gênero. Dessa forma, buscamos abordar estas relações considerando-as como categorias históricas, centrais na construção do espaço, principalmente, no espaço rural e, assim, por meio deste, reconhecer a participação das mulheres na dinâmica da propriedade rural. É importante apontar as espacialidades das desigualdades de gênero, evidenciando que as disposições dos objetos e sujeitos não é fruto de uma simples coincidência.

O tema abordado pelo trabalho é relevante, tendo em vista que a mulher do campo sofreu/sofre as consequências de uma sociabilidade machista e com resquícios de um sistema patriarcal. No espaço rural, os efeitos diretamente percebidos da invisibilidade das mulheres estão relacionados com a caracterização das agricultoras como “ajudantes” (PAULILO, 1987) na produção agrícola, independentemente da quantidade de horas trabalhadas em relação aos maridos ou, igualmente, quando executam as mesmas atividades que eles. Ainda, esta invisibilidade por ser percebida pela absoluta falta de reconhecimento das tarefas realizadas no âmbito privado, relacionadas ao trabalho doméstico – que englobam também os trabalhos com as hortas, quintais, produção e segurança alimentar, que apesar de serem essenciais para a manutenção da vida, para a reprodução biológica e social e para o bem-estar, são consideradas atividades inerentes do “ser mulher” e, por isso, não são passíveis de reconhecimento.

No que tange à divisão sexual do trabalho, o capitalismo se apropria da mão-de-obra feminina. Esta apropriação ocorre por meio do trabalho doméstico e pelas atividades remuneratórias do campo que não são percebidas como trabalho produtivo. Desta forma, como resultado tem-se à sobrecarga de trabalho das mulheres, conhecido como dupla jornada de trabalho. Em vista disto, destacamos a importância do debate sobre o protagonismo do trabalho feminino no campo, evidenciando o papel exercido pelas mulheres na esfera privada - materializado nos trabalhos domésticos – entendendo a atuação feminina como sendo de extrema importância para a manutenção e reprodução social da agricultura familiar.

No que se refere ao espaço rural do município de Ipeúna-SP, as bases históricas trazem explicações a respeito dos fundamentos legitimadores da desigualdade entre os gêneros. O histórico pautado em uma organização familiar orientado pelo modelo patriarcal, seguinte de um modelo de produção da pecuária e da monocultura de cana de açúcar - fundado no processo de modernização agrícola capitalista - foram considerados, em nossa análise, os principais responsáveis pela diminuição e expulsão de algumas mulheres nas atividades produtivas no meio rural. Como resultado destes dois elementos, têm-se o êxodo seletivo: jovens e mulheres e o processo de masculinização e envelhecimento da população rural.

Portanto, retomando os questionamentos apresentados no início deste trabalho, os resultados da pesquisa apontam que a ausência das mulheres no espaço rural do município é resultado da presença de produção convencional (cana de açúcar e pecuária), atividades tradicionalmente masculinas, que acabam mantendo mulheres em atividades entendidas como reprodutivas, ou estimulando-as para a área urbana, no qual o trabalho é visto como mais leve. Também a falta de emprego em práticas agrícolas não convencionais, como a agricultura natural supostamente estimulada pelo município dispensam um contingente de trabalhadoras importantes. Dessa maneira, compreendemos que o espaço rural ipeunense ainda carrega costumes e práticas culturais patriarcais e tradicionais – identificadas na divisão sexual de trabalho das famílias entrevistadas – que diminuem a importância social da mulher nas atividades rurais.

Desta forma, pensando o espaço rural do município hoje, e a tentativa do poder público de Ipeúna de buscar modelos de desenvolvimento rural com base na Agricultura Natural, o desafio que se apresenta para alcançar tal feito, é o de recuperar o valor do trabalho rural como uma atividade humana em si, considerando sua complexidade. Esta consideração perpassa o entendimento de que o trabalho rural ultrapassa a lógica dualista

de qualificá-lo como trabalho produtivo (o monetarizado) e trabalho reprodutivo (o que não tem valor social). Assim, se considerarmos o trabalho que hoje é realizado pelas mulheres (cuidado dos animais, da horta, do pomar, segurança alimentar), e dar importância para o que é desprezado, poderia estimular as mulheres para as práticas agrícolas, sociais e ambientais, incorporando as suas preocupações e os seus conhecimentos nas propostas de mudanças.

Neste sentido, é importante reconhecer que a forma como as mulheres interagem com o meio ambiente é fruto das relações sociais que preestabelecem responsabilidades específicas para as mulheres em função das relações de gênero. Estas relações são socialmente construídas, se diferenciam de acordo com a classe econômica e social em que as mulheres se encontram, e refletem nas tarefas que elas possuem no domínio doméstico e público. Em virtude disto, no espaço rural, os chamados “quintais” – área em torno da casa onde são criados os animais domésticos, feita uma pequena horta, um pomar, e são realizadas as tarefas de agroindustrialização caseira - são hoje espaço por excelência da atuação das mulheres; o que fica confirmado pela nossa pesquisa.

Acreditamos que estes espaços servem, geralmente, como área de produção de uso múltiplo e complementação da renda e enriquecimento da dieta alimentar. O apoio à estas atividades, poderia ser combinado com as culturas comerciais - em uma proposta de agricultura sustentável, tendo como base a agroecologia. Esta proposta, ao nosso ver, assume a característica de evidenciar o valor do trabalho das mulheres na agricultura familiar e sua situação dentro do núcleo familiar, em uma perspectiva de resgate da biodiversidade e de formas alternativas de produção.

Como um exercício de inclusão, entendemos que seja interessante o poder público do município incorporar estas questões ao seu plano de desenvolvimento, começando por abranger as próprias mulheres nos processos de discussão em que os diagnósticos e planos são elaborados. Se elas se ausentarem ou não se mostrarem interessadas, faz-se necessário questionar as razões. Contudo, é preciso que se assuma que a invisibilidade do trabalho das mulheres na agricultura é um dos obstáculos para que as propostas alternativas de desenvolvimento sejam efetivamente coerentes, amplas e equitativas – o desenvolvimento só será sustentável se beneficiar igualmente mulheres e homens. Desta forma, o município tem como dever, promover discussões sobre a desigualdades de gênero e o empoderamento das mulheres rurais.

Por fim, a ausência de mulheres nas atividades agrícolas, a masculinização e o envelhecimento não são processos isolados. A compreensão da situação contemporânea

e suas implicações são fundamentais para que sejam elaboradas ações para modificar, amenizar ou adaptar essa nova dinâmica demográfica rural ao futuro almejado pelo município. Deve-se atentar para o equilíbrio demográfico do tecido social no espaço rural do município, pois tal fato condiciona de forma significativa as possibilidades e estratégias de desenvolvimento rural sustentável. Nesse sentido, aponta-se para a necessidade de formulação de políticas públicas que considerem as especificidades local.

## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTAFIN, I. Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar. Brasília, 2007, p.23 Disponível em: <http://enfoc.org.br/system/arquivos/documentos/70/fl282reflexoes-sobre-o-conceito-de-agricultura-familiar---iara-alfafin---2007.pdf>
- ALVEZ, F.; SILVEIRA, V. C. P. Metodologia sistêmica na geografia agrária: um estudo sobre a territorialização dos assentamentos rurais. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, 20 (1): 125-137, jun. 2008.
- ANJOS, F. S.; CALDAS, N. V. O futuro ameaçado: o mundo rural face aos desafios da masculinização, do envelhecimento e da desagrarização. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 26, n. 1, p. 661-694, jun. 2005
- BARROS, I. F. O agronegócio e a atuação da burguesia agrária: considerações da luta de classes no campo. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 131, p. 175-195, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n131/0101-6628-sssoc-131-0175.pdf>
- BERNARDO, C. H. C.; BERNARDES, J. C.; VIEIRA, S. C.; LOURENZANI, A. E. B. S.; Espaço rural e espaço urbano: pluralidade conceitual e as tecnologias de informação e comunicação. **Revista Rua**, Campinas, n. 23, v. 1, junho, 2017, p. 141-153
- BRANDENBURG, A. A colonização do mundo rural e a emergência de novos atores. **RURIS**. Vol. 4, n. 1, p. 167-194, mar. 2010. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/view/710/575>
- BREITENBACH, R.; TROIAN, A. Permanência e sucessão no meio rural: o caso dos jovens de Santana do Livramento/RS. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 56, n. 1, p. 26-37, jan/abr. 2020. Disponível em: [http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias\\_sociais/article/view/csu.2020.56.1.03/60747725](http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/csu.2020.56.1.03/60747725)
- BRUMER, A. **Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul**. *Revistas de Estudos Feministas*. Florianópolis, 2004
- BRUMER, A.; DOS ANJOS, G. Gênero e reprodução social na agricultura familiar. **Revista Nera**. Presidente Prudente. 2008.11 (12) p. 6-17
- BUAINAIN, A. M. Agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento sustentável: questões para debate. **Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA)** – Brasília, 2006, p.136, pp.21-27
- CAMBRUZZI, C.; RUBIM, L. O papel da mulher agricultora familiar na preservação da paisagem rural. In: Seminário Internacional -Fazendo Gênero, 10, 2013. Florianópolis, **Anais...** Florianópolis, 2013. p. 1-12. Disponível em: [http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1372968105\\_ARQUIVO\\_ARTIGODECLAUDIACAMBRUZZIELINDARUBIM.pdf](http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1372968105_ARQUIVO_ARTIGODECLAUDIACAMBRUZZIELINDARUBIM.pdf)
- CANDIOTTO, L. Z. P. Pluriatividade: aspectos históricos e conceituais. **Revista Faz Ciência**, Francisco Beltrão, v. 9, n. 10, p. 191-208, jul./dez. 2007. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/fazciencia/article/view/7536/5571>

\_\_\_\_\_. Aspectos históricos e conceituais da multifuncionalidade da agricultura. **Anais do XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária**, São Paulo, 2009. p. 1-16.

CARNEIRO, M. J. Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e a condição social do gênero. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, p.11-22, jun. 1994. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/21>

\_\_\_\_\_. Esposa de agricultor na França. *Revista Estudos Feministas*, v. 4, n. 2, Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, p. 338-354, 1996.

\_\_\_\_\_. Ruralidade: novas identidades em construção. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 6, n. 2. p. 53-75, 1998. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/135/131>

\_\_\_\_\_. Em quê consiste o familiar da agricultura familiar? In. ORNAs, ocupações rurais não-agrícolas: Anais: oficina de atualização temática – Londrina, PR. IAPAR, 2000.

\_\_\_\_\_. Herança e gênero entre agricultores familiares. **Revista de Estudos Feministas**. Florianópolis. 2001. 1.p. 22-55.

CARNEIRO, M. J.; MALUF R. S. (Orgs.). **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: Panorama dos Últimos 50 anos. **Textos Para Discussão - Ipea**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p.1-21, jan. 1999. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2651/1/td\\_0621.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2651/1/td_0621.pdf)

CAZELLA, A. A.; BONNAL, P.; MALUF, R. S. (Orgs.) *Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009. p. 305, pp. 47-68. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/consagro/files/2011/08/CAZELLA-BONNAL-MALUF-Agricultura-Familiar-Multifuncionalidade.pdf>

CENTRO DE PESQUISA MOKITI OKADA. *Centro de Pesquisa: Quem somos*, 2018. Disponível em: <http://www.cpmo.org.br/home#quem-somos>

CISNE, M. Feminismo e marxismo: apontamentos teórico-políticos para o enfrentamento das desigualdades sociais. **Serviço Social e Sociedade.**, São Paulo, nº132, p.211-230, maio/ago. 2018

CORRÊA, R. L. **Caminhos Paralelos e Entrecruzados**. 1. Ed. Editora UNESP, 2019. 321p.

CONDE. L. C. D. **A invisibilidade da mulher na agricultura familiar: por uma perspectiva de gênero na extensão rural**. Disponível em: [https://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor\\_2012/trabalhos/sessao\\_4/sessao\\_4a/05\\_leandro\\_conde.pdf](https://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor_2012/trabalhos/sessao_4/sessao_4a/05_leandro_conde.pdf)

DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. (Org.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário,

2017. Disponível em: [https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2017/10/Agricultura\\_Familiar.pdf](https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2017/10/Agricultura_Familiar.pdf)

DINIZ, J. A. F. **Geografia da Agricultura**. São Paulo: Difel, 1986. 278p

FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. **O papel da mulher na segurança alimentar**. 2019. Disponível em: <http://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/pt/c/1238916/>

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

FERNANDES, S. A **Organização do Espaço Rural: Estrutura e Lógica das Propriedades Rurais Familiares em Ipeúna-SP**. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Geociências e Ciências Exatas –Rio Claro.

FERREIRA, A. D. D. Processos e sentidos sociais do rural na contemporaneidade: indagações sobre algumas especificidades brasileiras. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA, n.18. 2002, p.28-46. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/207/203>

FERREIRA, D. A. de O. **Mundo rural e geografia: geografia agrária no Brasil, 1930-1990**. Editora UNESP, 2001, p. 462, pp. 214-224

FERREIRA, D. A. de O. et al. **Organização do Espaço Agrícola de Ipeúna: divergências e convergências para o desenvolvimento da agricultura natural**. In Anais 2018: XXIV Encontro Nacional de Geografia Agrária (ENGA) – Questões Agrária e Práxis Social: UFGD 2018. MIZUSAKI, M. Y; ROMA, C. M; VIEIRA, A. B. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/1ZMaVtvLIII3hB8hm\\_ogUJ526PSLWh-sY/view](https://drive.google.com/file/d/1ZMaVtvLIII3hB8hm_ogUJ526PSLWh-sY/view)

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

FRANÇOIA, J. **Senhores de Escravos: trajetórias, disputas e solidariedade no oeste paulista 1845/1880**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), 2009.

FROEHLICH, J. M. et al. Êxodo seletivo, masculinização e envelhecimento da população rural na região central do RS. **Ciencia. Rural**, Santa Maria, v. 41, n. 9, p. 1674-1680, Set. 2011. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-84782011000900030](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84782011000900030)

GAVIOLI, F.; COSTA, M. As Múltiplas Funções da Agricultura Familiar: um estudo no assentamento Monte Alegre, região de Araraquara (SP). **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Piracicaba, v. 49, n. 2, p. 449-472, 2011 Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/resr/v49n2/v49n2a08.pdf>

GAZOLLA, M; SCHNEIDER, S. A produção da autonomia: os "papéis" do autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiares. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, (UFRRJ), v. 15, p. 89-122, 2007. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/pgdr/publicacoes/producaotextual/sergio-schneider/gazolla-marcio->

schneider-sergio-a-producao-da-autonomia-os-201cpapeis201d-do-autoconsumo-na-reproducao-social-dos-agricultores-familiares-revista-estudos-sociedade-e-agricultura-rio-de-janeiro-ufrj-v-15-p-89-122-2007

GERARDI, L. H. O.; SALAMONI, G. Para Entender o Campesinato: A contribuição de A.V. Chayanov. **Geografia**, Rio Claro, v. 19, n.2, p. 197-208, 1994. Disponível em: <http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal4/Teoriaymetodo/Conceptuales/04.pdf>

HEREDIA, B. M. A. **A Morada da Vida**. Trabalho familiar de pequenos produtores no Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro, 1979. Editora: Paz e Terra. Biblioteca Virtual de Ciências Humanas do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, Rio de Janeiro, 2013. p.150, pp.48-89 Disponível em: [http://www.bvce.org.br/DownloadArquivo.asp?Arquivo=HEREDIA\\_A\\_morada\\_da\\_vida\\_FINAL.pdf](http://www.bvce.org.br/DownloadArquivo.asp?Arquivo=HEREDIA_A_morada_da_vida_FINAL.pdf)

HIRATA, H; KERGOAT, D. Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho. In Tradução Fátima Murad. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Sinopse dos Resultados do Censo 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/webservice/default.php?codigo=35&frm=piramide>

JALIL, L. M. **Mulheres e soberania alimentar: a luta para a transformação do meio rural brasileiro**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Rio de Janeiro, 2009.

KAGEYAMA, A. GRAZIANO DA SILVA, J. Os resultados da modernização agrícola dos anos 70. **Revista Estudos Econômicos**, São Paulo, USP, v. 13, nº 3, p. 537-559, 1983. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ee/article/view/156899>

KAGEYAMA, A. Desenvolvimento rural: conceito e medida. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 21, n. 3, p. 379-408, set./dez. 2004

KARAM, K. F. A mulher na agricultura orgânica e em novas ruralidades. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 12, n. 1, pág. 303-320, abril de 2004. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104026X2004000100016&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2004000100016&lng=en&nrm=iso)>. acesso em 23 de março de 2021.

KORIN. Agricultura Natural, 2020. Disponível em: <https://www.korin.com.br/quem-somos/agricultura-natural/>

LOVATTO, P.; CRUZ, P. P.; MAUCH, C. R.; BEZERRA, A. A.; Gênero, sustentabilidade e desenvolvimento: uma análise sobre o papel da mulher na agricultura familiar de base ecológica. **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 15, n. 2, p. 191-212, maio/ago. 2010

LUPA – **Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária/SP**. 2008. Disponível em: <http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa/dadosmunicipais/pdf/t241.pdf>

MACHADO, A. G.; FIGUEIREDO, R. S.; CAUME, D. L.; OLIVEIRA NETO, O. L. Multifuncionalidade e pluriatividade como alternativas de desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil. **Desafio: Revista de Economia e Administração (continua como Desafio Online)**, v. 9, nº 17, p. 19-30, 2008

MACHADO, H. M. de F. G. **Uma história para Ipeúna**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Rio Claro, 2004. 158f

MARTINE, G. A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia?. **Lua Nova**, São Paulo, n. 23, pág. 7-37, março de 1991. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-64451991000100003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451991000100003&lng=en&nrm=iso)

MELO, H. P. de; CASTILHO, M. Trabalho reprodutivo no Brasil: quem faz?. **Rev. econ. contemp.** Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 135-158, Apr. 2009. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-98482009000100006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-98482009000100006&lng=en&nrm=iso)

MENASCHE, R.; ZANETTI, R. **Segurança alimentar, substantivo feminino: mulheres agricultoras e autoconsumo**. In. MENASCHE, R. A agricultura familiar à mesa: saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari. Editora UFRGS, Agricultura Familiar a Mesa, Abril, 2007.

MESQUITA, L. A. P; MENDES, E. de P. P. Agricultura Familiar, Trabalho e Estratégias: a participação feminina na reprodução socioeconômica e cultural. **Espaço em Revista**, v. 14, n. 1, p. 14-23, jan/jun. 2012 Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/espaco/article/view/19382/11270>

NASCIMENTO, V. F. **Patriarcado Rural: Permanência ou Superação? Uma análise das relações familiares no povoado brejo em Lagarto, Sergipe**. Trabalho de Conclusão de Curso (Serviço Social) – Universidade Federal de Sergipe, 2017.

NOBRE, M. Relações de gênero e Agricultura Familiar. In. NOBRE, M.; SILIPRANDI, E.; QUINTELA, S.; MENASCHE, R. (Orgs): Gênero e Agricultura Familiar. SOF - Sempre Viva Organização Feminista, São Paulo, SOF, p. 68, 1998. Disponível em: <http://www.enfoc.org.br/system/arquivos/documentos/11/fl207relaes-de-genero-e-agricultura-familiar---miriam-nobre.pdf>

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. Mulheres rurais. Disponível em:

PAULILO, M. I. S. "O peso do trabalho leve". **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro: SBPC, v. 5, n. 28, p. 64-70, jan./fev. 1987. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_nlinks&ref=000196&pid=S0104-026X200400010001100024&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000196&pid=S0104-026X200400010001100024&lng=pt)

\_\_\_\_\_. "Movimento de Mulheres Agricultoras: Terra e Matrimônio". **Cadernos de Pesquisa**. Florianópolis, abril 2000/ N. 21. Disponível em: <http://naf.ufsc.br/files/2010/08/mma1.pdf>

\_\_\_\_\_. Trabalho Familiar: uma categoria esquecida de análise. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 12(1): 360, janeiro-abril, 2004. p.229-252.

PAULILO, M. I; GRANDI, A. B. de; SILVA M. M. **Mulher e atividade leiteira: a dupla face da exclusão**. In: PAULILLO, M. I. SCHMIDT, Wilson.(org.) Agricultura e espaço rural em Santa Catarina”. Fpolis:Editora da UFSC, 2003

\_\_\_\_\_. FAO, fome e mulheres rurais. DADOS – **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 56, n. 2, 2013, pp. 285-310

PEREIRA, L. G. **Mulher rural: consumo e comunicação nas roças de Camboriú**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Setor de Artes, Comunicação e Design, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/63381/R%20-%20D%20-%20JOANA%20GALL%20PEREIRA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

PEREZ, L. Os desafios para o século XXI. **Revistas Eletrônicas FEE**. Mulher e Trabalho v. 1, 2001. p. 51-53. Disponível em: <https://revistas.fee.tche.br/index.php/mulheretrabalho/article/view/2667>

ROSSINI, R. E. Geografia e Gênero: a mulher como força de trabalho no campo. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 23 (Supl. 1), 1-58, 1993. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/ftp/iea/ie/1993/SUP6-0193.pdf>

SABOURIN, E. Multifuncionalidade da agricultura e manejo de recursos naturais: alternativas a partir do caso do semi-árido brasileiro. **Tempo da Ciência** (15) 29 : 57-72, 1º semestre 2008. Disponível em: <http://saber.unioeste.br/index.php/tempodaciencia/article/view/1967>

SAFFIOTI, H. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1979.

\_\_\_\_\_. **Violência de gênero: O Lugar da Práxis na Construção da Subjetividade**. In: LUTAS Sociais. São Paulo: Xamã, 1997

\_\_\_\_\_. **Gênero, Patriarcado, Violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1741437/mod\\_resource/content/1/G%C3%AAnero%2C%20Patriarcado%2C%20Viol%C3%Aancia%20%20%28livro%20completo%29.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1741437/mod_resource/content/1/G%C3%AAnero%2C%20Patriarcado%2C%20Viol%C3%Aancia%20%20%28livro%20completo%29.pdf)

SANAIOTTI, M. M. **Caracterização e tipificação do turismo rural em Ipeúna-SP: potenciais e agentes envolvidos**. Trabalho de Conclusão de Curso (em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Geociências e Ciências Exatas – Rio Claro, 2019

SANTOS, S. M. M. dos; OLIVEIRA, L. Igualdade nas relações de gênero na sociedade do capital: limites, contradições e avanços. **Rev. katálysis**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 11-19, June 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rk/v13n1/02.pdf>

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, 1995. 20 (2) p.71-99. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>

SCHNEIDER, S. Teoria Social, Agricultura Familiar e Pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** – vol. 18 n°. 51, fevereiro, 2003. p. 100-192. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092003000100008&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092003000100008&script=sci_arttext)

\_\_\_\_\_. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 11, pág. 88-125, junho de 2004. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-45222004000100006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222004000100006&lng=en&nrm=iso)

\_\_\_\_\_. A pluriatividade e o desenvolvimento rural brasileiro. **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Territorial – Contribuições ao Debate**. BOTELHO, F. B. (org.) – Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Núcleo de Estudos Avançados. v. 5. n. 17, 2005. p. 168. pp. 23-42 Disponível em: [https://cursa.ihmc.us/rid=1188901167133\\_996607957\\_8434/LIVRO\\_FINAL.pdf#page=43](https://cursa.ihmc.us/rid=1188901167133_996607957_8434/LIVRO_FINAL.pdf#page=43)

SEADE. Sistema Estadual de Análise de Dados. **Projeção Populacional Ipeúna/SP**. Disponível em: <https://produtos.seade.gov.br/produtos/projpop/index.php>

SILIPRANDI, E. Ecofeminismo: contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais. **Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**. Porto Alegre, v. 1, n. 1, jan./mar. 2000

SILVA, J. G da. **O Novo Rural Brasileiro**. Nova Economia, Belo Horizonte. v7 – n.1 – maio 1997. p.43-81 Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/view/2253/1193>

SILVA, J. G da; DEL GROSSI, M. E. **O Novo Rural Brasileiro: uma atualização para 1992 – 98**, Campinas, 1999. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/nea/images/arquivos/ONovoRuralBrasileiro1992-98.pdf>

TEDESCHI, L. A; O uso da categoria gênero na história das mulheres camponesas: Uma Ferramenta Necessária. In. **Educação, relações de gênero e movimento sociais; um diálogo necessário**. MENEGAT, A. S; FARIAS, M. F. L; TEDESCHI, L. A. Dourados, MS. Editora da UFGD, 2009, 278p.

TERRA, M. **Capela: 1º metade do século XX**. Editora Scortecci, 2004.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. **XX Encontro Anual da ANPOCS GT 17. Processos Sociais Agrários**, Caxambu, MG. Out. 1996. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2014/06/Texto-5.pdf>

\_\_\_\_\_. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, 2000. p.87-145. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/178/174>

WANDERLEY, M. N. B. Prefácio In: CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. (Orgs.) **Para Além da Produção: Multifuncionalidade e Agricultura Familiar**. Rio de Janeiro, MAUAD. 2003. p.9-16.

\_\_\_\_\_. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, Outubro, 2004. p. 42-61 Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2014/06/Texto-6.pdf>

WANDERLEY, M. N. B.; FAVARETO, A. A singularidade do rural brasileiro: implicações para tipologias territoriais e a elaboração de políticas públicas. **Relatório final – Repensando o conceito de ruralidade no Brasil**. Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola – IICA. 2013.

\_\_\_\_\_. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **RESR**, Piracicaba-SP, 2015, Vol. 52, Supl. 1, p. S025-S044